Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12026 | 116 páginas
Curitiba, Segunda-feira, 10 de Novembro de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 17
Coordenadoria Estadual da Defesa Civil 19
Procuradoria Geral do Estado 19

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 20
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 34
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 37
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 54
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 59
Secretaria da Educação 76
Secretaria do Esporte 95
Secretaria da Fazenda 95
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 97
Secretaria de Infraestrutura e Logística 98
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 98
Secretaria da Justiça e Cidadania 98
Secretaria da Saúde..... 99
Secretaria da Segurança Pública..... 103
Receita Estadual do Paraná 110

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 111

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Fabiana Cristina de Campos Romanelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 22.766

9 de novembro de 2025.

Altera a Lei nº 21.720, de 31 de outubro de 2023, que dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos do Estado do Paraná aos municípios paranaenses para custear ações de prevenção, mitigação e preparação em áreas de risco, e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres naturais e/ou tecnológicos, cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera a ementa da Lei nº 21.720, de 31 de outubro de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos do Estado do Paraná aos municípios paranaenses para custear ações de prevenção, mitigação e preparação em áreas de risco, e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres naturais e/ou tecnológicos, compreendendo o atendimento emergencial e o apoio financeiro às famílias diretamente afetadas, cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

Art. 2º Altera o art. 1º da Lei nº 21.720, de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º A transferência de recursos financeiros aos municípios paranaenses para custear, no todo ou em parte, a execução de ações de prevenção, mitigação e preparação em áreas de risco, e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres naturais e/ou tecnológicos, compreendendo o atendimento emergencial e o apoio financeiro às famílias diretamente afetadas, observará as disposições desta Lei.
Parágrafo único. O atendimento emergencial e o apoio financeiro de que trata o *caput* deste artigo observarão as seguintes condições:
I - consistirá na transferência de recursos ao município beneficiário, destinado a assegurar condições mínimas de subsistência e de aquisição de bens essenciais indispensáveis à dignidade humana;
II - o valor a ser calculado para cada família afetada será definido em ato do Poder Executivo;
III - terão caráter temporário, excepcional e assistencial, não configurando renda permanente, sendo concedido exclusivamente para o atendimento às necessidades básicas imediatas decorrentes do desastre.(NR)

Art. 3º Altera o *caput* do inciso II do art. 3º da Lei nº 21.720, de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
II - para as ações de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres naturais e/ou tecnológicos, compreendendo o atendimento emergencial e o apoio financeiro às famílias diretamente afetadas:

Art. 4º Altera o inciso II do art. 5º da Lei nº 21.720, de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
II - identificar, cadastrar e validar as famílias em condições de vulnerabilidade social afetadas pelo desastre;

Art. 5º Acrescenta o inciso III ao art. 5º da Lei nº 21.720, de 2023, com a seguinte redação:
III - prestar contas das ações ao Estado e aos órgãos de controle competentes.(NR)

Art. 6º Altera o art. 8º da Lei nº 21.720, de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 8º Cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP, vinculado à Casa Civil do Estado do Paraná, com a finalidade de custear, no todo ou em parte, ações de prevenção, mitigação e preparação em áreas de risco, e ações de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres naturais e/ou tecnológicos, compreendendo o atendimento emergencial e o apoio financeiro às famílias diretamente afetadas em municípios que tiverem a situação de emergência ou o estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Estadual.

Art. 7º Autoriza o Poder Executivo a promover as modificações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 9 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.964.861-2

154494/2025

Lei nº 22.767

10 de novembro de 2025.

Prorroga, por até 150 (cento e cinquenta) dias, o mandato dos atuais conselheiros representantes da sociedade civil organizada no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Prorroga, por até 150 (cento e cinquenta) dias, a partir de 25 de outubro de 2025, o mandato dos atuais conselheiros representantes da sociedade civil organizada, efetivos e suplentes, no âmbito do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná - CEDCA/PR, de que trata o § 3º do art. 3º e o § 3º do art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991.

Art. 2º Durante o período de prorrogação a que se refere o art. 1º desta Lei, será respeitada, de forma equitativa, a regra de alternância entre representantes dos órgãos governamentais e não governamentais no exercício da Presidência e da Vice-Presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná - CEDCA/PR.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.763.897-0

154721/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 22.768

10 de novembro de 2025.

Altera a Lei nº 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o inciso XIX do art. 1º da Lei nº 20.937, de 17 de dezembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:
XIX - Quadro de Cargos Comissionados Executivos - CCE;

Art. 2º Acrescenta o inciso XXIII ao art. 1º da Lei nº 20.937, de 2021, com a seguinte redação:
XXIII - Quadro de Funções Comissionadas Executivas - FCE.

Art. 3º Acrescenta os incisos XI e XII ao art. 5º da Lei nº 20.937, de 2021, com as seguintes redações:
XI - aos servidores que percebem as gratificações instituídas pelo art. 26 da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, e pelo art. 7º da Lei Complementar nº 242, de 17 de dezembro de 2021;
XII - aos ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE com vínculo efetivo na Administração Pública quando já receberem em seu cargo de origem vantagem de mesma natureza, destinada a custear despesas com alimentação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos funcionais e financeiros a partir de 1º de outubro de 2024.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.221.656-3

154722/2025

Lei nº 22.769

10 de novembro de 2025.

Altera a Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, e a Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020, que autoriza concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico para a Fomento Paraná e para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera a alínea "b" do art. 1º da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que passa a vigorar com a seguinte redação:
b) no setor privado, para apoiar empreendedores formais e informais, produtores rurais e empresas de qualquer porte.

Art. 2º Acrescenta o inciso VII ao art. 2º da Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020, com a seguinte redação:
VII - as empresas e as cooperativas situadas no Estado do Paraná, independentemente de seu porte, que, em razão de situações de calamidade pública, eventos extraordinários ou riscos econômicos relevantes, venham a ser enquadradas como beneficiárias por ato do Poder Executivo, nos termos definidos em regulamento.

Art. 3º Acrescenta o parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 20.165, de 2020, com a seguinte redação:
Parágrafo único. Aos beneficiários citados no inciso VII do art. 2º desta Lei poderão ser concedidas operações de crédito de capital de giro para cooperativas e empresas de qualquer porte.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.443.717-6

154725/2025

Lei nº 22.770

10 de novembro de 2025.

Institui o Dia da Congregação Mariana no Estado do Paraná a ser celebrado anualmente em 8 de dezembro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Dia da Congregação Mariana a ser celebrado anualmente em 8 de dezembro, em alusão ao Dia da Imaculada Conceição de Nossa Senhora.

Parágrafo único. A data ora instituída tem por objetivos:

I - reconhecer a relevância histórica, cultural e espiritual da Congregação Mariana para a sociedade paranaense;

II - incentivar a participação dos fiéis e da comunidade em atividades culturais, sociais e religiosas relacionadas à devoção mariana;

III - promover a difusão dos valores de fé, caridade, solidariedade e cidadania praticados pela Congregação Mariana;

IV - fomentar parcerias entre entidades religiosas, educacionais e assistenciais visando à realização de eventos comemorativos e de cunho social.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Cobra Repórter
Deputado Estadual

Prot. 24.940.006-8

154727/2025

Lei nº 22.771

10 de novembro de 2025.

Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Feira de Cafés Especiais e Turismo da Serra, realizada anualmente no mês de agosto no Município de São Jerônimo da Serra.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Feira de Cafés Especiais e Turismo na Serra - FECAT, realizada anualmente no mês de agosto no Município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Arilson Chiorato
Deputado Estadual

Prot. 24.939.988-4

154729/2025

Lei nº 22.772

10 de novembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Pesquisa Educacional Emerson Silva - Orientação e Instrução às Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social, com sede no Município de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Pesquisa Educacional Emerson Silva - Orientação e Instrução às Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social - IPEFES, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Requião Filho
Deputado Estadual

Prot. 24.953.898-1

154733/2025

Lei nº 22.773

10 de novembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Banda Sinfônica Maestro Morales, com sede no Município de Cascavel.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Banda Sinfônica Maestro Morales - BSMM, com sede no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Batatinha
Deputado Estadual

Prot. 24.953.845-0

154736/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 22.774

10 de novembro de 2025.

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Nagib Nassif Palma.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Nagib Nassif Palma.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Hussein Bakri
Deputado Estadual

Moacyr Fadel
Deputado Estadual

Alexandre Curi
Deputado Estadual

Prot. 24.953.161-8

154739/2025

Lei nº 22.775

10 de novembro de 2025.

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Oswaldo Costa Lôbo Júnior.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Oswaldo Costa Lôbo Júnior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Denian Couto
Deputado Estadual

Prot. 24.953.212-6

154741/2025

Lei nº 22.776

10 de novembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública ao Grupo Caminhoneiros Amigos de Goioerê, com sede no Município de Goioerê.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao G.C.A.G - Grupo Caminhoneiros Amigos de Goioerê, com sede no Município de Goioerê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Anibelli Neto
Deputado Estadual

Prot. 24.953.278-9

154743/2025

DECRETO Nº 11.838

Reconhece Estado de Calamidade Pública no Município de Rio Bonito do Iguaçu, em face da ocorrência de Tornado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição do Estado do Paraná, tendo em vista o que dispõe o contido no parágrafo único, do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 06 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 3.646, de 20 de dezembro de 2022 e Portaria CEDEC/PR nº 39, de 22 de julho de 2024, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Rio Bonito do Iguaçu, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres – FIDE, conforme consta no protocolo nº 24.964.604-0,

DECRETA:

Art. 1º Reconhece sumariamente em âmbito estadual o Decreto Municipal nº 305, de 08 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, o qual declara Estado de Calamidade Pública nas áreas do município em face da ocorrência de Tornado.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de reconhecimento, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de reconhecimento estadual entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 8 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

154819/2025

DECRETO Nº 11.839

Decreta luto oficial em todo o território do Estado pelas vítimas do tornado que atingiu o Munícipio de Rio Bonito do Iguaçu.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, em sinal de profundo sentimento de pesar pelas vítimas do tornado que atingiu o Município de Rio Bonito do Iguaçu,

DECRETA:

Artigo único. Declara luto oficial por três dias em todo o território do Estado.

Curitiba, em 8 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154822/2025

Decreto nº 11840

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no § 5º do artigo da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.776.582-4,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 2.875.000,00 (dois milhões e oitocentos e setenta e cinco mil reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto n° 11840

Formalização 2025FC000782/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
67 - Secretaria de Estado das Cidades										2.875.000,00
670000 - Secretaria de Estado das Cidades										2.875.000,00
6702 - Diretoria Geral										2.875.000,00
F.67.02.15.451.14.8088 - Desenvolvimento Urbano, Sustentável e de Infraestrutura das Cidades										2.875.000,00
	1	50	500	000000	3.3.80.41	0	Não definida	4100	9999999	2.875.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		2.875.000,00
									Total Geral	2.875.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo ao Decreto n° 11840 Formalização 2025FC000782/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
67 - Secretaria de Estado das Cidades										2.875.000,00
670000 - Secretaria de Estado das Cidades										2.875.000,00
6702 - Diretoria Geral										2.875.000,00
F.67.02.15.451.14.8088 - Desenvolvimento Urbano, Sustentável e de Infraestrutura das Cidades										2.875.000,00
	1	50	500	000000	4.4.40.42	13	Municípios beneficiados com recursos para obras de infraestrutura	4103	9999999	2.875.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		2.875.000,00
									Total Geral	2.875.000,00

154824/2025

DECRETO Nº 11.841

Homologa situação de emergência no Município de Santa Fé, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Santa Fé, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.965.394-2,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 416, de 7 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Santa Fé, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

154825/2025

DECRETO Nº 11.842

Homologa situação de emergência no Município de Califórnia em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Califórnia, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.964.296-7,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 284, de 7 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Califórnia, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

154828/2025

DECRETO Nº 11.843

Homologa situação de emergência no Município de Quarto Centenário, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Quarto Centenário, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.964.137-5,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 1.932, de 7 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Quarto Centenário, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

154831/2025

DECRETO Nº 11.844

Homologa situação de emergência no Município de Roncador, em face da ocorrência de Enxurradas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Roncador, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.964.186-3,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 108, de 7 de novembro de 2025, exarado pela Prefeita de Roncador, a qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Enxurradas.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

154832/2025

DECRETO Nº 11.845

Homologa situação de emergência no Município de Santa Helena, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Santa Helena, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.963.955-9,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 671, de 7 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Santa Helena, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Vendaval.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

154833/2025

DECRETO Nº 11.846

Homologa situação de emergência no Município de São Pedro do Ivaí em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de São Pedro do Ivaí, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.964.016-6,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 337, de 7 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de São Pedro do Ivaí, a qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

154836/2025

DECRETO Nº 11.847

Exoneração do servidor ALEX SANDRO MARCOS, do cargo de Delegado de Polícia, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.870.992-8, e ainda,

Considerando que o servidor ALEX SANDRO MARCOS, RG nº 5.XXX.703-X, ocupante do cargo de Delegado de Polícia, 4ª Classe, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, no FATO 01 e FATO 02 da denúncia, descumpriu os requisitos do estágio probatório previstos nos incisos II e IV do §1º do art. 37 da Lei Complementar nº 14, de 16 de maio de 1982, ora correspondentes aos estabelecidos nos incisos III e V do §2º do art. 48 da Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

Considerando o Relatório Final da Comissão Processante e a Deliberação nº 1047/2025 do Conselho Superior da Polícia Civil, que concluiu estar comprovada a conduta imputada ao servidor, deliberando, por unanimidade de votos, pelo reconhecimento da inaptidão e consequente não confirmação no cargo;

DECIDE:

Art. 1º Exonerar, nos termos do art. 28 da Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023, o servidor ALEX SANDRO MARCOS, RG nº 5.XXX.703-X, do cargo de Delegado de Polícia 4ª Classe, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, por ter descumprido os requisitos do estágio probatório previstos nos incisos II e IV do §1º do art. 37 da Lei Complementar nº 14, de 16 de maio de 1982, ora correspondentes aos estabelecidos nos incisos III e V do §2º do art. 48 da Lei Complementar nº 259, de 21 de julho de 2023;

Parágrafo único. A exoneração de que trata o *caput* deste artigo se implementará em face de eventual reintegração administrativa ou judicial do servidor policial civil, conforme dispõe o §3º do art. 64 da Lei 21.894, de 3 de abril de 2024, considerando sua exoneração efetivada pelo Decreto nº 8.369, de 17 de dezembro de 2024, e Decreto nº 9.329, de 25 de março de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

154837/2025

DECRETO Nº 11.848

Demissão dos servidores JANAÍNA APARECIDA DE FREITAS e AGOSTINHO CARLOS FERREIRA DE ANDRADE JUNIOR, do cargo de Agente de Polícia Judiciária do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.466.375-7, e ainda,

Considerando que a servidora JANAÍNA APARECIDA DE FREITAS, RG nº 3.XXX.778-X, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, infringiu no FATO 01 da denúncia o disposto no inciso VI do art. 5º e inciso III do art. 6º c/c art. 7º; FATO 02: inciso V do §1º do art. 8º c/c art. 21 da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024;

Considerando que o servidor AGOSTINHO CARLOS FERREIRA DE ANDRADE JUNIOR, RG nº 4.XXX.280-X, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, infringiu no FATO 01 da denúncia o disposto no inciso VI do art. 5º e inciso III do art. 6º c/c art. 7º; FATO 02: inciso V do §1º do art. 8º; FATO 04: inciso LX do art. 8º; FATO 06: inciso LX do art. 8º; FATO 08: incisos XLV e LX do art. 8º; FATO 10: incisos XLV e LX do art. 8º; FATO 11: inciso XLV do art. 8º; FATO 13: inciso LXI do art. 8º c/c art. 21 da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024;

Considerando que os servidores foram submetidos a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

Considerando a Deliberação nº 1034/2025 do Conselho Superior da Polícia Civil, que cotejando os documentos que instruem o processo administrativo disciplinar concluiu estar comprovada a conduta imputada aos servidores, deliberando, por unanimidade de votos, pela aplicação da penalidade de demissão; e,

Demonstrado que a infração administrativa perpetrada se enquadra nas hipóteses em que a lei comina penalidade máxima, não assiste ao gestor público a faculdade de aplicar sanção diversa, ainda que sob a invocação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aplicando-se à espécie o entendimento consagrado na Súmula nº 650 do Superior Tribunal de Justiça;

Dessa forma, diante da tipicidade da conduta e da vinculação da Administração à legalidade estrita, impõe-se a aplicação da penalidade prevista em lei, nos exatos termos do normativo que rege a matéria;

DECIDE:

Art. 1º Demitir, a bem do serviço público, a servidora JANAÍNA APARECIDA DE FREITAS, RG nº 3.XXX.778-X, do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, por ter infringido no FATO 01 da denúncia o disposto no inciso VI do art. 5º e inciso III do art. 6º c/c art. 7º; FATO 02: inciso V do §1º do art. 8º; FATO 04: inciso LX do art. 8º; FATO 06: inciso LX do art. 8º; FATO 08: incisos XLV e LX do art. 8º; FATO 10: incisos XLV e LX do art. 8º; FATO 11: inciso XLV do art. 8º; FATO 13: inciso LXI do art. 8º c/c art. 21 da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024.

Art. 2º Demitir, a bem do serviço público, o servidor AGOSTINHO CARLOS FERREIRA DE ANDRADE JUNIOR, RG nº 4.XXX.280-X, do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, por ter infringido no FATO 01 da denúncia o disposto no inciso VI do art. 5º e inciso III do art.

6º c/c art. 7º; FATO 02: inciso V do §1º do art. 8º; FATO 04: inciso LX do art. 8º; FATO 06: inciso LX do art. 8º; FATO 08: incisos XLV e LX do art. 8º; FATO 10: incisos XLV e LX do art. 8º; FATO 11): inciso XLV do art. 8º; FATO 13: inciso LXI do art. 8º c/c art. 21 da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024.

Parágrafo único. A demissão de que trata o caput deste artigo se implementará em face de eventual reintegração administrativa ou judicial do servidor policial civil, conforme dispõe o §3º do art. 64 da Lei 21.894, de 03 de abril de 2024, considerando o Decreto nº 6.074, de 6 de junho de 2024, e Decreto nº 9.357, de 26 de março de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

154838/2025

DECRETO Nº 11.849

Demissão do servidor FERNANDO RODRIGO PONTES, do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.957.964-9 e ainda,

Considerando que o servidor FERNANDO RODRIGO PONTES, RG nº 13.XXX.233-X, ocupante do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, infringiu com sua conduta o disposto no inciso LXIII do art. 8º da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

Considerando o Relatório Final da Comissão Processante e a Deliberação nº 1012/2025 do Conselho Superior da Polícia Civil, que concluiu estar comprovada a conduta imputada ao servidor, deliberando, por unanimidade de votos, pela aplicação da penalidade de demissão; e

Demonstrado que a infração administrativa perpetrada se enquadra nas hipóteses em que a lei comina penalidade máxima, não assiste ao gestor público a faculdade de aplicar sanção diversa, ainda que sob a invocação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aplicando-se à espécie o entendimento consagrado na Súmula nº 650 do Superior Tribunal de Justiça;

Dessa forma, diante da tipicidade da conduta e da vinculação da Administração à legalidade estrita, impõe-se a aplicação da penalidade prevista em lei, nos exatos termos do normativo que rege a matéria;

DECIDE:

Art. 1º Demitir o servidor FERNANDO RODRIGO PONTES, RG nº 13.XXX.233-X, do cargo de Agente de Polícia Judiciária, do Quadro Próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná – QPPC, por ter infringido com sua conduta o disposto no inciso LXIII do art. 8º da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

154843/2025

DECRETO Nº 11.850

Exoneração de CELSO DANIEL SERATTO, da Função de Desenvolvimento Rural, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.926.333-8,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 1º de novembro de 2025, CELSO DANIEL SERATTO, RG nº 4.XXX.845-X, da Função de Desenvolvimento Rural de Assessor – Símbolo FDR-4, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

154849/2025

DECRETO Nº 11.851

Designação de PAULO CESAR DA CUNHA E SOUZA, para Função de Gestão Tributária da Receita Estadual do Paraná da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.950.774-1,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com a Lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010, PAULO CESAR DA CUNHA E SOUZA, RG nº 1.XXX.241-X, para exercer a Função de Gestão Tributária de Assistente – Símbolo FGT-I, da Receita Estadual do Paraná, da Secretaria de Estado da Fazenda, a partir de 1º de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

154851/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 11.852

Nomeações para exercerem cargos em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.945.179-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Secretaria de Estado da Fazenda:

JOÃO AUGUSTO DE PAULA LEITE, RG nº 1.XXX.648-X/MG, Assessor – Símbolo CCE-9, ficando exonerado, em consequência, do cargo de Assessor – Símbolo CCE-11, a partir de 3 de novembro de 2025;

RICARDO FRANCISCO SILVA DE PAULA, RG nº 111.XXX.XXX-X7, Assessor – Símbolo CCE-11.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

154854/2025

DECRETO Nº 11.853

Exoneração de MARCOS VINICIUS GURA, de cargo em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.957.964-5,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, a partir de 6 de novembro de 2025, MARCOS VINICIUS GURA, RG nº 7.XXX.045-X, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo Fazendário Setorial - Símbolo CCE-8, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

154856/2025

DECRETO Nº 11.854

Exoneração de MARCOS JOSÉ CESAR FREITAS e nomeação FELIPE FERNANDES OLIVA GETESKI ALMEIDA, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.960.557-3,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, a partir de 10 de novembro de 2025, MARCOS JOSÉ CESAR FREITAS, RG nº 15.XXX.499-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, FELIPE FERNANDES OLIVA GETESKI ALMEIDA, RG nº 12.XXX.297-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

154858/2025

DECRETO Nº 11.855

Exoneração de PATRÍCIA SUPPTITZ, de cargo em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.933.677-7,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, a partir de 10 de novembro de 2025, PATRÍCIA SUPPTITZ, RG nº 7.XXX.061-X, do cargo em comissão de Assessor Técnico de Núcleo Fazendário – Símbolo CCE-9, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

154859/2025

DECRETO Nº 11.856

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-11, da Secretaria de Estado da Fazenda; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-14, da Secretaria de Estado da Fazenda.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-12, para a Secretaria de Estado da Fazenda; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, para a Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154862/2025

DECRETO Nº 11.857

Exoneração e nomeações para exercerem cargos em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.937.059-2,

DECRETA:

Art. 1º Exonera ANTONIO ANNIBELLI FILHO, RG nº 9.XXX.288-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-14, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Secretaria de Estado da Fazenda:

JULIANO SPINA RAMOS, RG nº 13.XXX.642-X, Assessor – Símbolo CCE-12;

ANTONIO ANNIBELLI FILHO, RG nº 9.XXX.288-X, Assessor – Símbolo CCE-13.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

154866/2025

DECRETO Nº 11.858

Retifica o art. 2º do Decreto nº 11.818, de 7 de novembro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o art. 2º do Decreto nº 11.818 de 7 de novembro de 2025: Onde se lê: "ALEXANDRE FAVRETO PAIM, RG nº 4.XXX.688-X, Assessor – Símbolo CCE-7, ficando exonerado FOUAD HASSAN PARACAT, RG nº 9.XXX.672-X"; leia-se: "ALEXANDRE FAVRETO PAIM, RG nº 4.XXX.688-X, Chefe de Núcleo Local – Símbolo CCE-7, ficando exonerado FOUAD HASSAN PARACAT, RG nº 9.XXX.672-X".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154868/2025

DECRETO Nº 11.859

Nomeação de LAURA ANTUNES REZENDE, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, LAURA ANTUNES REZENDE, RG nº 5.XXX.496-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-2, da Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, ficando exonerado, a partir de 19 de novembro de 2025, JULIANO NICLEWICZ CAMPELO, RG nº 5.XXX.000-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154870/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 11.860

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e o contido no protocolo nº 24.966.736-6;

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-10, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência; - 2 (dois) cargos de Assessor, símbolo CCE-13, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.	em	- 3 (três) cargos de Assessor, símbolo CCE-12, para a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2025.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154874/2025

DECRETO Nº 11.861

Exonerações e nomeações para exercerem cargos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.966.736-6,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 12 de novembro de 2025, ocupantes de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência:

VALDECIR DIAS DOS SANTOS CUNHA, RG nº 28.XXX.786-X/RJ, Assessor – Símbolo CCE-13;

TALITA MULLER GORDAS BATISTA, RG nº 8.XXX.840-X, Assessor – Símbolo CCE-13;

HOMERO CHELI, RG nº 10.XXX.651-X, Assessor – Símbolo CCE-10.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a partir de 13 de novembro de 2025:

HOMERO CHELI, RG nº 10.XXX.651-X, Assessor – Símbolo CCE-9;

TALITA MULLER GORDAS BATISTA, RG nº 8.XXX.840-X, Assessor – Símbolo CCE-12;

VALDECIR DIAS DOS SANTOS CUNHA, RG nº 28.XXX.786-X/RJ, Assessor – Símbolo CCE-12;

ANA PAULA DE OLIVEIRA PERES, RG nº 13.XXX.854-X, Assessor – Símbolo CCE-12.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

154876/2025

DECRETO Nº 11.862

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e o contido no protocolo nº 24.959.939-5;

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo CCE-7, do Centro Cultural Teatro Guaíra.	em	- 1 (um) cargo de Chefe de Divisão, símbolo CCE-10, para o Centro Cultural Teatro Guaíra; - 1 (um) cargo de Chefe de Setor, símbolo CCE-14, para o Centro Cultural Teatro Guaíra.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de novembro de 2025.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154880/2025

DECRETO Nº 11.863

Nomeações do Centro Cultural Teatro Guaíra.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.959.939-5,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos do Centro Cultural Teatro Guaíra, a partir de 12 de novembro de 2025:

BOLIVAR ALENCAR RIBEIRO, RG nº 8.XXX.891-X, Chefe de Divisão – Símbolo CCE-10;

MATEUS RADDI DA CUNHA, RG nº 12.XXX.971-X, Chefe de Setor – Símbolo CCE-14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

154882/2025

DECRETO Nº 11.864

Nomeação de DICKSON BRIAN LISS, para integrar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Regimento Interno das JARI, aprovado pelo Decreto nº 11.418, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 666, de 2 de março de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.949.200-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia DICKSON BRIAN LISS, RG nº 8.XXX.045-X, para exercer a função de membro Titular da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, em substituição a ALANNA CAROLINA DE LIMA HUBERT, RG nº 13.XXX.425-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154884/2025

DECRETO Nº 11.865

Torna sem efeito os Decretos nº 11.782 e 11.783, de 7 de novembro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito os Decretos nº 11.782 e 11.783, de 7 de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154887/2025

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

24.891.896-9/25
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Arizona – Estados Unidos, de 16/11/2025 a 23/11/2025. **FINALIDADE** Validação de lote de armas de incapacitação neuro muscular – modelo Taser 10 – Contrato nº 419/2025 – GMS nº 4679/2025. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). **AMPARO LEGAL** Art. 169, IV c/c art. 189, ambos da Lei nº 6174/70, regulamentado pelo Decreto nº 6358/2024. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.891.896-9**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o deslocamento dos beneficiários abaixo relacionados. CLEITON JOSÉ CRUZ – CPF: 026.XXX.XXX-28 FRANKLIN LEMOS DE LIMA – CPF: 469.XXX.XXX-49 GUILHERME MACHADO DE BRITO – CPF: 079.XXX.XXX-75 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 10/11/25. (Enc. Proc. à SESP).

24.698.423-9/25
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Aguascalientes – México, de 2/12/2025 a 8/12/2025. **FINALIDADE** Participação no 3º Fórum Internacional sobre Segurança e Justiça. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). **AMPARO LEGAL** Art. 169, IV c/c art. 189, ambos da Lei nº 6174/70, regulamentado pelo Decreto nº 6358/2024.**1.** De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.698.423-9**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o deslocamento do beneficiário abaixo relacionado. CLAYTON OLIVEIRA LIMA – CPF: 019.XXX.XXX-11 **2. PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 10/11/25. (Enc. Proc. à SESP).

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

24.697.747-0/25
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Lyon – França, de 20/11/2025 a 23/11/2025. **FINALIDADE** Participação na Comitiva do Estado do Paraná no Festival da Seda. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná). **AMPARO LEGAL** Art. 169, IV c/c art. 189, ambos da Lei nº 6174/70, regulamentado pelo Decreto nº 6358/2024. **1.** De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.697.747-0**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o deslocamento do beneficiário abaixo relacionado. JOSÉ FRANCISCO LOPES JUNIOR – CPF: 633.XXX.XXX-91 **2. PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 10/11/25. (Enc. Proc. à SEAB).

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

24.662.504-2/25
1. De acordo com as informações constantes no **PROTOCOLADO nº 24.662.504-2,**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

atendidas as recomendações da Procuradoria Consultiva de Parcerias, Convênios e Concessões – PCP/PGE (mov. 53 e 78), **AUTORIZO**, nos termos do art. 87, inc. XVIII, da Constituição Estadual c/c art. 1º, inc. VI, do Decreto nº 4.189/2016, a formalização de **CONVÊNIO** entre o ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da a Secretaria de Estado da Cultura – SEEC e a Fundação Cultural de Curitiba, cujo objeto é a realização do Evento Natal de Curitiba 2025 e a circulação internacional da Camerata Antiqua de Curitiba para participação nas comemorações aos 200 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vaticano, com a previsão de repasse de recursos financeiros estadual no importe de R$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta reais). 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 10/11/25. (Enc. Proc. à SEEC).

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

22.953.016-0/24
OBJETO Dispensa de contrapartida municipal. **AMPARO LEGAL** Art. 669, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 22.953.016-0**, considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL (mov. 112) e o caráter discricionário da pretensão administrativa, **AUTORIZO** a tramitação do procedimento administrativo destinado à formalização do convênio, com dispensa da contrapartida por parte da municipalidade convenente 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 10/11/25. (Enc. Proc. à SEIL).

154846/2025

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

24.959.800-3/25
1.Diante da solicitação apresentada no **PROTOCOLADO Nº 24.959.800-3**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 15, VI, da Lei Estadual nº 13.666/2002 c/c art. 2º, §1º e art. 5º, ambos do Decreto nº 3.828/2008. **PUBLIQUE-SE** e restitua-se à origem para demais providências. EM 10/11/2025. (Enc.Proc. à SEAP).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

23.239.563-0/24
1.De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 23.239.563-0**, **RATIFICO**, nos termos do art. 5º, inc. IV, do Anexo, do Decreto Estadual nº 2.709/2019 a Deliberação nº 02/2025, do Conselho Superior da Procuradora-Geral do Estado. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à Procuradoria Geral do Estado. EM 10/11/2025. (Enc.Proc. à PGE).

154907/2025

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

24.932.297-0/25
1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.932.297-0, EXCEPCIONALIZO** a regra administrativa previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender às necessidades da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR). 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. .A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. Em 10.11.25. (Enc. Proc. à JUCEPAR).

154891/2025

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

DIVERSOS

24.510.368-9/25
OBJETO Disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Defensoria Pública do Estado do Paraná. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus para origem mediante ressarcimento. **AMPARO LEGAL** Art. 2º, inc. II, alínea "c" c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.510.368-9**, **AUTORIZO**, a disposição funcional da servidora **MARILZA STADLER DE CAMPOS HACK**, CPF nº 047. xxx.429-xx, até 31/12/2026. 2. A autorização supra fica condicionada à observância das regras constitucionais atinentes à vedação de acumulação remunerada de cargos/empregos/funções públicas/teto remuneratório, consoante disposto no art. 37, inc. XI e XVI, da Constituição Federal. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. Em 10.11.25.

24.848.810-7/25
OBJETO Prorrogação de disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Poder Executivo do Município de Londrina. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Permuta. **AMPARO LEGAL** art. 2º, § 1º c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.848.810-7**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional da servidora **JAQUELINE APARECIDA DA SILVA**, RG nº X.257.XXX-0, até 31/12/2026. 2. A autorização supra fica condicionada à disponibilidade funcional, **mediante permuta**, de servidor(es) do Poder Executivo do Município de Londrina, cujo controle será realizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. Em 10.11.25.

24.863.409-0/25
OBJETO Prorrogação da disposição funcional de servidor.**DESTINO** Poder Executivo do Município de Marialva. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Sem ônus para órgão de origem. **AMPARO LEGAL** art. 2º, inc. II, alínea "b" c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.863.409-0**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional da servidora **MARIENE FRAGALLI DE FARIAS**, CPF nº 007.xxx.119-xx, até 31/12/2026. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. Em 10.11.25.

24.696.930-2/25
OBJETO Revogação de disposição funcional de servidor. **AMPARO LEGAL** art. 11º, inc. III, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.696.930-2**, **REVOGO** a disposição funcional da servidora Herlene Quadro dos Santos, RG n.º x.156.xxx-5, publicada no DIOE nº 11.774, de 24/10/2024, a partir de 1/12/2025. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as anotações. Em 10.11.25.

154857/2025

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

24.935.456-2/25
1.De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.935.456-2, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 1º, I, II e III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado do Esporte (SEES), especificamente retratada no caderno administrativo. 2.**A autorização supra fica condicionada aos limites de acréscimo de despesa com outras despesas correntes, nos termos do Decreto nº 5919/2024 e Resolução Conjunta CC/SEFA nº 01/2024**. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante.3.**PUBLIQUE-SE**. EM 10/11/2025 (Enc. Proc. à SEES).

GOVERNADORIA

24.892.294-0/25
1.De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.892.294-0, EXCEPCIONALIZO** a regra administrativa previstas no art. 1º, III, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender às necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR). 2.A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3.**PUBLIQUE-SE** . EM 10/11/2025 (Enc. Proc. à AGEPAR).

154853/2025

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

DIVERSOS

24.840.225-3/25
OBJETO Prorrogação de disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Poder Executivo do Município de Londrina. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Permuta. **AMPARO LEGAL** art. 2º, § 1º c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.840.225-3**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional da servidora **JANE ESTER DA SILVA BAZONI**, RG nº X.743.XXX-7, até 31/12/2026. 2.A autorização supra fica condicionada à disponibilidade funcional, **mediante permuta**, de servidor(es) do Poder Executivo do Município de Londrina, cujo controle será realizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. EM 10/11/2025.

24.812.363-0/25
OBJETO Prorrogação de Disposição Funcional. **DESTINO** Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus para origem mediante ressarcimento. **AMPARO LEGAL** Art. 2º, inc. II, alínea "c" c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.812.363-0**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional da servidora **GIORDANA GALVAM LUBE**, CPF nº 787.xxx.729-xx, até 31/12/2026. 2.A autorização supra fica condicionada à observância das regras constitucionais atinentes à vedação de acumulação remunerada de cargos/empregos/funções públicas/teto remuneratório, consoante disposto no art. 37, inc. XI e XVI, da Constituição Federal. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. EM 10/11/2025.

24.838.028-4/25
OBJETO Prorrogação de disposição Funcional de servidor. **DESTINO** Poder Executivo do Município de Londrina. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Permuta. **AMPARO LEGAL** art. 2º, § 1º c/c art. 11, inc. II, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.838.028-4**, **AUTORIZO**, a prorrogação da disposição funcional da servidora

JOSILAINE DE PAULA VIEIRA, RG nº X.213.XXX-7, até 31/12/2026. 2. A autorização supra fica condicionada à disponibilidade funcional, **mediante permuta**, de servidor(es) do Poder Executivo do Município de Londrina, cujo controle será realizado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. 3.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. EM 10/11/2025

154863/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1387

Designa MATHEUS MAURICIO RAMOS para exercer suas atividades junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN e revoga o art. 1º da Resolução CC nº 379, de 16 de agosto de 2023.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no protocolado nº 24.958.910-1,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, o servidor MATHEUS MAURICIO RAMOS, CPF nº 940.XXX.199-XX, nomeado pelo Decreto nº 3.138, de 16 de agosto de 2023, na Casa Civil e reconduzido pelo Decreto nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, para exercer suas atividades junto ao Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, ficando revogada sua designação para a Superintendência Geral de Articulação Regional – SAR-Toledo, efetivada pelo art. 1º da Resolução CC nº 379, de 16 de agosto de 2023.

Art. 2º Eventuais despesas do servidor designado com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154972/2025

RESOLUÇÃO nº 1388

Designa ALINE FERNANDA HEBERLE para exercer suas atividades junto ao Instituto Água e Terra – IAT-Cascavel e revoga o inciso VI do art. 1º da Resolução CC nº 892, de 30 de agosto de 2024.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora ALINE FERNANDA HEBERLE, RG nº 12.XXX.257-X, nomeada pelo Decreto nº 11.814, de 7 de novembro de 2025, na Casa Civil, para exercer suas atividades junto ao Instituto Água e Terra – IAT-Cascavel.

Art. 2º Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

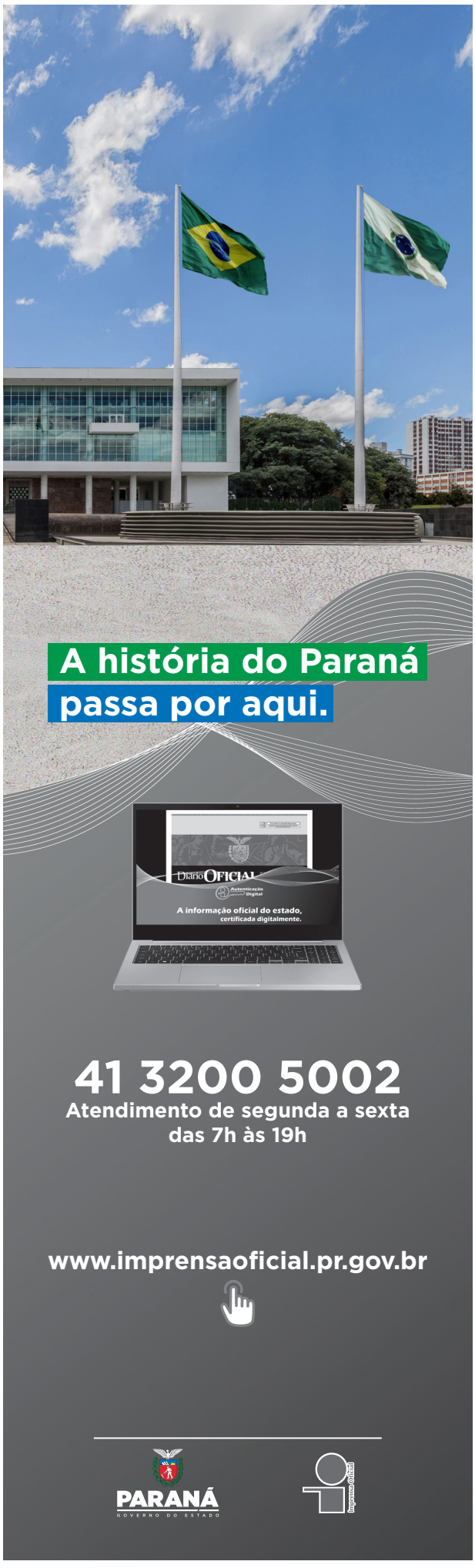
Art. 4º Revoga o inciso VI do art. 1º da Resolução CC nº 892, de 30 de agosto de 2024.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

154973/2025

Diário OFICIAL Paraná



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN

EXTRATO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2025

PARTES CONVENIADAS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, PMPR COM INTERVENIÊNCIA DA SESP E O MUNICÍPIO DE MATINHOS

OBJETO: a celebração do TERMO DE CONVÊNIO entre o DETRAN/PR, a PMPR com interveniência da SESP e o Município de Matinhos tendo por objetivo operacionalizar ações governamentais conjuntas a serem implementadas pelos PARTÍCIPES, visando o fiel, pleno e adequado cumprimento das respectivas competências estabelecidas no Artigo 22, incisos V, VI, IX, XI, XII, XIII, XIV; Artigo 23 inciso III; Artigo 24, incisos IV, V, VI, XIII, XIV, XV e XXII; Artigo 124, inciso VIII; Artigo 128 e Artigo 131 § 2º; observadas as dições do Artigo 25, todos da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e suas alterações; compreendendo a delegação recíproca das competências de fiscalização e lavratura de autos de infração no âmbito da circunscrição territorial do Município de MATINHOS.

AUTORIZAÇÃO: Santin Roveda – Diretor-Presidente do DETRAN/PR.

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná/DIOE.

Nº TERMO	MUNICÍPIO	DATA DA AUTORIZAÇÃO	PROTOCOLO
012/2025	MATINHOS	05/11/2025	23.444.449-2

153304/2025

Diário OFICIAL Paraná

PORTARIA N.º 908/2025- DP/DAFI
Protocolo n.º 24.870.861-1

Designar os servidores deste Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR para atuar como gestor e fiscal da **Dispensa de Licitação n.º 63/2025**, conforme segue:
Gestor: Luis Douglas Henrique - CPF nº 026.XXX.XXX-00
Fiscais: Paulo Ricardo Morais - CPF nº 706.XXX.XXX-49 e Deyvid de Oliveira Bueno - CPF nº 109.XXX.XXX-10.
Objeto: Aquisição de Cinto de Segurança para PET Universal, com personalização institucional, destinado à entrega vinculada às ações educativas promovidas pelo Departamento, especialmente no âmbito do Projeto Verão Maior Paraná.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

Osvaldo Messias Machado
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN/PR

153475/2025

PORTARIA N.º 911/2025- DP/DAFI
Protocolo n.º 24.887.314-0

Designar os servidores deste Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR para atuar como gestor e fiscal da **Dispensa de Licitação n.º 67/2025**, conforme segue:
Gestor: Luis Douglas Henrique - CPF nº 026.XXX.XXX-00
Fiscais: Paulo Ricardo Morais - CPF nº 706.XXX.XXX-49 e Genilson Cardoso Lopes - CPF nº 741.XXX.XXX-68,
Objeto: Aquisição de bolas infláveis confeccionadas em vinil, com personalização institucional, destinada à utilização nas atividades educativas, voltadas à Educação para o Trânsito, promovidas pelo Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, no âmbito do Projeto Verão Maior Paraná.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

Osvaldo Messias Machado
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN/PR

153464/2025

PORTARIA n.º 933/25 – DP

O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, RESOLVE:

Art. 1º. Designar **CLEMAR PELEGRINI** – CPF nº 524.***.***-91, para responder pela chefia do DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE RECURSOS HUMANOS, no período de 07/11 a 14/11/205, durante férias do chefe titular JULIANO KUTIANSKI.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

assinado e datado eletronicamente
Santin Roveda
Presidente do Detran/P

153295/2025

NOTIFICAÇÃO DE RESULTADO DE RECURSO JARI PARA O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO.

Prezado Sr. ADALTO AIALA
Comunicamos que o recurso nº 116100.19970282635-3, referente ao processo administrativo do auto de infração de trânsito nº 116100-T000652861, foi julgado e DEFERIDO pela JARI. Porém, considerando a regularidade, formalidade e subsistência do respectivo processo administrativo, esta autoridade de trânsito decidiu recorrer da decisão daquela JUNTA, solicitando a revisão do julgamento ao CETRAN/PR, com fundamento no Art. 288, §1º do Código de Trânsito Brasileiro e Resolução 092/2024 CETRAN/PR, a fim de que a penalidade seja mantida.
Desta forma, informamos que Vossa Senhoria dispõe do prazo até 24/11/2025 para apresentar suas contrarrazões.
Para consultar o recurso desta Autoridade de trânsito, bem como, para apresentar suas contrarrazões frente o recurso CETRAN/PR, no exercício da ampla defesa e do contraditório, poderá ser utilizado o serviço online de autoatendimento: APRESENTAR ADENDO PARA DEFESAS E RECURSOS NO DETRAN-PR, disponível no site do DETRAN-PR: www.detran.pr.gov.br, basta acessar o serviço online, informar o número do protocolo 116100.19970484021-3 e seu CPF.
Em caso de dúvidas, entre em contato com nossos canais de atendimento.
Atenciosamente.
Departamento Executivo de Infrações de Trânsito – DEIT
Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR

152484/2025

PORTARIA N.º 937/2025 – DP

Designação de Membro Integrante para composição das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI do DETRAN/PR.

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR no uso das suas atribuições legais e prerrogativas fixadas no Decreto Estadual nº 11.418/2022 que institui o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

Considerando as competências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei n.º 9.503/1997, e Resolução n.º 357/2010 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Considerando a publicação do Decreto Estadual nº 11.600 de 23 de outubro de 2025.

Considerando o contido no art. 4º, inciso I do Decreto Estadual nº 11.418/2022.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Membro Integrante Titular, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná, para compor a Junta Administrativa de Recurso de Infrações – JARI, conforme segue:

INTEGRANTE	POSIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	JARI
Suzana do Rocio Colaço Ferreira Leite	Titular	DETRAN PR	JARI VIII

ART. 2º- Esta Portaria entra em vigor em 07 de novembro de 2025.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

Hilton Santin Roveda

Diretor-Presidente Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR

153519/2025

PORTARIA N.º 885/2025 – DP/DETRAN-PR

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na delegação prevista na Lei nº 7.811, de 29 de dezembro de 1983, e considerando o teor constante dos Protocolos nº 19.665.756-8 e 24.759.129-0,
RESOLVE:
Art. 1°. Determinar, com fulcro no art. 91 do Edital de Credenciamento nº 01/2021-DETRAN/PR, no art. 26 da Resolução CONTRAN nº 927/2022, na Lei Estadual nº 20.656/2021 e nos demais regulamentos aplicáveis, a instauração de processo administrativo com a finalidade de apurar, em tese, infrações às normas que regem o credenciamento e o funcionamento das clínicas médicas e psicológicas

vinculadas ao DETRAN/PR, imputadas à empresa L. A. BANNACH CALASANS ME (nome fantasia: L. A. Medicina e Psicologia de Tráfego), inscrita no CNPJ sob o nº 11.269.987/0001-60, com sede à Rua Deputado Accioly Filho, nº 713, Bairro Centro, Município de Loanda/PR. A referida empresa, de propriedade do Sr. Luiz Antônio Bannach Calasans, inscrito no CPF nº 253.867.199-04, encontra-se credenciada para o exercício de suas atividades no referido município, e teria, em tese, incorrido em infrações aos artigos 2º, 7º, 9º, §4º, 21, 23, 24, 38, 45, 46 e seu § 2º, 49, 50, 55, 56, 61, 64 do Edital de Credenciamento nº 01/2021-DETRAN/PR, bem como aos artigos 10, 11, 16, 17, 19 e 26 da Resolução nº 927/2022-CONTRAN, sujeitando-se às penalidades previstas nos artigos 82, 83, 87, 88 e seus incisos do referido Edital e ainda pelo Código de Ética Médica – Resolução CFM nº 2217/2018, Capítulo I - Princípios Fundamentais, incisos II, IV VI; Capítulo III – Responsabilidade Profissional – Art. 1º, parágrafo único; Art. 4º - 10, 11, 14, 17, 18, 19; Capítulo IV – Direitos Humanos – Art. 23 e 24;

Art. 2°. Fica designada a Comissão composta pelos servidores Silvana Baldanzi, CPF nº 470.094.709-87, devidamente inscrita na OAB/PR nº 12.056; Eunice Mary Munhoz de Moraes, CPF nº 020.416.199-10; e Sergio Ferreira, CPF nº 961.864.889-34, para, sob a presidência da primeira, conduzir os trabalhos necessários à apuração referida no artigo anterior.

Art. 3°. No exercício de suas atribuições, os servidores ora designados terão acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, devendo também colher depoimentos e produzir provas que entenderem pertinentes à apuração.

Art. 4°. A Comissão ora constituída terá o prazo de 90 (noventa) dias para concluir os trabalhos e apresentar relatório conclusivo à Autoridade Superior, podendo tal prazo ser prorrogado, sucessivamente, por até 30 (trinta) dias, limitado ao total de 150 (cento e cinquenta) dias.

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.
Santin Roveda
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

145933/2025

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL
PORTARIA nº 054/2025

O Coordenador Estadual da Defesa Civil – DC, nomeado pelo Decreto Estadual nº 131, de 12 de janeiro de 2023, no uso das que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 2.596, de 02 de setembro de 2019, o artigo 1º, §§ 1º e 2º do artigo 4º e anexo VI da Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012 e demais alterações posteriores, **RESOLVE:**

Art. 1º Dispensar, a partir de 14 de outubro de 2025, o 3°Sgt. QPBM Geovani Felipe Francescon, RG 9.XXX.409-X, da Função Privativa Policial de Agente Operacional da Defesa Civil, (FPP - 9).

Art. 2º Designar, a partir de 15 de outubro de 2025, o 3º Sgt QP PM Rodrigo Biss da Silva RG 8.XXX.570-X, na Função Privativa Policial de Agente Operacional da Defesa Civil, (FPP - 9).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

Cel. QOBM Fernando Raimundo Schunig,
Coordenador Estadual da Defesa Civil.

153532/2025

Procuradoria Geral do Estado

PORTARIA Nº 089/2025-PGE

Designa servidores para gestão, fiscalização, comissão de recebimento do objeto e gerenciamento de riscos do Contrato nº 7098/2025, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR.

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento no art. 13, XIX, do Regulamento da PGE (anexo ao Decreto nº 2.709/2019), no art. 7º, IV, da Lei nº 21.352/2023 e considerando a exigência legal de indicação de agentes públicos para a gestão e para fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados pela Administração Pública (arts. 7º e 8º, § 3º, da Lei nº 14.133/2021; arts. 10 e 11 do Decreto nº 10.086/2022), a indicação de comissão de recebimento de objeto (art. 179, inc. I, "b" e § 1º do Decreto n. 10.086/2022) e gerenciamento de riscos (art. 17C do Decreto 10.086/2022) e, ainda, considerando o contido no protocolo nº 24.146.433-4

RESOLVE

Art. 1º Designar os seguintes servidores para exercerem funções relacionadas ao Contrato nº 7098/2025, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, o qual tem por objeto a Prestação de Serviço de Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, para atender à demanda da Procuradoria-Geral do Estado;

SERVIDOR	CARGO	R.G.	FUNÇÃO DESIGNADA
GUILHERME SOARES	Procurador do Estado	X.361.XXX-8	Gestor
GERSON LUIZ FERMINO	Agente de Execução/QPPE	X.495.XXX-4	Gestor Suplente
DANIEL MATOS MARTINS	Procurador do Estado	XX.920.XXX-6	Fiscal Técnico
HELOISA MARIA LIMA PIOLI	Administradora	X.036.XXX-4	Fiscal Administrativo
THIAGO QUEIROZ GONÇALVES	Agente Profissional/QPPE	X.620.XXX-3	Recebimento do Objeto Definitivo
FULVIO MORENU	Agente Profissional/QPPE	X.541.XXX-8	Gerenciamento de Riscos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *assinado e datado digitalmente*.

Lucia Helena Cachoeira
Diretora-Geral

153302/2025

PORTARIA nº 090/2025 - PGE

Designa servidores para gestão e fiscalização do 1º termo aditivo ao Contrato nº 7401/2024, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, e a empresa Flora Horizonte Ltda.

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento no art. 13, XIX, do Regulamento da PGE (anexo ao Decreto nº 2.709/2019), no art. 7º, IV, da Lei nº 21.352/2023 e considerando a exigência legal de indicação de agentes públicos para a gestão e para fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados pela Administração Pública (arts. 7º e 8º, § 3º, da Lei nº 14.133/2021; arts. 10 e 11 do Decreto nº 10.086/2022) e o contido no protocolo nº 24.425.361-0,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **SOLANGE COSTA DIB**, R.G. nº X.351.XXX-4/PR, para atuar como Gestora e o servidor **ALISSON LOURENZO DE OLIVEIRA**, R.G. nº X.742.XXX-2/PR, para atuar como

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Fiscal do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 7401/2024, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, e a empresa Flora Horizonte Ltda., que tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato, nos termos da sua Cláusula Nona.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *assinado e datado digitalmente*.

Lucia Helena Cachoeira
Diretora-Geral

153337/2025

PORTARIA nº 091/2025 - PGE

Lota e designa servidores na Coordenadoria de Assuntos Fiscais - CAF.

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inc. VII do art. 5.º da Lei nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1° Lotar os servidores abaixo relacionados na Coordenadoria de Assuntos Fiscais – CAF:
I - CASSIA COTTA, RG n° 12.XXX.868-X;
II - MADALENA JULIA SOUZA DA SILVA, RG n°14.XXX.773-X.
Parágrafo único. Ficam revogadas as lotações anteriores.
Art. 2º Vincular os servidores públicos abaixo relacionados para atuar junto à Coordenadoria de Assuntos Fiscais – CAF, sem prejuízo de suas lotações:
I - BRUNO VINICIUS CARLOS DI DOMENICO, RG n° 11.XXX.636-X;
II - LETÍCIA RIBEIRO DE SOUZA, RG n°10.XXX.267-X.
Parágrafo único. Ficam revogadas as vinculações anteriores.
Art. 3º Vincular os servidores públicos abaixo relacionados para atuar junto à Procuradoria da Dívida Ativa – PDA, sem prejuízo de suas lotações:
I - EVELI KARIN MAENICH, RG n° 3.XXX.155-4;
II - LINDAMIR PEDRON MILLEZI, RG n°3.XXX.731-X.
Parágrafo único. Ficam revogadas as vinculações anteriores.
Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Lucia Helena Cachoeira
Diretora-Geral

153328/2025

Portaria nº 092/2025-PGE

Designa o servidor FERNANDO YASUO YOSHIOKA para atuar como Fiscal Técnico do Contrato nº 8827/2024, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, e a empresa e Advise Produtos e Serviços em Tecnologia Ltda..

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento no art. 13, XIX, do Regulamento da PGE (anexo ao Decreto no 2.709/2019), no art. 7º, IV, da Lei nº 21.352/2023 e considerando a exigência legal de indicação de agentes públicos para a gestão e para fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados pela Administração Pública (arts. 7º e 8º, § 3º, da Lei nº 14.133/2021; arts. 10 e 11 do Decreto nº 10.086/2022), a indicação de Comissão de Recebimento de Objeto (art. 179, inc. I, "b" e § 1º do Decreto n. 10.086/2022) e, ainda, considerando o contido no protocolo nº 21.160.056-0;

RESOLVE

Art. 1° Designar, a partir de 24 de outubro de 2025, o servidor **FERNANDO YASUO YOSHIOKA**, RG. nº 13.XXX.109-X, para atuar como Fiscal Técnico do Contrato nº 8827/2024, celebrado entre o Estado do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, e a empresa Advise Produtos e Serviços em Tecnologia Ltda., o qual tem por objeto a contratação de serviço de monitoramento de andamentos em processos judiciais previamente cadastrados, na forma da Portaria n° 010/2025-PGE, ficando dispensada, na mesma data, a servidora JÚLIA SANTI FISCHER.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Lucia Helena Cachoeira
Diretora-Geral

153288/2025

PORTARIA nº 093/2025 - PGE

Súmula: Constitui a equipe de planejamento da contratação de Solução de Apoio à Cobrança da Dívida Fiscal e Transação Tributária.

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento no art. 13, XIX, do Regulamento da PGE (Decreto nº 2709/2019), e considerando a exigência legal de indicação de comissão para a gestão e para fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos firmados pela Administração Pública (art. 7 da Lei 14.133/21; art. 97, III, e art. 123, I, "b" da Lei Estadual nº 15.608/07; arts. 6 e 7 do Decreto nº 10.086/2022), bem como o contido no protocolo n. 23.683.545-6,

RESOLVE

Art. 1º Dispensar, a pedido, o Procurador do Estado **RODRIGO TOURINHO DANTAS**, RG 13.XXX.008-X das funções na equipe de planejamento da contratação de Solução de Apoio à Cobrança da Dívida Fiscal e Transação Tributária.
Art. 2º Designa o Procurador do Estado **EDUARDO MOREIRA LIMA RODRIGUES DE CASTRO**, RG nº 13.XXX.230-X, para compor a equipe de planejamento da contratação de Solução de Apoio à Cobrança da Dívida Fiscal e Transação Tributária.
Art. 3º Altera a redação do inciso I do art. 2º da Portaria n° 26, de 6 de maio de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
I - EDUARDO MOREIRA LIMA RODRIGUES DE CASTRO, RG nº 13.XXX.230-X
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Lucia Helena Cachoeira
Diretora-Geral

153259/2025

Secretaria da Administração e da Previdência

DESPACHO Nº: 1729/2025
Protocolo nº: 22.498.291-7
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Púlicas - DECON
Assunto: PREG-E 1991/2024 – Adjudicação e Homologação
Data: 04/11/2025

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº Preg-E 1991/2024, tipo **menor preço**, objetivando o **Registro de Preços**, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços para a futura e eventual aquisição de **RAÇÃO PARA CÃES FILHOTES, CÃES ADULTOS E CÃES IDOSOS**, segundo especificações contidas no edital e anexos, mov. 310, no valor máximo de **R$ 1.186.556,24 (Um milhão, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos)**, dividido em 05 (cinco) lotes.

2. Após o trâmite das fases do procedimento licitatório, apresentação das propostas, entrega da documentação, foi declarada vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	CNPJ	LOTES
RODRIGO GAGLIARDI HARA LTDA.	17.615.439/0001-21	03
Lotes já homologados: 01, 02, 04 e 05		

3. Recursos:

M. DEZVNKA DISTRIBUIDORA, interpôs manifestação de recurso contra sua desclassificação, mov.458. A empresa RODRIGO GAGLIARDI HARA LTDA apresentou as contrarrazões, mov. 459.

Manifestação do Pregoeiro:
• "**CONHEÇO do recurso**, e, no mérito **JULGO IMPROCEDENTE** as razões apresentadas pela empresa **M. DEZVNKA DISTRIBUIDORA**, bem como **MANTENHO A DECISÃO** que declara vencedora a empresa **RODRIGO GAGLIARDI HARA EIRELI – EPP**. no lote 03 do Pregão Eletrônico nº 1991/2024, mov.462.

4. Na fase externa, nos termos do Edital, a disputa observou como critério de julgamento o menor preço, cujo valor total máximo foi de **R$ 1.186.556,24 (Um milhão, cento e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos)**. Após a disputa, o lote 03 foi arrematado pelo valor de **R$ 337.268,16 (trezentos e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos),** representando um desconto de **54,40%** em relação ao valor autorizado para o referido lote, cujo valor total era de R$ 739.696,32 (setecentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos), conforme relatório GMS, mov. 464.

5. Considerando a Informação nº 316/2025 (fls. 2824/2828a – mov. 468) da Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS, de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela

Administração Pública, nos termos do art.4º, XII do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no art. 165 § 2º da Lei nº. 14.133/2021, **NEGO PROVIMENTO** aos recursos administrativos interpostos, e nos termos do art. 13, VI e art. 107, IV do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e do art. 713, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

6. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos art.s 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 10, §§1º ao 4º, do Decreto nº 4.258/2023.

7. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

(assinado digitalmente)
Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

152913/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 10959 04/11/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
248232773	ADELAIDE ALVES RODRIGUES DOS SANTOS	52081246	1	SEED	
248869534	ADILSON JOSE DE SOUZA	30647815	1	SEED	
246804753	ANGELA MARIA LACAVA BITTENCOURT	87299376	1	SEED	
237620119	BEATRIZ CRESTANI DOS SANTOS	42889610	1	SEED	
248918942	CIDNEY ROSA DE OLIVEIRA	46398408	1	IAT	
241318354	CRISTHYANE RAMOS HADDAD	44825406	1	SEED	
248954507	DORIANE RIZZO	45293360	1	SEED	
246313210	EDUARDO FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA	34827141	1	REPR	
248876239	GLADIS SALETE KAMPHORST	18231514	93	SEED	
248665262	LAUDEMIR BARANHIUKI	42947083	1	CEPR	
235795493	LENICE GOMES FERREIRA DUTRA	64175375953	1	SEED	
248713348	MARCIA ELOISA DENKER MALDONADO	45724760	3	SEED	

153033/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 10960 04/11/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
248931167	MARIA ERONI WISCHINIESKI MASUCATTO	33669852	1	SEED	
246096902	MARIA PAULINA DE OLIVEIRA	41639113	1	SEED	
248919736	MARISA LICHTFELD NIZER	103497752	1	SEED	
248749679	MARISE BRUNET DOS SANTOS	34259844	1	SEED	
232850663	NEUSA ANTONIA SOTOCORNO	18006081	1	SEED	
246688184	OZAIDE PINHEIRO	45140555	2	SEED	
248924225	RENE ALESSANDRA BETIO ARAUJO	46358317	1	SEED	
248890932	ROSANGELA MARIA DE SOUZA	57846526	1	SEED	
242432991	ROSELI AULER SALVADEO	38702882	1	SEED	
248891475	SONIA APARECIDA STANOGA	52409055	1	SEED	
248004550	WILSON FRASAO DE ARAUJO	40636854	2	SEED	

152279/2025

1 RESOLUÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL N. 10947

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,

-

0 RESOLVE

-

0 CANCELAR, POR DECISÃO JUDICIAL, A PENSÃO MENSAL CONCEDIDA EM NOME DE:

-

-

-

0

RG	NOME	PROTOCOLO
12.388.930-4	LUANA NATHIELY KESTERING BIANCATO	24.894.507-9

-

-

-

CURITIBA, 04/11/2025

-

-

-

0 LUIZÃO GOULART
0 SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
0 DA PREVIDÊNCIA

152277/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N° 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DA LEI N° 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).
PORTARIA N. 8540 04/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
VERA MARIA BORGES DE CARVALHO			3	193	14/02/2008	31/12/2008	SEED/CRES PROF
31363608	54	NII11			06/04/2009	31/12/2010	SEED/CRES PROF
					03/02/2011	31/12/2011	SEED/CRES PROF
MARCIA REGINA DA SILVA			4	16	30/12/1993	01/02/1998	PM JARDIM ALEGRE
54341474	1	NII11					
EDSON LUÍS KUZMA			12	49	13/02/2013	03/04/2025	PM DE IRATI
102047710	1	NAI					
MADALENA ANTONELO LOCATELLI			0	231	14/03/2005	04/11/2005	PM DOIS VIZINHOS PROF
64589420953	2	NIII11					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI Nº 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.
PORTARIA N. 8541 04/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
VERA MARIA BORGES DE CARVALHO			11	235	30/03/1992	20/09/1993	INSS BALC
31363608	54	NII11			01/05/1997	31/05/1997	INSS
					01/06/1997	30/11/1999	INSS
					01/12/1999	31/05/2000	INSS
					01/06/2000	31/01/2002	INSS
					01/04/2002	30/09/2002	INSS
					01/10/2002	31/08/2007	INSS
ILENA LUDWIG			0	200	01/08/2001	16/09/2001	INSS AUX
49514646	97	NIII11			01/01/2003	24/02/2003	INSS AUX
					01/08/2003	03/08/2003	INSS AUX
					01/01/2004	01/02/2004	INSS AUX
					01/08/2004	06/10/2004	INSS AUX
MARIA LUCIA DA SILVA DE SOUZA			16	292	08/08/1985	31/08/1988	INSS
49853890	1	NAXII			12/09/1988	28/03/1989	INSS
					18/04/1989	29/10/1990	INSS
					15/05/1991	31/07/1993	INSS
					07/12/1993	06/03/1994	INSS
					20/10/1999	17/01/2000	INSS
					18/01/2000	10/03/2001	INSS
					01/06/2002	22/03/2010	INSS

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 129 DA LEI Nº 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).
PORTARIA N. 8542 04/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
CLAUDIA MELATTI			0	267	05/04/1995	31/12/1995	SEED/CLT PROF
36306335	3	NII11					
JAQUELINE GORISCH WILKOMM FRUET			3	20	09/02/2015	28/02/2018	SEED/EX LF93 PROF
81867763	94	NII03					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).
PORTARIA N. 8543 04/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
CAROLINE ESTHEFANY DE PONTES SANTOS			3	340	29/10/2020	29/09/2024	SESP/ACRE
01194212247	1	NAUNICA					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).
PORTARIA N. 8544 06/11/2025
ORGAO - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
FERNANDO ASSIS MENEZES REIS			8	161	09/11/2015	19/04/2024	PM NS DAS GRACAS
71182010	1	NAIII					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI Nº 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.
PORTARIA N. 8545 06/11/2025
ORGAO - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO

FERNANDO ASSIS MENEZES REIS			9	117	01/04/2003	30/06/2006	INSS
71182010	1	NAIII			22/04/2009	14/02/2011	INSS
					01/08/2011	17/05/2013	INSS
					20/05/2013	06/11/2015	INSS

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 129 DA LEI Nº 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).

PORTARIA N. 8546 06/11/2025

ORGAO - ESCOLA DE MÚS. BELAS ARTES DO PARANÁ

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
RENATO TORRES			5	0	09/09/2015	09/09/2020	UEPG PROF
50588300	2	NAIII					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI Nº 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

PORTARIA N. 8547 06/11/2025

ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
LUCIANA APARECIDA ROSSI SCHUERZOSKI			4	139	01/06/1982	31/07/1984	INSS
45356680	1	NAXIII			28/10/1987	09/11/1987	INSS
					01/12/1987	06/02/1990	INSS
LUCIANA APARECIDA ROSSI SCHUERZOSKI			11	103	21/11/1984	02/05/1987	INSS
45356680	1	NAXIII			20/05/1991	04/07/1994	INSS
					02/07/2004	17/03/2010	INSS

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FIM DE CONCESSÃO DE ADICIONAIS, APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 8. DA LEI Nº 10296 DE 27 DE MAIO DE 1993 E O ARTIGO 130 DA LEI 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).

PORTARIA N. 8548 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
SORAYA APARECIDA RODRIGUES SANTOS			14	279	03/11/2008	11/08/2023	COPEL
8800909	1	NAI					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI Nº 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

PORTARIA N. 8549 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
SORAYA APARECIDA RODRIGUES SANTOS			1	274	12/08/2023	15/05/2025	INSS
8800909	1	NAI					

152730/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).

PORTARIA N. 8550 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
MARIA CANDIDO			1	101	21/03/1998	01/07/1999	PM BRAGANEY PROF
17423444	2	NIII11					
NANCI TERESINHA CARAMORI TONDO			2	256	06/09/1985	18/12/1987	PM CASCAVEL PROF
34996423	1	NIII11			29/07/1991	31/12/1991	PM CASCAVEL PROF
NANCI TERESINHA CARAMORI TONDO			0	72	24/06/1985	05/09/1985	PM CASCAVEL PROF
34996423	2	NIII11					
EVA ANGELA PIFFAR LOCATELLI			2	91	01/03/1991	31/05/1993	PM COLOMBO PROF
38794760	2	NII11					
CLEIDINEIA SILVEIRA FERREIRA			10	27	04/10/1988	17/12/1988	PM FLORESTÓPOLIS PROF
40685600	1	NII11			16/02/1989	31/12/1989	PM FLORESTÓPOLIS PROF
					19/02/1990	28/02/1993	PM FLORESTÓPOLIS PROF
					31/03/1998	08/02/2004	PM FLORESTÓPOLIS PROF
					24/12/2004	02/02/2005	PM FLORESTÓPOLIS PROF
ANA CLAUDIA SERAFINI			1	301	01/08/1992	31/05/1994	PM CHOPINZINHO PROF
41782153	3	NIII09					
MARIZA CHIARANI			0	271	01/03/2004	28/04/2004	SEED/CRES PROF
42142204	1	NIII11			04/05/2004	18/05/2004	SEED/CRES PROF
					01/06/2004	18/12/2004	SEED/CRES PROF
VERANICE CELESTINO DA SILVA PAULINO			7	321	12/03/2001	02/02/2009	PM IPORA PROF
42309095	99	NII11					
VERANICE CELESTINO DA SILVA PAULINO			0	93	01/02/2010	03/05/2010	PM IPORA PROF
42309095	1	NII01					

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SIMONE GONCALVES			1	1	01/04/1987	01/03/1988	PM PARANAVAI PROF
42348104	2	NII11			01/03/1994	30/03/1994	PM PARANAVAI PROF
ROSEMARIA COUTINHO RIBEIRO PEREIRA			1	323	09/02/2009	31/12/2010	SEED/CRES PROF
48298583	1	NII11					
CHARLESTON LUIZ DA SILVA			1	198	09/02/2004	13/04/2004	SEED/CRES PROF
49197853	1	NIII01			20/04/2004	22/12/2004	SEED/CRES PROF
					14/02/2005	23/10/2005	SEED/CRES PROF
ZENILDA COSTA FRAGASSO			3	280	01/07/1987	10/04/1991	PM APUCARANA
49217641	1	NAXII					
GENOVI MARIA FRARON CAMARGO			0	137	01/10/2010	17/02/2011	PM ESP ALTO PROF
49929595	91	NII11					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N° 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DA LEI N° 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).

PORTARIA N. 8551 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
MARCIA LUCIA DA SILVA JODAR			5	261	01/06/2000	31/08/2004	PM CAMPO MOURÃO PROF
54293100	2	NII11			17/08/2006	06/02/2008	PM CAMPO MOURÃO PROF
ELISETE MARTINS			4	205	03/03/2009	31/12/2010	SEED CRES PROF
62832738	5	NII09			03/02/2011	31/12/2011	SEED CRES PROF
					04/02/2013	31/12/2013	SEED CRES PROF
					03/02/2014	31/12/2014	SEED CRES PROF
ELISETE MARTINS			7	61	01/02/1995	30/04/1999	PM FAZENDA RIO GRANDE PROF
62832738	5	NII09			01/05/1999	31/03/2002	PM FAZENDA RIO GRANDE PROF
VALDIR MACHADO GUIMARAES			1	114	13/09/2022	04/01/2024	PM PITANGA PROF
67378563	4	NI01					
ELIANA DE CASSIA NUNES			4	220	07/05/1998	15/06/1998	GOV SP PROF
89819873	1	NII11			22/06/1998	22/07/1998	GOV SP PROF
					03/08/1998	30/12/1998	GOV SP PROF
					08/02/1999	09/02/2003	GOV SP PROF

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N° 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI N° 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

PORTARIA N. 8552 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
IRENE MASSARANDUBA DE FREITAS			12	291	09/03/1986	31/01/1987	INSS AUX
36786566	1	NIII06			01/02/1989	30/06/1993	INSS AUT
					01/11/1993	22/10/1994	INSS AUX
					23/10/1994	30/10/1996	INSS TELEF
					31/10/1996	19/06/1998	INSS TELEF
					22/06/1998	09/09/1998	INSS TELEF
					14/09/1998	29/01/1999	INSS ESC
					01/02/1999	14/03/1999	INSS ESC
					05/04/1999	31/01/2000	INSS AUX
					23/06/2000	16/04/2001	INSS TELEF
					01/01/2002	30/06/2002	INSS TELEF
IRENE MASSARANDUBA DE FREITAS			4	8	02/01/1981	31/12/1984	INSS SECRET
36786566	97	NIII11			01/03/1986	08/03/1986	INSS AUX
SIMONE GONCALVES			6	238	01/11/1986	31/03/1987	INSS PROF
42348104	2	NII11			02/03/1988	28/02/1994	INSS PROF
					31/03/1994	30/06/1994	INSS PROF
DANIELA VON STEIN			1	74	30/07/1999	13/10/2000	INSS PROF
42413160	1	NII11					
JOSIANE PEREIRA PINTO			5	48	16/02/1987	03/11/1988	INSS
42662801	1	NAXII			01/02/1991	30/05/1993	INSS
					01/06/1993	30/06/1994	INSS
MARIA DE FATIMA BARBOSA BARBALHO			4	267	16/06/1988	11/01/1990	INSS
44507463	1	NAXII			01/09/1990	01/11/1993	INSS
MARCIA MOREIRA			13	126	01/03/1997	28/01/2007	INSS PROF
44861933	1	NII11			23/07/2007	30/12/2010	INSS PROF

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N° 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI N° 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

PORTARIA N. 8553 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
IVANIR VARNIER			7	206	01/02/1997	30/11/1997	INSS
47605245	1	NAXII			01/06/1998	16/11/2000	INSS
					02/07/2001	11/10/2005	INSS
ROSEMARIA COUTINHO RIBEIRO PEREIRA			8	68	02/01/2002	08/02/2009	INSS PROF
48298583	1	NII11			01/01/2011	31/01/2012	INSS PROF
ZENILDA COSTA FRAGASSO			12	257	01/01/1987	30/06/1987	INSS
49217641	1	NAXII			12/07/1993	08/03/1997	INSS
					07/04/1998	21/05/1998	INSS
					25/01/1999	29/06/2007	INSS

ROSANGELA MIOLA GALVÃO			7	217	01/11/1990	29/11/1990	INSS
52016720	2	NI01			01/06/1991	24/08/1991	INSS
					18/09/1991	06/12/1991	INSS
					10/04/1992	29/05/1995	INSS
					30/05/1995	04/05/1999	INSS
MARIZA BOEIRA			11	88	01/10/1992	16/01/1993	INSS
54636342	1	NAXI			02/05/1996	31/12/1996	INSS
					24/02/1997	31/12/1998	INSS
					25/01/1999	28/06/2007	INSS
MARICLEIA VIDAL			8	349	14/02/2000	02/02/2009	INSS NC
57218320	1	NII11					
ELAINE APARECIDA DONATONI			1	43	02/01/1993	28/02/1993	INSS OPER
62524103	2	NIII11			01/03/1996	16/02/1997	INSS OPER
HENRIQUE DOS SANTOS			5	124	19/07/2000	22/11/2005	INSS PROF
65391260	4	NII11					
MARIA DENISE SOARES SANTOS			3	148	22/02/1988	19/07/1991	INSS PROF
67528743	1	NII11					
MICHELE ALINE IMBRIANI DAVANSO			8	303	03/05/2006	05/03/2015	INSS PROF
86279444	3	NII10					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI Nº 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

PORTARIA N. 8554 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
CATIA BETINA DIEL			2	97	01/11/1993	07/02/1996	INSS PROF
86452103	1	NII11					
SANDRO ECTORE VOLPATO			19	247	22/05/1995	28/01/2015	INSS PROF
89405331949	96	NIII01					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 129 DA LEI Nº 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).

PORTARIA N. 8555 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
PAULO JUARES POLITA CARVALHO			8	138	14/04/1986	20/12/1992	SEED CLT AUX
40628436	2	NIII08			21/12/1992	31/08/1994	SEED LF01 EXON TEC
ANITA STEINER SCHNEIDER			16	340	01/06/1994	10/05/2011	SEED CLT AUX
46708946	1	NAVIII					
TAMARA LUZ DE SOUZA GIOVANONI			2	212	30/01/2006	31/08/2008	SEED/EFETIVO AGENTE
86113120	2	NII11					
EDIMOR ANTONIO MICHELON			3	3	30/01/2006	02/02/2009	SEED/EFETIVO AGENTE
107063692	2	NIII04					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).

PORTARIA N. 8556 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
MICHEL HENRIQUE ANDRADE HIGINO COSTA			2	0	06/04/1998	05/04/2000	EXERCITO
69707076	1	NAVI					
ANDERSON FERREIRA DA CRUZ			2	86	04/02/2013	29/04/2015	SEJU
77536116	3	NAUNICA					
MORGANA JAQUIS DE OLIVEIRA MULLER			2	188	11/04/2013	18/10/2015	T. DE JUSTICA
86060450	1	NAIX					
MYLENA YUMI NISHIYAMA DE ALENCAR			1	173	12/08/2016	01/02/2018	PM IBIPORA
89748909	1	NAUNICA					
MYLENA YUMI NISHIYAMA DE ALENCAR			7	182	02/02/2018	05/08/2025	PM LONDRINA
89748909	1	NAUNICA					
JESSIKA KARINE DALLA VECCHIA			2	93	03/05/2023	05/08/2025	PM S. JOSÉ DOS PINHAIS
95002129	1	NAUNICA					
JESSIKA KARINE DALLA VECCHIA			1	343	20/05/2021	02/05/2023	PM CURITIBA
95002129	1	NAUNICA					
MARCOS DA ROCHA BORBA			4	105	19/01/2011	03/05/2015	PM MARILUZ
97906394	3	NAUNICA					
KATIANNY IRLLY GOMES CARVALHO			5	254	27/11/2019	05/08/2025	PM CURITIBA
164058751	1	NAUNICA					
WILLIAN THIAGO WARTHA			2	238	12/12/2022	05/08/2025	PM C G DO SUL
07741287982	1	NAUNICA					

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI Nº 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

PORTARIA N. 8557 06/11/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
ELCIO LUIZ KOVALHUK			7	6	12/07/1994	31/12/1995	INSS
53365299	1	NAUNICA			18/01/1999	31/05/2000	INSS
					01/04/2003	31/03/2005	INSS
					01/07/2005	31/08/2007	INSS
ANDERSON FERREIRA DA CRUZ			8	6	28/01/2000	03/05/2000	INSS
77536116	3	NAUNICA			01/08/2000	10/10/2005	INSS
					01/01/2010	31/12/2011	INSS
					19/04/2012	07/11/2012	INSS
WILLIAN THIAGO WARTHA			11	324	01/08/2010	30/09/2018	INSS
07741287982	1	NAUNICA			01/10/2018	24/06/2022	INSS

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 A CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N° 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 129 DA LEI N° 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 (PESSOA CIVIL).

PORTARIA N. 8558 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	ANOS	DIAS	D.INICIO	D.FINAL	SERVIÇO PRESTADO
ANDERSON FERREIRA DA CRUZ			10	92	04/05/2015	05/08/2025	SEJU LF02 EXON
77536116	3	NAUNICA					
ELDERSON LUIS SANTOS			9	167	22/02/2016	05/08/2025	PMPR
85571265	2	NAUNICA					
ROZEANE FRANCO DE FARIA			3	5	01/08/2022	05/08/2025	PMPR
103854482	2	NAUNICA					
WILLYAN CZECKOSCKI			3	6	01/08/2022	05/08/2025	PMPR
109034061	2	NAUNICA					

152731/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

PORTARIA N. 8559 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 1277 DE 11/04/2019 O NOME DE CLAUDIOMARA MARIA KLITA
R.G. 42152560 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 3538 DE 26/11/2019 O NOME DE VALDEMIRA FERREIRA DE ANDRADE
R.G. 14575535893 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 14749 DE 22/05/2018 O NOME DE ADRIANA APARECIDA MENOSSE MÓIA
R.G. 52811279 LF - 1

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

PORTARIA N. 8560 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 2841 DE 11/09/2019 O NOME DE VANDIRA APARECIDA GILIOLLI VOLTOLINI
R.G. 37453706 LF - 92
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6464 DE 02/06/2004 O NOME DE HELOISA IVASZEK JENSEN
R.G. 34908982 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6544 DE 21/01/2021 O NOME DE ANGELA MARIA RODAKOWSKI DE ONOFRE
R.G. 21958905 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 10304 DE 30/11/2004 O NOME DE CLETO DE ASSIS ALVES
R.G. 39586096 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 24704 DE 10/11/2010 O NOME DE MARIA ODETE TOSTA
R.G. 32299296 LF - 1

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

PORTARIA N. 8561 06/11/2025

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 6782 DE 16/04/2012 O NOME DE ZELIA FERREIRA
R.G. 66468020 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 13678 DE 07/06/2005 O NOME DE ANA PAULA RODRIGUES ROSINI
R.G. 75019971 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 19262 DE 23/10/2009 O NOME DE VERA LUCIA CZUY
R.G. 58398349 LF - 90
EXCLUIR DA PORTARIA N. 20164 DE 06/01/2010 O NOME DE MARIA ZILMA LEANDRO
R.G. 62643048 LF - 90

152729/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 10961 04/11/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
GRASIELE DA SILVA PONTES BELLO	04829128984	39	NAXII	249253650	04/11/2025	SEED
SUSANA PEREIRA PIOCHI	09992091916	1	NAI	249242110	10/11/2025	SEED

152278/2025

Resolução SEAP nº. 10942

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
24.876.772-3	CLAUDIO JORGE GUIMARÃES	UEPG
24.765.364-3	ALBO CARLOS CAVALHEIRO	UEL
24.688.331-9	ADILOAR FRANCO ZEMUNER	UEL
24.823.421-0	ROSI ELIANE DE CASSIA BATISTA	UEPG

Curitiba, 03 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10943

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de CLAUDIA MARTINS AMADIO BUENO, R. G. nº 8.XXX.956-X, LF 03, Professor, SEED, conforme cálculos de fls. 63 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 6.506,41 (Seis mil, quinhentos e seis reais e quarenta e um centavos).
Protocolo nº 24.379.487-0
.

Curitiba, 03 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10945

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de FIDELCINO FRANCISCO FERREIRA, R. G. nº 2XX. 529-X, LF 01, Agente Universitário Apoio, UEL, conforme cálculos de fls. 81 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 5.434,36 (Cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos).
Protocolo nº 23.986.064-8
.

Curitiba, 03 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10962

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, a ILSON APARECIDO LOCASTRE, RG. 4.XXX.804-X, LF 02, SEED, o Abono de Permanência a partir da data de direito, em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária conforme Despacho nº 129/2025 – DSF.
Protocolo nº 24.359.853-2

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 10963

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, a MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS, RG. 4.XXX.779-X, LF 01, SEED, o Abono de Permanência a partir da data de direito, em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária conforme Despacho nº 128/2025 – DSF.
Protocolo nº 23.215.632-5

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10964

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, a VALDIRENE GONÇALVES DE OLIVEIRA, RG. 4.XXX.243-X, LF 02, SEED, o Abono de Permanência a partir da data de direito, em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária conforme Despacho nº 127/2025 – DSF.
Protocolo nº 23.098.008-0

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10965

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, a SALETE MARLI MARAN, RG. 4.XXX.729-X, LF 01, SEED, o Abono de Permanência a partir da data de direito, em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária conforme Despacho nº 126/2025 – DSF.
Protocolo nº 22.708.671-8

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10966

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
24.853.091-0	JOCELI ATHEL NEVES DAVID	UEM
24.880.490-4	ROSELI DE LIMA SILVA	UEM

24.863.477-4	SANDRA REGINA CARDOSO	UEM
24.888.570-0	IGLAIR SOLANGE GUERREIRO DO AMARAL	UEPG
24.606.219-6	MAURO ROSA TOLEDO	UEL
24.763.374-0	EGIDIO LUIZ NUNES	UEL

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10967

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 10386 de 25/02/2021, na parte que transferiu para reserva remunerada compulsória proporcional por cargo eletivo, ERCILIO BENEDITO DA SILVA, RG 4.XXX.671-X, 3º Sargento, LF 01, PMPR, conforme Despacho Previdenciário – PRPREV.
Protocolo nº 24.236.602-6

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10968

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 6165 de 26/07/2024, que transferiu para reforma por invalidez integral, MARCELINO JOSE DOS SANTOS, RG 7.XXX.178-X, Soldado 1ª Classe, LF 01, PMPR, conforme Despacho Previdenciário – PRPREV.
Protocolo nº 23.602.097-5

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 10969

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 145 de 16/01/2023, na parte que concedeu aposentadoria voluntária integral por tempo de contribuição a CARLOS BATISTA TEIXEIRA, RG 3.XXX.057-X, Agente de Apoio, LF 01, SESP, conforme Despacho Previdenciário – PRPREV.
Protocolo nº 24.388.983-9

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP nº. 10970

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 11971 de 18/08/2021, na parte que transferiu para reserva remunerada integral por tempo de contribuição, ALUISIO MARTINS CARDOSO, RG 4.XXX.868-X, 3º Sargento, LF 01, PMPR, conforme Despacho Previdenciário – PRPREV.
Protocolo nº 24.914.820-2

Curitiba, 04 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

152875/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 1009/2025

Concede Progressão por Avaliação de Desempenho do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER - QPIDR.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13-A da Lei Complementar n.° 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador de 04 de abril de 2025 (Protocolo n.° 23.342.639-3) o contido na Lei n.º 21.108, de 30 de junho de 2022, que instituiu o Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER e o disposto no Protocolo n.° 24.809.090-1.

RESOLVEM:

Art. 1° Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho, na forma dos art.° 13 e 14, da Lei n.º 21.108/2022, aos servidores relacionados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 à Unidade de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

ANEXO ÚNICO

N.	NOME	RG	ID	LF	CARGO	DE		PARA	
						CL	REF.	CL	REF.
1	ALINI TAICHI DA SILVA MACHADO	9.XXX.877-X	722593	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
2	AVNER PAES GOMES	9.XXX.404-X	772708	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
3	BRUNO LUIS KREVORUCZKA	7.XXX.761-X	722346	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
4	CEZAR AUGUSTO DUCHEIKO	9.XXX.461-X	436676	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE2	5	PE2	6
5	CLEBER LUIS SONEGO	8.XXX.302-X	615281	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE3	3	PE3	4
6	DALVAN JOEL PETRY MALLMANN	8.XXX.509-X	772664	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE3	3	PE3	4
7	FLAILTON JUSTINO ALVES	4.XXX.573-X	773104	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE3	3	PE3	4
8	FLAVIA LEAO ALMEIDA SILVA	15.XXX.563-X	773239	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
9	HERCULES JUNIOR DAVIES LAGO	4.XXX.156-X	773107	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE3	3	PE3	4
10	ICARO DANIEL PETTER	14.XXX.269-X	772677	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
11	INACIO BARANHUK	6.XXX.153-X	531511	3	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE2	2	PE2	3
12	IZAC DE SOUZA FERREIRA	13.XXX.779-X	773117	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE3	3	PE3	4
13	JOELCIO DE SOUZA VIGOLO	7.XXX.627-X	266939	2	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
14	JOSE ALVES DE AZEVEDO	6.XXX.920-X	190440	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE1	14	PE1	15
15	LAIS GOMES ADAMUCHIO DE OLIVEIRA	10.XXX.762-X	772712	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
16	LEANDRO MICHALOVICZ	7.XXX.977-X	722614	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6

17	MARCIA CRISTINA LAWICH	5.XXX.478-X	579890	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE2	2	PE2	3
18	MARLEY MARTINS DE OLIVEIRA	5.XXX.134-X	187850	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE1	12	PE1	13
19	NILSON MARCOS BALIN	9.XXX.309-X	736090	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE3	3	PE3	4
20	PAULO EDUARDO SIPOLI PEREIRA	7.XXX.821-X	724123	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
21	RAFAEL ALBERTO GUOLLO DE OLIVEIRA	9.XXX.012-X	734393	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
22	RAFAEL SOUZA DOS SANTOS	8.XXX.903-X	437337	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE3	3	PE3	4
23	RODRIGO ARTEN	13.XXX.558-X	590861	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE1	6	PE1	7
24	THIAGO MORAES DE OLIVEIRA	9.XXX.762-X	695360	3	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
25	TIAGO PACHECO STADLER	10.XXX.388-X	721968	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
26	VALDAIR DE MORAIS	9.XXX.964-X	579829	1	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	PE2	2	PE2	3
27	VIVIAN RANK KERNINSKI	10.XXX.247-X	722532	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
28	WAGNER GONCALVES DA SILVA	7.XXX.350-X	436791	2	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6
29	WILLIAM DE BRINO SILVA	14.XXX.671-X	722958	1	PROFISSIONAL DE GRADUAÇÃO SUPERIOR	PS3	5	PS3	6

153333/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR Nº 1011/2025

Concessão de Progressão por Titulação aos empregados públicos integrantes do Quadro Próprio da Codapar.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência,** o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13-A da Lei Complementar n.° 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador de 04 de abril de 2025 (Protocolo n.° 23.342.639-3), o contido no Plano de Cargos e Salários/ Plano de Carreira, de julho de 2013, que instituiu o Plano de Carreiras e Salários da CODAPAR, e o disposto no Protocolo n.° 24.854.212-8,

RESOLVEM:

Art. 1° Conceder, na forma do § 3º do Art. 12 ° do Regulamento que dispõe sobre a carreira dos empregados da CODAPAR, DIOE Edição n.º 8994 de 08 de julho de 2013, atendido o critério de Progressão por Titulação, ao integrante do Quadro Próprio da CODAPAR, relacionados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema da Unidade de Recursos Humanos dos empregados públicos.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

ANEXO ÚNICO

N.	NOME	RG	ID	LF	TIPO DE FUNDO	CARGO	DE		PARA	
							CL	REF.	CL	REF.
1	JOSE ANTONIO DE CARVALHO	3.XXX.759-X	8116	1	CLT	AAE	AD03	6	AD03	8
2	JOSE ROBERTO ZANONI	1XX.260-X	7903	1	CLT	AAE	SP03	6	SP03	8

153498/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 1012/2025

Retifica Progressão por Titulação da servidora NEIDE BOM FOGO CORREA por força de Ordem Judicial.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, , o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90, da Constituição do Estado do Paraná, observada a Lei Estadual n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, a Lei Estadual n.º 21.108, de 30 de junho de 2022, os termos do Mandado Judicial – Autos n.º 0018520-42.2023.8.16.0014 e o contido no protocolado sob o n.º 20.418.022-9,

RESOLVEM:

Art. 1° Retificar, por força de decisão judicial**,** o art. 1º da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR n.º 742, de 05 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná edição n.º 11.925, de 17 de junho de 2025, que concedeu 2 (duas) referências salariais por progressão, a título de Progressão por Titulação, na forma do § 2° e caput do art. 15, da Lei n.º 21.108/2022, à servidora abaixo relacionada integrante do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				Classe	Ref.	Classe	Ref.	
Neide Bom Fogo Correa	182199	4.xxx.643-x	Profissional Especialista	PE1	09	PE1	11	19/12/2022

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Retificar, por força de decisão judicial, o art. 1º da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IDR n.º 152, de 21 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná edição n.º 11.329, de 02 de janeiro de 2025, que concedeu Progressão por Avaliação de Desempenho, na forma do § 2° do art. 14, da Lei n.º 21.108/2022, à servidora abaixo relacionada integrante do Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER:

NOME	ID	RG	CARGO	DE		PARA		A partir de
				Classe	Ref.	Classe	Ref.	
Neide Bom Fogo Correa	182199	4.xxx.643-x	Profissional Especialista	PE1	11	PE1	12	02/01/2023

Art. 3° Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação do servidor, providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 4° Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Marcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

152820/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEED Nº 1010/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, considerando o art. 13A da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho Governamental publicado do Diário Oficial do Estado n.º 11.878, de 4 de abril de 2025, conforme o protocolado n.º 23.342.639-3, em observância ao contido na Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Próprio do Magistério, e tendo em vista o contido no protocolado n.º 24.873.997-5,

RESOLVEM:

Art. 1.º Conceder Promoção aos servidores ativos do Quadro Próprio do Magistério – QPM especificados no Anexo Único desta Resolução, na forma estabelecida pelo art. 11 da Lei Complementar n.º 103, de 2004.

Art. 2.º Determinar às Unidades de Recursos Humanos dos servidores o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

ANEXO ÚNICO

CPF	LF	NOME	DE	PARA
014.XXX.XXX-84	2	ADRIANA DE ARAUJO	NI-01	NII-01
728.XXX.XXX-15	1	ADRIANA ORTEGA	NI-11	NII-11
862.XXX.XXX-20	53	ANDREIA FERREIRA SERATTO CHEPLUKI	NI-01	NII-01
510.XXX.XXX-91	1	ANTONIO EVENCIO DE CARVALHO NETO	NI-11	NII-11
510.XXX.XXX-91	2	ANTONIO EVENCIO DE CARVALHO NETO	NI-11	NII-11
618.XXX.XXX-72	22	CESAR FAICAL	NI-01	NII-01
028.XXX.XXX-07	98	DAIANE MACEDO NICOLI LINHARES DA SILVA	NI-01	NII-01
070.XXX.XXX-98	2	DANIELE ROSSETO YEDNAK	NI-01	NII-01
076.XXX.XXX-79	2	DANIELLE CRISTINA NADOLNY	NI-01	NII-01
019.XXX.XXX-27	53	ELISA BERNADETE RAMBO	NI-01	NII-01
043.XXX.XXX-41	7	ELIZANDRA CORADELI	NI-01	NII-01
037.XXX.XXX-28	3	FABIANE FRANCISCA LANG SCHNEIDER	NI-01	NII-01
028.XXX.XXX-75	54	FABIO FELIZARI	NI-01	NII-01
035.XXX.XXX-26	56	GUACIRA BERLATO	NI-01	NII-01
052.XXX.XXX-42	5	JAQUELINE BORGES HONORIO MEIRA	NI-01	NII-01
027.XXX.XXX-70	97	JULIANA RODRIGUES CARDOSO SILVA	NI-01	NII-01
058.XXX.XXX-99	6	KETOLI DE OLIVEIRA	NI-09	NII-09
059.XXX.XXX-93	1	LERIANE BRAGANHOLO DA SILVA	NI-08	NII-08

055.XXX.XXX-33	3	LETICIA PASIAN LONARDONI	NI-01	NII-01
007.XXX.XXX-09	57	LUCELIA BORGES	NI-01	NII-01
295.XXX.XXX-20	2	MARCIO HENRIQUE LAPERUTA	NI-01	NII-01
787.XXX.XXX-53	2	OLI MARILUSA WEBER ROSPIRSKI	NI-01	NII-01
886.XXX.XXX-15	2	RITA DE CASSIA DOS SANTOS LIMA	NI-01	NII-01
644.XXX.XXX-87	3	SIMONETE LOPES DE SOUZA	NI-10	NII-10
069.XXX.XXX-92	2	THAMIRES NASCIMENTO DEARO PORTILHO	NI-03	NII-03

153351/2025

RESOLUÇÃO SEAP N° 10949/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.935.646-8,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	RG	LF	ORGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
ILVANETH ROSY PETRY DE SOUZA	2.XXX.895-X	2	SEAP	AGE	XV	XVI
JOICE PARREIRA DE ASSIS DE MELO	8.XXX.781-X	1	SEAP	AGP	II	III

152915/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 23.461.072-4
Termo de Doação n°: 8/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Salgado Filho
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei de Doação nº 21482 de 16/05/2023, publicada no DIOE n° 11419 de 16/05/2023
Descrição: Doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná objeto da Matrícula n° 3.089 do Registro de Imóveis de Barracão. Imóvel localizado na Rua Augusto Cechini, n° 187, Centro, no Município de Salgado Filho, referente a área documental de 800,00m², contendo edificações que somam 182,06m², destinado à instalação e funcionamento de serviços públicos municipais e gravado com cláusula de inalienabilidade.
Valor do imóvel: R$ 189.519,00 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos dezenove reais)

152819/2025

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 078/2025 – LOTTOPAR

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022;

RESOLVE

Art. 1° Substituir a fiscalização do Contrato 06/2023 junto a empresa **CONSÓRCIO PAY BROKERS PARANÁ**, que tem por objeto a prestação de serviços de implantação e Operação de Solução Tecnológica (Plataforma) que controla as atividades lotéricas, integrada com meios de pagamentos, para gerenciar e controlar as atividades e fluxo financeiro dos operadores lotéricos da Loteria do Estado do Paraná, incluindo manutenção, customização e atualizações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual, com entrega total do código-fonte e banco de dados ao final do contrato, conforme justificativas e especificações técnicas constantes no edital, termo de referência e demais documentos acostados no protocolado sob nº 20.337.415-1.

Art. 2° Designar os servidores, para sem prejuízo de suas atribuições, atuem na fiscalização do contrato:

a) **GESTOR DO CONTRATO**, Jackson Lopes Rocha da Silva – RG n° 10.XXX.XXX-8
b) **FISCAL DO CONTRATO**, Anderson Ribeiro da Silva – RG n° 30.XXX.XXX-1.
Art. 3° Revoga-se a Portaria n° 011/2024.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

153367/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 079/2025 – LOTTOPAR

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ –**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LOTTOPAR, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022 e com base no artigo 70, parágrafo único da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná: e o disposto no art. 154 da Lei Estadual n°22.207, de 4 de dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada;

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **LÚCIA BURZYNSKI BIALLI, RG nº 6.XXX.XXX-3**, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo cargo comissionado de Chefe de Gabinete, Símbolo CCE-3, durante 9 dias, no período de 27/11/2025 a 04/12/2025, referente férias do titular **PABLO AUGUSTO WOSNIACKI, RG 9.XXX.XXX-3.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

153368/2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

PORTARIA N° 080/2025 – LOTTOPAR

O **DIRETOR-PRESIDENTE DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) O disposto na Lei 20.945, de 20 de dezembro de 2021 e o Art. 13 do Decreto 10.843 de 26 de abril de 2022 e com base no artigo 70, parágrafo único da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná: e o disposto no art. 154 da Lei Estadual n°22.207, de 4 de dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada;

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **AMANDA HELEN FERREIRA, RG nº 14.XXX.XXX-6**, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo cargo comissionado de Diretor Técnico, Símbolo CCE-DD, durante 12 dias, no período de 05/01/2026 a 16/01/2026, referente férias do titular **RAFAEL HALILA NEVES, RG 7.XXX.XXX-5.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Cumpra-se.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

153369/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 150, de 5 de novembro de 2025.

Designa o servidor João Paulo Mendes de Almeida para responder pelas atividades de Controle Interno Administrativo junto ao Sistema Integrado de Transferência – SIT, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e

Considerando os termos de convênio, fomento, cooperação e os contratos de gestão celebrados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – Seab com registros no Sistema Integrado de Transferência – SIT, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor João Paulo Mendes de Almeida RG nº 15.XXX.120-7, para responder pelas atividades de Controle Interno Administrativo junto ao Sistema Integrado de Transferência – SIT, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20 de outubro de 2025, revogando as disposições em contrário.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

153120/2025

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL – DERAL

PORTARIA Nº 047/2025

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL – DERAL, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no cumprimento de suas atribuições legais especialmente as determinadas pela Lei n° 9491, de 21/12/90.

RESOLVE

Art. 1º-Divulgar o preço médio recebido pelos produtores de **milho** no Paraná, na semana de:

03 a 07 de novembro de 2025
Milho.....R$ 53,34 /sc 60 kg

C U M P R A – S E

Curitiba, 07 de novembro de 2025

Marcelo Garrido Moreira
Diretor do DERAL

DERAL/ER

153089/2025

ADAPAR

PORTARIA Nº **449,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre de designação de servidores para atuação junto ao Núcleo de Suporte Técnico à Defesa Agropecuária, Área de Gestão de Processos Administrativos de Fiscalização, subordinado ao Diretor de Defesa Agropecuária, para análise de processos de fiscalização e elaboração de minutas de decisão.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, incisos I e XIII, do Anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 3 de maio de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores de que trata o Anexo I desta Portaria para as atividades de análise de processos de fiscalização e elaboração de minutas de decisão.

Art. 2º Os servidores de que trata esta Portaria ficam designados junto ao Núcleo de Suporte Técnico à Defesa Agropecuária (NSDA), Área de Gestão de Processos Administrativos de Fiscalização (Agepro), subordinado ao Diretor de Defesa Agropecuária (DDA), nos termos do art. 30, do Decreto Estadual nº 5.702/2024.

Art. 3º Os servidores designados para a Agepro-DDA dedicarão parte do tempo destinado ao regular desenvolvimento de suas atribuições institucionais na análise de processos de fiscalização e elaboração de minutas de decisão, consoante o disposto no Anexo I desta Portaria.

§ 1º No período de tempo consignado para dedicação às atividades de análise de processos de fiscalização e elaboração de minutas de decisão, ficam os servidores subordinados diretamente à Área de Gestão de Processos Adminstrativos de Fiscalização e ao Diretor de Defesa Agropecuária.

§ 2º O período de tempo de que trata o Anexo I desta Portaria, destinado à análise de processos de fiscalização e elaboração de minutas de decisão, sem prejuízo de sua realização em dias corridos ou alternados deve ser ajustado com base, dentre outros fatores de ordem técnica ou administrativa, nas demandas, prioridades e emergências sanitárias decorrentes das atribuições institucionais da Regional a que o servidor estiver lotado.

§ 3º Quando o servidor não cumprir o período de dias mensal de que trata o Anexo I desta Portaria, deve reportar ao Chefe Regional e à Chefia da Área de Gestão de Processos Administrativos de Fiscalização para ajuste de novo período, em razão da demanda processos existente.

§ 4º Compete ao Chefe Regional o ajuste do quantitativo da programação anual das atividades habituais do servidor, no qual deve ser considerado os dias mensais dedicados às atividades de análise de processos de fiscalização e elaboração de minuta de decisão.

Art. 4º Na hipótese de passivo de processos para análise e emissão de minuta de decisão, poderão os servidores ser convocados para realização de força-tarefa, em período pré-determinado, para saneamento das pendências.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Adapar nº 344, de 13 de novembro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

ANEXO I – PORTARIA 449/2025

ANÁLISE DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE DECISÃO		
DEPARTAMENTO	**FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA**	**QUANTIDADE DE DIAS POR MÊS, POR FISCAL**
DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL - DESA	Ana Paula Pavao Battaglini	3
	Arion Nassif da Silva	2
	Carolina N. de Moraes Maia	3
	Karina Kanonici	5
	Nayara Tissot Lunardon	3
	Juliano Coelho	5
	Murilo Augusto de Paula Souza	2
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL - DESV	Eliza Maria Teixeira Monteiro	3
	Talita Inês Tonini	2
	Joseni das Graças Padre	3
	Nei Omar Heiden de Araújo	2
	Nilton Lima Ormundo	2
	Antoniele de Fatima Serpa	3
	Cristiano Ortolan	2
	Carlito Massayuki Yoshioka	2
	Luiza Helena K. Baptista	2
	Fausto Tomazini	2
	Adriana Salvador Volker	3
	Haroldo Luis Manzke Porto	1
	Edney Antonio Teixeira	1
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL - DPAV	Ana Lúcia Carrasco Moreschi	2
	Ana Helena Ferrazzini Marvullo Neves	2

PORTARIA Nº **457,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Autoriza servidores emitirem Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação no município de General Carneiro.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e

Considerando o disposto no capítulo II, do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2.006, em especial a Seção IV, artigos 23, §1º, inciso IV, 24 e 25 c/c a Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2.006, do MAPA.

Considerando a necessidade de autorizar servidores para a emissão de Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuarem lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação e, em atendimento ao solicitado por intermédio dos Ofícios nº 065/2025 e 066/2025, da Prefeitura Municipal de General Carneiro.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores, conforme abaixo identificados, a emitirem Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuarem lançamentos de comprovantes de vacinação:

Município	Servidor Autorizado	Matrícula nº	Lotação	Protocolo nº
General Carneiro	Milena Thalita Martins Ferreira	3239	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócios	24.900.991-1
General Carneiro	Denis José de Mello Jekel	1287	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócios	24.900.991-1

Art. 2º - A autorização concedida aos servidores especificados nesta Portaria ficarão sob a fiscalização do médico veterinário do EL de General Carneiro.

Art. 3º - Os servidores autorizados deverão atentar-se para as condições estabelecidas pela ADAPAR para a realização dos serviços.

Art. 4º - A autorização será cancelada pela ADAPAR se os servidores infringirem dispositivo ou norma legal correlata à matéria, bem como praticar ato que, a critério da ADAPAR, seja incompatível com o objeto da autorização.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA Nº **448,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidor para substituição do Assessor da Unidade Técnica de Tecnologia da Informação.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:

Art.1º Designar o servidor **JOSE MARIO CHEIRUBIM**, RG nº 8.XXX.839-X SSP/PR, para responder pelas atividades da Assessoria da Unidade Técnica de Tecnologia da Informação - UTTI, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, em substituição ao servidor **PEDRO LEMOS JUNIOR**, RG n° 8.XXX.138-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **450,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidora para substituição do Chefe de Divisão de Administração da Frota, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112 de 30 de junho de 2022, resolve:

Art.1º Designar a servidora **GABRIELLY PEREIRA BOLSONI**, RG nº 14.XXX.585-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Administração da Frota, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, em substituição ao servidor, **EMERSON PINHEIRO MENDES**, RG n° 8.XXX.569-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **451,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidora para substituição do Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112 de 30 de junho de 2022, resolve:

Art.1º Designar a servidora **CLAUDIA MORANDIM WALZ,** RG nº 9.XXX.411-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Desenvolvimento de Pessoas, no período de 08/12/2025 à 17/12/2025, em substituição ao servidor **JOSMAR FRANÇA**, RG n° 7.XXX.584-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **452,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidor para substituição da Chefe da Divisão de Planejamento e Orçamento, no período de férias da titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de Maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:

Art.1º Designar o servidor **ALAN ALEXANDRE DE QUADROS,** RG nº 7.XXX.600-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Planejamento e Orçamento, no período de 25/11/2025 a 05/12/2025, em substituição a servidora **DAYANE CRISTINE GUETTEN**, RG n° 8.XXX.617-X SSP/PR, por motivo de férias da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **454,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidora para substituição do Chefe de Divisão de Sanidade da Fruticultura, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:

Art.1º Designar a servidora **MARA STOCO GUSTMANN**, RG nº 13.XXX.313-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Sanidade da Fruticultura, no período de 06/01/2026 a 23/01/2026, em substituição ao servidor **PAULO JORGE PAZIN MARQUES,** RG n° 3.XXX.353-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **455,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidora para substituição do Chefe de Divisão de Controle de Agrotóxicos, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:

Art.1º Designar a servidora **ELIZA MARIA TEIXEIRA MONTEIRO**, RG nº 4.XXX.266-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Controle de Agrotóxicos, no período de 05/01/2026 a 23/01/2026, em substituição ao servidor **LEANDRO DADALT**, RG n° 6.XXX.292-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **456,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Autoriza servidor emitir Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação no município de Nova Santa Rosa.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e **Considerando** o disposto no capítulo II, do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2.006, em especial a Seção IV, artigos 23, §1º, inciso IV, 24 e 25 c/c a Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2.006, do MAPA.

Considerando a necessidade de autorizar servidor para a emissão de Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação e, em atendimento ao solicitado por intermédio dos Ofício nºs 318/2025 - GP, da Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o seguinte servidor, conforme abaixo identificado, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação:

Município	Servidor Autorizado	RG Nº	Lotação	Protocolo nº
Nova Santa Rosa	Douglas Seibert Mengarda	10.XXX.107. XXX-9	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura	24.939.028-3

Art. 2º - A autorização concedida ao servidor especificado nesta Portaria ficará sob a fiscalização do médico veterinário do EL de Palotina.

Art. 3º - O servidor autorizado deverá atentar-se para as condições estabelecidas pela ADAPAR para a realização dos serviços.

Art. 4º - A autorização será cancelada pela ADAPAR se o servidor infringir dispositivo ou norma legal correlata à matéria, bem como praticar ato que, a critério da ADAPAR, seja incompatível com o objeto da autorização.

Art. 5º - Fica revogada a Portaria nº 189, de 24 de maio de 2013.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

153131/2025



Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

RESOLUÇÃO N.º 252/2025-SETI, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

Institui o Regulamento de Bolsas da Unidade Executiva do Fundo Paraná (UEF).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, em exercício, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4.468, de 18 de dezembro de 2023, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 20.541/2021, o Decreto Estadual n.º 1.350/2023 e o Decreto Estadual n.º 10.946/2025,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir o Regulamento de Bolsas da Unidade Executiva do Fundo Paraná (UEF), com o objetivo de disciplinar as modalidades, normas e critérios para concessão de bolsas em programas e projetos financiados com recursos do Fundo Paraná, excetuadas aquelas pagas pela Fundação Araucária.
Parágrafo único. Os projetos encaminhados pela Fundação Araucária ficam sujeitos às normas próprias desta instituição, em razão de seu enquadramento legal específico.
Art. 2.º Considera-se bolsa o aporte de recursos financeiros em benefício de pessoa física, caracterizado como doação, que não implique contraprestação de serviços, destinado aos projetos fomentados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela UEF, para as ações e atividades prevista no Anexo I em cada modalidade de bolsa.
Art. 3.º São objetivos da concessão de bolsas pela UEF:
I – formar e capacitar recursos humanos;
II – incentivar a execução de projetos de pesquisa básica, aplicada ou de desenvolvimento tecnológico;
III – incentivar e apoiar atividades de extensão, desenvolvimento de produtos e processos inovadores e disseminação de conhecimento;
IV – incentivar e apoiar ambientes promotores de inovação;
V – fomentar parcerias para pesquisa, desenvolvimento e inovação entre ICTs, Estado e setor produtivo empresarial;
VI – estimular a inovação no ambiente produtivo empresarial, mediante formação de recursos humanos, agregação de especialistas em Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) do Estado do Paraná e empresas e apoio à extensão tecnológica e à transferência de tecnologia.
VII - promover a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação, estimulando a formação de redes de pesquisa, a mobilidade de pesquisadores, a captação de recursos externos e o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre o Estado do Paraná e instituições estrangeiras.
Art. 4.º As modalidades de bolsas, respectivos valores, carga de dedicação e prazo máximo constam nos incisos deste artigo.

Inciso	Modalidade	Valor da Bolsa (R$)	Carga Horária Mínima (h/sem)	Carga Horária Máxima (h/sem)	Prazo Máximo
I	Coordenador Estadual de Programa	2.900,00	16	20	Não se aplica
II	Coordenador de Projeto	2.200,00	12	20	Não se aplica
III	Orientador	2.080,00	12	20	Não se aplica
IV	Profissional Graduado Pleno	5.200,00	30	40	+ 36 meses
V	Profissional Graduado	3.200,00	30	40	36 meses
VI	Recém-Formado	3.200,00	30	40	36 meses
VII	Estudante de Graduação	1.192,00	20	30	36 meses
VIII	Iniciação à Pesquisa, Pesquisa-Ação e Extensão	700,00	10	20	36 meses
IX	Permanência Estudantil	640,00	Conforme edital	Conforme edital	48 meses
X	Pesquisador	2.080,00	12	20	Não se aplica
XI	Pesquisador Pleno	6.000,00	20	30	36 meses
XII	Inventor Independente	4.000,00	20	30	36 meses
XIII	Empreendedor Tecnológico	4.000,00	20	30	36 meses
XIV	Extensão Tecnológica e Inovação	3.200,00	30	40	36 meses
XV	Pesquisador na Empresa	3.200,00	30	40	36 meses
XVI	Professor Nível I	2.080,00	Conforme edital	Conforme edital	até 12 meses
XVII	Professor Nível II	1.850,00	Conforme edital	Conforme edital	até 12 meses
XVIII	Apoio Técnico à Pesquisa	1.350,00	20	30	36 meses
XIX	Estudante Visitante	2.500,00 (graduação) 3.500,00 (pós-graduação)	Conforme edital	40	até 12 meses
XX	Especialista Visitante	3.800,00	Conforme edital	40	15 dias até 3 meses
XXI	Pesquisador Visitante	5.800,00	Conforme edital	40	15 dias até 12 meses
XXII	Pesquisador Visitante Especial	16.500,00	Conforme edital	40	15 dias até 36 meses
XXIII	Estudante no Exterior	Anexo II (graduação)* Anexo II (pós-graduação)*	Conforme edital	40	até 12 meses
XXIV	Especialista Visitante no Exterior	Anexo II *	Conforme edital	40	15 dias até 3 meses
XXV	Pesquisador Visitante no exterior	Anexo II *	Conforme edital	40	15 dias até 12 meses
XXVI	Pesquisador Visitante Especial no Exterior	Anexo II *	Conforme edital	40	15 dias até 36 meses

* O valor referente à conversão em reais (R$) será realizado no momento da publicação do edital.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§1.º Os editais poderão prever critérios e cargas horárias específicas para cada modalidade, respeitados os limites mínimos e máximos definidos nesta Resolução e nunca superiores a oito horas diárias ou quarenta horas semanais.
§2.º A duração da bolsa não poderá exceder o prazo do projeto, respeitando-se em todos os casos, o prazo máximo fixado no quadro acima.
Art. 5.º As descrições, requisitos, atividades e vedações específicas de cada modalidade, constantes no Anexo I, deverão ser observadas nos editais.
Art. 6.º A diversidade de modalidades de bolsas visa atender à pluralidade de projetos geridos pela UEF, sem que isso implique acesso irrestrito a todas as categorias, cabendo à análise técnica da UEF a avaliação da compatibilidade entre a modalidade pretendida e os objetivos de cada edital, programa ou projeto.
Art. 7.º São requisitos comuns a todas as modalidades de bolsas:
I – necessidade de seleção da equipe de coordenação e orientação do projeto pela instituição proponente;
II – necessidade de seleção por Edital Público, conduzido pela instituição proponente, da equipe de bolsistas, salvo nos casos de justificativa formal de inexigibilidade;
III – indicação do vínculo do bolsista da equipe executora com a instituição proponente, ou indicação do processo público de seleção conforme inciso II;
IV – necessidade de atendimento às exigências previstas no edital específico;
V – existência de cadastro atualizado na Plataforma Lattes.
Art. 8.º É vedado ao bolsista:
I – acumular bolsas custeadas com recursos do Fundo Paraná, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas;
II – exercer atribuições de ordenador de despesas nas instituições envolvidas no projeto;
III – manter vínculo empregatício que inviabilize a dedicação mínima exigida;
IV – incorrer nas vedações do Decreto nº 2.485/2019.
V – incorrer em conflito de interesses.
§1.º As bolsas de natureza socioassistencial, tais como a bolsa permanência, poderão ser acumuladas com outra bolsa financiada com recursos do Fundo Paraná.
§2.º O bolsista poderá atuar como Microempreendedor Individual (MEI), desde que não configure vínculo empregatício ou conflito de interesses com o projeto.
§3.º É igualmente permitida a acumulação das bolsas de Professor Níveis I e II com outra bolsa de pesquisa, extensão ou inovação, desde que não haja sobreposição de carga horária ou de objeto e desde que o período de vigência da bolsa de Professor Níveis I e II não ultrapasse o período contínuo de seis meses.
Art. 9.º São direitos dos bolsistas:
I – recesso remunerado de até 30 dias a cada 12 meses de atividade;
II – licença-maternidade remunerada de 180 dias, mediante comprovação;
III – seguro de vida, a ser calculado dentro dos custos do projeto proposto.
Art. 10. Cabe às instituições proponentes:
I – publicar edital público para seleção de bolsistas nas modalidades que assim se exige;
II – manter guarda documental dos processos seletivos, relatórios e pagamentos;
III – registrar todas as informações e repasses no sistema SIGCEP, ou outro que o substitua;
IV – efetuar pagamento proporcional em caso de início ou desligamento do bolsista em fração de mês com o pagamento do valor proporcional da bolsa.
V – utilizar banco de seleção de bolsistas e/ou cadastro de reserva quando for aplicável.
Art. 11. O recebimento de bolsas pagas com recursos do Fundo Paraná acarretará o compromisso do bolsista em atuar como consultor ad hoc para avaliação de projetos quando solicitado pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.
§1.º A atuação como consultor ad hoc consiste na elaboração de parecer sobre projeto submetido à Unidade Executiva do Fundo Paraná, conforme requisitos indicados pela UEF.
§2.º A recusa em atuar como consultor ad hoc pode ensejar o desligamento da condição de bolsista, exceto quando comprovado conflito de interesses.
Art. 12. Os valores pagos a título de bolsa não são suscetíveis de tributação, por força do art. 26 da Lei nº 9.250/1995, e não integram a base de cálculo de contribuição previdenciária, nos termos do art. 34, XXVI, da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022.
Art. 13. A UEF poderá ajustar o número de bolsistas previsto nos planos de trabalho de cada projeto, conforme análise técnica e orçamentária.
Art. 14. No âmbito do Programa de Residência Técnica, instituído pela Lei Estadual nº 20.086/2019, e em projetos similares, que envolvam a oferta de cursos de qualificação profissional, aplica-se a Resolução nº 72/2023-SETI ou outro ato que venha a substituí-la.
Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, não sendo aplicável a projetos contratados anteriormente, com exceção do previsto no Inciso III do Art. 9º.
Art. 16. Revogam-se os artigos 24 a 27 do Ato Administrativo nº 02/2024 e demais disposições contrárias.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

JAMIL ABDANUR JUNIOR
Secretário de Estado, em exercício

ANEXO I – Modalidades de Bolsas da UEF

I – Bolsa Coordenador Estadual de Programa:
Descrição: Exercício da coordenação executiva estadual de projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.
Público-alvo: Profissional com nível superior com experiência em projetos de PD&I e/ou extensão, ou na implantação de processos de produção e atividades gerenciais.
Requisitos obrigatórios: Vínculo ativo com a instituição proponente; Experiência em gestão de projetos ou equipes; Atendimento aos requisitos específicos do projeto ou edital.
Grau de instrução: Conforme exigido para o projeto ou no edital, mas nunca inferior ao nível superior completo.
Principais atividades: Gerenciar a equipe estadual e garantir a execução adequada das ações; acompanhar a execução orçamentária e financeira; participar de reuniões técnicas e institucionais; elaborar relatórios de atividades e documentos de acompanhamento; identificar necessidades e propor ajustes no planejamento; melhorar continuamente o programa propondo ajustes e aprimoramentos a cada versão; trabalhar em prol da entrega dos resultados previstos no programa.

II – Bolsa Coordenador de Projeto:
Descrição: Atuação na coordenação de projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.
Público-alvo: Profissional com nível superior com experiência em projetos de PD&I e/ou extensão, ou na implantação de processos de produção e atividades gerenciais.
Requisitos obrigatórios: Vínculo ativo com a instituição proponente; Experiência em gestão de projetos ou equipes; Atendimento aos requisitos específicos do projeto ou edital.
Grau de instrução: Conforme definido no projeto ou edital, mas nunca inferior ao mestrado.

Principais atividades: Gerenciar a equipe local e acompanhar a aplicação dos recursos; realizar processos seletivos de bolsistas; elaborar relatórios técnicos e financeiros; acompanhar aquisições previstas no Plano de Trabalho; garantir a execução integral do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação; alimentar e atender às exigências dos sistemas da UEF, trabalhar em prol da entrega dos resultados previstos no projeto ou edital.

III – Bolsa Orientador:

Descrição: Supervisão das atividades de bolsistas vinculados a projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.

Público-alvo: Profissional de nível superior com experiência em pesquisa, desenvolvimento e inovação ou em extensão.

Requisitos obrigatórios: Vínculo ativo com a instituição proponente; competência comprovada na área do projeto; atendimento aos requisitos específicos previstos no projeto ou edital.

Grau de instrução: Curso superior com mestrado ou doutorado.

Principais atividades: Orientar e acompanhar as atividades dos bolsistas; assegurar a aderência das atividades ao Plano de Trabalho; apoiar a execução técnica do projeto dentro da sua área de competência.

IV – Bolsa Profissional Graduado Pleno:

Descrição: Execução de atividades técnico-formativas em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.

Público-alvo: Profissionais graduados com formação vinculada à área do projeto.

Requisitos obrigatórios: Graduação completa na área de atuação do projeto; seleção realizada por Edital Público da instituição proponente; atendimento às exigências específicas do edital.

Grau de instrução: Graduação completa.

Principais atividades: Apoiar o Coordenador e a Equipe do Projeto na execução de atividades de maior complexidade técnica; orientar práticas e fornecer suporte aos demais bolsistas; acompanhar o cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho; elaborar relatórios técnicos intermediários e finais sobre o andamento das atividades; e, apoiar a articulação entre a equipe e o Coordenador e/ou orientador, de modo a facilitar a execução das diferentes etapas do projeto.

V – Bolsa Profissional Graduado:

Descrição: Execução de atividades técnico-formativas em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.

Público-alvo: Profissionais graduados com formação vinculada à área do projeto.

Requisitos obrigatórios: Graduação completa na área de atuação do projeto; seleção realizada por Edital Público da instituição proponente; atendimento às exigências específicas do projeto ou edital.

Grau de instrução: Graduação completa.

Principais atividades: Executar plano de atividades sob orientação do responsável pelo projeto; colaborar na execução das metas técnicas previstas no Plano de Trabalho; elaborar e apresentar relatórios periódicos de acompanhamento.

VI – Bolsa Recém-Formado:

Descrição: Execução de atividades técnico-formativas por profissionais em início de carreira, vinculados em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.

Público-alvo: Profissionais graduados há até 3 anos.

Requisitos obrigatórios: Graduação completa concluída nos últimos 3 anos; Seleção realizada por Edital Público da instituição proponente; Atendimento às exigências específicas previstas no edital.

Grau de instrução: Graduação completa.

Principais atividades: Desenvolver plano de atividades em conjunto com o orientador do projeto; contribuir para a execução das metas do Plano de Trabalho; elaborar e apresentar relatórios periódicos de acompanhamento.

VII – Bolsa Estudante de Graduação:

Descrição: Execução de atividades técnico-formativas em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.

Público-alvo: Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior do Paraná.

Requisitos obrigatórios: Matrícula ativa em curso de graduação; Currículo atualizado na Plataforma Lattes; seleção realizada por Edital Público da instituição proponente; atendimento às exigências específicas previstas no edital.

Grau de instrução: Estar regularmente matriculado em curso de graduação.

Principais atividades: Desenvolver plano de atividades em conjunto com o orientador do projeto; colaborar na execução das metas previstas no Plano de Trabalho; elaborar e apresentar relatórios periódicos de acompanhamento.

VIII – Bolsa Iniciação à Pesquisa, Pesquisa-ação e Extensão:

Descrição: Apoio às atividades de iniciação científica em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.

Público-alvo: Estudantes de graduação das instituições de ensino superior do Paraná.

Requisitos obrigatórios: Matrícula ativa em curso de graduação; currículo atualizado na Plataforma Lattes; seleção realizada por Edital Público da instituição proponente; Atendimento às exigências específicas previstas no edital.

Grau de instrução: Estar regularmente matriculado em curso de graduação.

Principais atividades: Desenvolver plano de atividades em conjunto com o orientador do projeto; participar das ações de pesquisa, pesquisa-ação e extensão previstas no Plano de Trabalho; elaborar e apresentar relatórios periódicos de acompanhamento.

IX – Bolsa Permanência Estudantil:

Descrição: Promover a permanência e o desempenho acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência, garantindo condições para sua participação em atividades formativas vinculadas à iniciação à pesquisa, à inovação tecnológica e à extensão universitária. Essa modalidade de apoio busca reduzir a evasão, promover a inclusão social e educacional e fortalecer a formação integral dos estudantes, por meio do engajamento em projetos institucionais que integrem ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Público-alvo: Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados por instituições públicas de ensino superior, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou sejam pessoas com deficiência (PcD), conforme a legislação vigente. Poderão ser contemplados também estudantes neurodivergentes, desde que apresentem documentação comprobatória e necessitem de apoio complementar para garantir sua permanência e participação plena nas atividades acadêmicas.

Requisitos obrigatórios: Estar regularmente matriculado e frequentando curso superior ofertado pela IEES; comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme critérios definidos em edital; manter frequência e desempenho acadêmico satisfatórios, conforme normas institucionais; disponibilidade para cumprir a carga horária e o plano de trabalho estabelecidos pelo projeto.

Grau de Instrução: Estudante de Graduação regularmente matriculado.

Principais Atividades: Participar de atividades de iniciação científica, tecnológica, de inovação e de extensão, conforme plano de trabalho; colaborar em ações de pesquisa aplicada, extensão universitária, inovação tecnológica e atividades culturais; apoiar a execução de projetos institucionais voltados à

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

formação, inclusão e desenvolvimento social; participar de reuniões, oficinas e atividades formativas vinculadas ao projeto; Elaborar relatórios parciais e final das atividades realizadas, sob supervisão do orientador; Cumprir a carga horária e as orientações estabelecidas pela coordenação do projeto.

X - Bolsa Pesquisador:
Descrição: Participação em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná, voltados ao fortalecimento das redes científicas estaduais e à solução de desafios socioeconômicos alinhados à Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Público-alvo: Docentes efetivos e pesquisadores com vínculo formal em Instituições de Ensino Superior ou em Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) do Estado do Paraná.
Requisitos obrigatórios: Titulação mínima de doutorado concluído; vínculo formal com Instituição de Ensino Superior ou ICT; experiência comprovada em coordenação ou participação em projetos de pesquisa, extensão ou inovação; produção científica ou tecnológica compatível com a área de atuação (comprovada em currículo Lattes atualizado); atendimento aos requisitos específicos previstos no projeto ou edital.
Grau de instrução: Doutorado concluído.
Principais atividades: Desenvolver e executar pesquisas básicas ou aplicadas em áreas prioritárias; produzir conhecimento científico e tecnológico com potencial de impacto social e econômico; consolidar redes interinstitucionais de pesquisa; promover a transferência de conhecimento e inovação; contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

XI – Bolsa Pesquisador Pleno:
Descrição: Execução de atividades técnico-formativas em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná, visando a geração de soluções científicas e tecnológicas de impacto social e econômico, bem como a superação de desafios públicos prioritários do Estado.
Público-alvo: Doutor com trajetória comprovada em pesquisa e inovação tecnológica e interação com o setor produtivo, inclusive pesquisas socioeconômicas e avaliação de políticas públicas.
Requisitos obrigatórios: doutor com trajetória comprovada em pesquisa e inovação tecnológica e interação com o setor produtivo; experiência comprovada em pesquisa aplicada, transferência de tecnologia ou inovação aberta; participação anterior em projetos com interface entre academia, setor produtivo ou gestão pública; currículo atualizado na Plataforma Lattes; Atendimento aos requisitos específicos previstos no projeto ou edital.
Principais atividades: Coordenar ou participar da execução de projetos de pesquisa aplicada; promover interlocução com gestores públicos, empresas e demais partes interessadas; desenvolver, validar e implementar soluções inovadoras; fomentar transferência de tecnologia e inovação aberta; contribuir para o alcance dos eixos estratégicos da PECTI-PR 2024-2030.

XII – Bolsa Inventor Independente:
Descrição: Participação de especialistas sem vínculo formal com ICTs em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná, com foco na produção de conhecimento aplicado, desenvolvimento de protótipos, estudos técnicos e transferência de tecnologia em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.
Público-alvo: Profissionais autônomos, aposentados, técnicos ou inventores que atuem como participantes ativos em projetos geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.
Requisitos obrigatórios: Seleção realizada por Edital Público da instituição proponente ou comprovação de inexigibilidade diante da capacidade técnica e impossibilidade de competição; Comprovação de experiência técnica ou prática relevante na área do projeto; Histórico de participação em iniciativas de inovação, desenvolvimento tecnológico ou transferência de tecnologia; Apresentação de plano de atividades validado pela coordenação do projeto; Atendimento às exigências específicas previstas no edital.
Grau de instrução: Graduação completa preferencialmente; admite-se formação técnica de nível médio, desde que comprovada expertise prática na área de atuação.
Principais atividades: Elaborar estudos e relatórios técnicos; desenvolver protótipos e soluções tecnológicas; colaborar na transferência de conhecimento; apoiar a execução das metas do projeto.

XIII – Bolsa Empreendedor Tecnológico:
Descrição: Incentivo ao desenvolvimento de startups inovadoras, apoiando a validação tecnológica de produtos e serviços em projetos e programas financiados com recursos do Fundo Paraná e geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.
Público alvo: Inventores independentes, que sejam proprietários ou sócios de startups com foco em inovação disruptiva e/ou incremental; e estudantes regularmente matriculados em cursos de mestrado ou doutorado em Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) do Paraná, que sejam proprietários ou sócios de startups classificadas como spin-offs acadêmicas.
Requisitos obrigatórios: Participação ativa na gestão do empreendimento; seleção mediante edital público; previsão expressa da modalidade no edital de fomento gerido pela Unidade Executiva do Fundo Paraná; comprovada relação entre pesquisa e atividade empresarial; em caso de estudante de mestrado e doutorado exige-se Carta de anuência do Programa de Pós-graduação vinculado e Previsão de partilha de propriedade intelectual e resultados econômicos com a ICT de origem; vinculação da startup a programas públicos de incubação, aceleração ou inovação aberta no Estado do Paraná; produto ou serviço em estágio de maturidade tecnológica (TRL) entre 5 e 9; atendimento às demais exigências previstas no edital.
Grau de instrução: Graduação.
Principais atividades: Conduzir processos de validação tecnológica de produtos e serviços; desenvolver protótipos e modelos de negócio; participar de programas de incubação, aceleração e/ou inovação aberta no Paraná; articular parcerias com o setor produtivo e órgãos públicos; elaborar e apresentar relatórios periódicos de resultados.

XIV – Bolsa Extensão Tecnológica e Inovação:
Descrição: Fomento a projetos geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná que promovam impacto social por meio da aplicação de conhecimento científico, tecnológico e inovador em comunidades.
Público-alvo: Profissionais vinculados a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), associações, cooperativas, movimentos sociais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) sem fins lucrativos que atuem em parceria com projetos e programas aprovados pela UEF.
Requisitos obrigatórios: Seleção realizada por Edital Público da instituição proponente, comprovação de experiência em extensão tecnológica, inovação social ou atuação em comunidades; plano de atividades validado pela coordenação do projeto; previsão expressa da modalidade no edital de fomento gerido pela Unidade Executiva do Fundo Paraná.
Grau de instrução: Graduação concluída em área correlata ao projeto; admite-se formação técnica de nível médio em casos de comprovada expertise prática comunitária.
Principais atividades: Realizar transferência de conhecimento científico e tecnológico; desenvolver soluções para desafios locais; promover formação comunitária e capacitação; apoiar processos de inovação social; fomentar o engajamento junto às populações atendidas.

XV – Bolsa Pesquisador na Empresa:
Descrição: Inserção de pesquisadores mestres e doutores em empresas privadas, startups ou negócios de impacto, com o objetivo de fortalecer atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e estimular a aproximação entre universidades, institutos de ciência e tecnologia e o setor produtivo empresarial. O bolsista atuará diretamente no desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores, com potencial de impacto tecnológico, econômico, social e ambiental, alinhados às missões estratégicas da política industrial e de inovação do Estado do Paraná e do Brasil.
Público-alvo: Pesquisadores mestres e doutores com experiência comprovada em atividades de PD&I, preferencialmente com histórico de atuação em projetos aplicados, inovação tecnológica, empreendedorismo científico ou transferência de tecnologia. Podem candidatar-se: egressos de programas de

pós-graduação (stricto sensu) reconhecidos pela CAPES; pesquisadores vinculados a ICTs; Profissionais com formação superior e atuação comprovada em áreas tecnológicas estratégicas.
Requisitos obrigatórios: Matrícula ativa ou ser egresso de programa de pós-graduação (stricto sensu) reconhecido pela CAPES; ou ser pesquisador vinculado a uma ICT; previsão expressa da modalidade em edital de fomento gerido pela Unidade Executiva do Fundo Paraná ou na modalidade de projeto proposto.
Grau de instrução: Pós-graduação stricto sensu, completa ou em andamento.
Principais atividades: Atuar de forma prática em projetos de inovação governamental ou tecnológica; desenvolver competências técnicas aplicadas; elaborar protótipos, relatórios e entregas supervisionadas; Interagir com gestores públicos, empresas e comunidades no âmbito do projeto; executar atividades de PD&I diretamente nas dependências da empresa, aplicando conhecimentos científicos e tecnológicos à resolução de desafios produtivos e de mercado; desenvolver metodologias, protótipos e soluções inovadoras que resultem em novos produtos, processos ou serviços de maior competitividade; conduzir e documentar ensaios, testes e validações de resultados técnicos e econômicos; atuar na transferência de tecnologia e na proteção da propriedade intelectual, em articulação com ICTs e fundações de apoio parceiras; contribuir para a cultura de inovação e gestão do conhecimento na empresa executora.

XVI – Bolsa Professor Nível I:
Descrição: Atuação em projetos de ensino, pesquisa e extensão de abrangência estadual, geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná (UEF/SETI), com foco em atividades acadêmico-científicas de projetos e no desenvolvimento de ações de pesquisa associadas à extensão e/ou ao ensino, em consonância com as diretrizes da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (PECTI-PR 2024-2030). O bolsista de nível I atua como professor formador e conteudista, sendo responsável pela concepção, orientação metodológica e acompanhamento técnico-científico das atividades vinculadas ao projeto.
Público-alvo: Profissionais Graduados e com título de mestrado, no mínimo.
Requisitos obrigatórios: Seleção realizada por Edital Público da instituição proponente ou comprovação de inexigibilidade diante da capacidade técnica e impossibilidade de competição; experiência nas atividades exigidas pelo edital ou projeto.
Grau de instrução: Mestrado concluído.
Carga horária: Definida conforme edital ou projeto, de acordo com a complexidade e a natureza das atividades.
Principais atividades: Planejar e desenvolver atividades de pesquisa, ensino ou extensão no âmbito do projeto; produzir, validar e ministrar conteúdos técnico-científicos e materiais didáticos; supervisionar e orientar bolsistas de outros níveis; consolidar redes interinstitucionais de pesquisa e inovação; promover a transferência de conhecimento e a difusão científica e tecnológica; contribuir para os objetivos estratégicos da PECTI-PR e para os eixos estruturantes de formação de capital humano e difusão de CT&I.

XVII – Bolsa Professor Nível II:
Descrição: Atuação em projetos de ensino, pesquisa e extensão de abrangência estadual, geridos pela Unidade Executiva do Fundo Paraná (UEF/SETI), com foco na mediação pedagógica, mentoria e acompanhamento das ações formativas e de pesquisa. O bolsista professor de nível II exerce o papel de mentor ou mediador pedagógico, colaborando na execução das atividades propostas, no suporte metodológico aos bolsistas e no fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
Público-alvo: Profissionais Graduados e com título de especialista, no mínimo.
Requisitos obrigatórios: Seleção realizada por Edital Público da instituição proponente ou comprovação de inexigibilidade diante da capacidade técnica e impossibilidade de competição; experiência nas atividades exigidas pelo Edital ou projeto.
Grau de instrução: Graduação concluída e pós-graduação *lato sensu*.
Carga horária: Definida conforme edital ou projeto e natureza das atividades desenvolvidas.
Principais atividades: Atuar como mediador ou mentor nas atividades de ensino, extensão e pesquisa do projeto, acompanhar o desenvolvimento de estudantes e recém-formados bolsistas, oferecendo suporte técnico e pedagógico, contribuir para a integração das ações do projeto com a comunidade e com as políticas públicas estaduais; elaborar relatórios e registros de acompanhamento, apoiar a disseminação dos resultados e boas práticas do projeto, articulando-se com a coordenação de nível I.

XVIII – Bolsa Apoio Técnico à Pesquisa:
Descrição: Destina-se a profissionais com qualificação técnico científica que atuem na infraestrutura de pesquisa, contribuindo para a execução, manutenção e aprimoramento de projetos vinculados a programas institucionais ou financiados por agências de fomento. O apoio técnico compreende atividades de caráter especializado voltadas ao suporte laboratorial, tecnológico, analítico, experimental, de campo ou de gestão de dados, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das pesquisas e a consecução dos objetivos do projeto.
Público-alvo: Profissionais com formação superior e título de pós-graduação (lato sensu), com experiência em atividades técnicas laboratoriais, de campo, de gestão de equipamentos, análise de dados, inovação tecnológica ou outras áreas correlatas às demandas do projeto de pesquisa.
Requisitos obrigatórios: Formação mínima em nível de pós-graduação lato-sensu; Experiência profissional comprovada na área de atuação correspondente às atividades do projeto.
Grau de Instrução: Pós-Graduação lato sensu (nível de especialização).
Principais Atividades: As atividades de apoio técnico à pesquisa com caráter especializado e operacional, voltadas à execução prática e à sustentação técnica das ações de pesquisa científica, tecnológica e de inovação.

XIX – Bolsa - Estudante Visitante:
Descrição: Apoio à formação acadêmica, científica e tecnológica de estudantes de graduação, mestrado ou doutorado vinculados a instituições estrangeiras de ensino superior, por meio da realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão, estágio ou capacitação em instituições estrangeiras. Essa modalidade visa promover a internacionalização da educação superior no Estado do Paraná, o intercâmbio de conhecimentos e a inserção dos estudantes em redes internacionais de pesquisa e inovação, fortalecendo competências individuais e institucionais. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência.
Público-alvo: Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação, mestrado ou doutorado em instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida qualidade, que sejam selecionados para realizar atividades acadêmicas, científicas, culturais ou tecnológicas em instituições de ensino superior do Paraná.
Requisitos obrigatórios: Vínculo ativo com instituição de ensino superior estrangeira, que seja parceira da instituição acolhedora; plano de atividades aprovado pela instituição de origem e pela instituição anfitriã no Paraná; indicação formal de docente orientador ou supervisor no Brasil e no exterior; regularidade acadêmica e autorização da instituição de origem para a realização das atividades no período previsto.
Grau de Instrução: Estudantes de graduação, mestrado ou doutorado.
Principais Atividades: Desenvolver atividades de estudo, pesquisa, estágio, inovação ou capacitação em instituição do Paraná, que tenha acordo de cooperação com a instituição de origem, conforme o plano de trabalho aprovado; participar de grupos, redes e projetos internacionais de pesquisa e desenvolvimento; colaborar na elaboração e execução de publicações, relatórios, produtos educacionais ou tecnológicos; promover o intercâmbio de conhecimentos e práticas acadêmicas entre as instituições envolvidas; contribuir para a divulgação científica e tecnológica dos resultados obtidos, em consonância com as diretrizes da instituição de origem e a anfitriã; elaborar relatório técnico e científico ao final da mobilidade, apresentando as atividades desenvolvidas, resultados alcançados e contribuições para a formação acadêmica e institucional.

XX – Bolsa – Especialista Visitante:
Descrição: Promover a colaboração temporária de profissionais brasileiros ou estrangeiros de reconhecida competência acadêmica, técnica ou profissional, nas áreas de ensino, pesquisa, contribuindo para o fortalecimento institucional e o intercâmbio de conhecimentos. Em caso de contribuição

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

em período inferior a 30 dias, deverá ser calculado o valor proporcional. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência.
Público-alvo: Profissionais brasileiros ou estrangeiros com experiência comprovada em docência, pesquisa, inovação, gestão acadêmica ou tecnológica, convidados a colaborar temporariamente em projetos institucionais, redes de pesquisa, cursos ou programas, vinculados à instituição proponente.
Requisitos obrigatórios: Experiência comprovada em ensino superior, pesquisa aplicada, inovação, gestão de projetos ou produção técnico científica relevante
Grau de Instrução: Titulação mínima mestrado.
Principais Atividades: Contribuir com atividades de caráter acadêmico, científico e colaborativo, voltados à transferência de conhecimentos, à formação de recursos humanos e apoio técnico e pedagógico a grupos de pesquisa e cursos; contribuir com atividades de ensino, orientação ou coorientação em cursos de graduação; participar da elaboração, implementação e avaliação de programas, projetos ou produtos educacionais ou tecnológico; apoiar do desenvolvimento de redes de cooperação nacional e internacional de ensino e pesquisa; realizar oficinas, seminários ou similares, voltados à formação e à atualização de docentes e discentes; elaborar relatórios técnicos e científicos apresentando os resultados e os impactos alcançados.

XXI – Pesquisador Visitante:
Descrição: Promoção da colaboração temporária de docentes e pesquisadores de reconhecida competência, nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de fortalecer o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, estimulando o intercâmbio científico, tecnológico e acadêmico, bem como a formação de redes de pesquisa e cooperação institucionais. Em caso de contribuição em período inferior a 30 dias, deverá ser calculado o valor proporcional. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência.
Público-alvo: Docentes e pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, com comprovada experiência em docência, pesquisa, inovação ou extensão.
Requisitos obrigatórios: Título de Doutor na área de atuação do projeto. Experiência comprovada em ensino superior, pesquisa científica, tecnológica ou de inovação. Vínculo com instituição de ensino ou de pesquisa no Brasil ou no Exterior (ativo ou aposentado).
Grau de Instrução: Doutorado.
Principais Atividades: Atuar em projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação conforme o plano de trabalho; participar de elaboração e avaliação de projetos, relatórios e produtos científicos; promover a produção e divulgação científica, por meio de publicações e eventos acadêmicos; apoiar a formação e qualificação de docentes e pesquisadores locais, fortalecendo as competências institucionais; Cooperar na consolidação de parcerias nacionais e internacionais em ensino e pesquisa; Elaborar relatórios técnicos e científicos apresentando os resultados e os impactos alcançados.

XXII – Pesquisador Visitante Especial:
Descrição: Atração pesquisadores de liderança internacional para atuar temporariamente em instituições de ensino superior ou pesquisa no Brasil, com o objetivo de executar projetos de alta relevância científica, tecnológica ou de inovação, bem como criar, consolidar ou fortalecer redes de cooperação nacional e internacional. Essa modalidade busca impulsionar a internacionalização da pesquisa brasileira, fomentar a troca de conhecimento e boas práticas e promover a integração entre grupos de pesquisa de excelência. Em caso de contribuição em período inferior a 30 dias, deverá ser calculado o valor proporcional. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência.
Público-alvo: Pesquisadores de reconhecida liderança científica internacional, com comprovada experiência em pesquisa, orientação e produção acadêmica de impacto, vinculados a instituições de ensino superior ou centros de pesquisa no exterior, convidados a colaborar com grupos brasileiros em projetos estratégicos de ciência, tecnologia e inovação.
Requisitos obrigatórios: Título de Doutor na área de atuação do projeto. Experiência comprovada em pesquisa científica e tecnológica de alto impacto, com produção reconhecida internacionalmente; atuação prévia em coordenação ou liderança de grupos e redes de pesquisa; vínculo com instituição estrangeira de ensino ou pesquisa no momento da candidatura; apresentação de plano de trabalho detalhado, contemplando a cooperação científica, a formação de recursos humanos e os resultados esperados;
Grau de Instrução: Doutorado. Formação e trajetória acadêmica reconhecida internacionalmente na área de atuação.
Principais Atividades: Coordenar ou colaborar em projetos de pesquisa de alta complexidade ou de interesse estratégico para o país; Implantar ou fortalecer redes de pesquisa e inovação entre instituições brasileiras e estrangeiras; orientar e capacitar pesquisadores e estudantes, promovendo intercâmbio científico e formação avançada; contribuir para a publicação conjunta de artigos, livros, patentes ou produtos tecnológicos; ministrar seminários, cursos, palestras e workshops voltados à difusão de conhecimento e boas práticas científicas; assessorar a elaboração e captação de projetos internacionais de pesquisa e cooperação; elaborar relatórios técnicos e científicos apresentando os resultados e os impactos alcançados; promover a visibilidade internacional das instituições parceiras, contribuindo para sua consolidação em redes globais de conhecimento.

XXIII – Bolsa Estudante Brasileiro no Exterior:
Descrição: Apoio à formação acadêmica, científica e tecnológica de estudantes de graduação, mestrado ou doutorado vinculados a instituições paranaenses de ensino superior, por meio da realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão, estágio ou capacitação em instituições estrangeiras. Essa modalidade visa promover a internacionalização da educação superior no Estado do Paraná, o intercâmbio de conhecimentos e a inserção dos estudantes em redes internacionais de pesquisa e inovação, fortalecendo competências individuais e institucionais. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência no exterior.
Público-alvo: Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação, mestrado ou doutorado em instituições de ensino superior no Paraná, que sejam selecionados para realizar atividades acadêmicas, científicas, culturais ou tecnológicas em instituições estrangeiras de reconhecida qualidade.
Requisitos obrigatórios: Vínculo ativo com instituição de ensino superior do Paraná; Plano de atividades aprovado pela instituição de origem e pela instituição anfitriã no exterior; Comprovação de proficiência no idioma exigido pela instituição de destino, quando aplicável; Indicação formal de docente orientador ou supervisor no exterior e no Brasil; Regularidade acadêmica e autorização da instituição de origem para a realização das atividades no período previsto.
Grau de Instrução: Estudantes de graduação, mestrado ou doutorado.
Principais Atividades: Desenvolver atividades de estudo, pesquisa, estágio, inovação ou capacitação em instituição estrangeira, que tenha acordo de cooperação com a instituição de origem, conforme o plano de trabalho aprovado; participar de grupos, redes e projetos internacionais de pesquisa e desenvolvimento; colaborar na elaboração e execução de publicações, relatórios, produtos educacionais ou tecnológicos; promover o intercâmbio de conhecimentos e práticas acadêmicas entre as instituições envolvidas; Contribuir para a divulgação científica e tecnológica dos resultados obtidos, em consonância com as diretrizes da instituição de origem; elaborar relatório técnico e científico ao final da mobilidade, apresentando as atividades desenvolvidas, resultados alcançados e contribuições para a formação acadêmica e institucional.

XXIV – Bolsa Especialista Visitante no Exterior:
Descrição: Colaboração temporária de profissionais atuantes no Paraná de reconhecida competência acadêmica, técnica ou profissional, nas áreas de ensino, pesquisa, contribuindo para o fortalecimento institucional e o intercâmbio de conhecimentos no exterior. Em caso de contribuição em período inferior a 30 dias, deverá ser calculado o valor proporcional. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência no exterior.
Público-alvo: Profissionais atuantes no Paraná com experiência comprovada em docência, pesquisa, inovação, gestão acadêmica ou tecnológica, convidados a colaborar temporariamente em projetos institucionais, redes de pesquisa, cursos ou programas, vinculados a instituições parceiras no exterior
Requisitos obrigatórios: Experiência comprovada em ensino superior, pesquisa aplicada, inovação, gestão de projetos ou produção técnico científica relevante.
Grau de Instrução: Titulação mínima de mestrado.

Principais Atividades: Contribuir com atividades de caráter acadêmico, científico e colaborativo, voltados à transferência de conhecimentos, à formação de recursos humanos e apoio técnico e pedagógico a grupos de pesquisa e cursos; contribuir com atividades de ensino, orientação ou coorientação em cursos de graduação; participar da elaboração, implementação e avaliação de programas, projetos ou produtos educacionais ou tecnológico; apoiar do desenvolvimento de redes de cooperação nacional e internacional de ensino e pesquisa; realizar oficinas, seminários ou similares, voltados à formação e à atualização de docentes e discentes; elaborar relatórios técnicos e científicos apresentando os resultados e os impactos alcançados.

XXV – Pesquisador Visitante no exterior:
Descrição: Promoção da colaboração temporária de docentes e pesquisadores vinculados a instituições do Paraná, de reconhecida competência, com o objetivo de fortalecer o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, estimulando o intercâmbio científico, tecnológico e acadêmico, bem como a formação de redes de pesquisa e cooperação internacional. Em caso de contribuição em período inferior a 30 dias, deverá ser calculado o valor proporcional. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência no exterior.
Público-alvo: Docentes e pesquisadores vinculados a instituições do Paraná, com comprovada experiência em docência, pesquisa, inovação ou extensão.
Requisitos obrigatórios: Título de Doutor na área de atuação do projeto. Experiência comprovada em ensino superior, pesquisa científica, tecnológica ou de inovação. Vínculo com instituição de ensino ou de pesquisa no Paraná (ativo ou aposentado).
Grau de Instrução: Doutorado
Principais Atividades: Atuar em projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação conforme o plano de trabalho; participar de elaboração e avaliação de projetos, relatórios e produtos científicos; promover a produção e divulgação científica, por meio de publicações e eventos acadêmicos; apoiar a formação e qualificação de docentes e pesquisadores locais, fortalecendo as competências institucionais; cooperar na consolidação de parcerias nacionais e internacionais em ensino e pesquisa; elaborar relatórios técnicos e científicos apresentando os resultados e os impactos alcançados.

XXVI – Pesquisador Visitante Especial no Exterior:
Descrição: Promoção da participação de pesquisadores para atuar temporariamente em instituições de ensino superior ou pesquisa no exterior, com o objetivo de executar projetos de alta relevância científica, tecnológica ou de inovação, bem como criar, consolidar ou fortalecer redes de cooperação internacional. Essa modalidade busca impulsionar a internacionalização da pesquisa paranaense, fomentar a troca de conhecimento e boas práticas e promover a integração entre grupos de pesquisa de excelência no exterior. Em caso de contribuição em período inferior a 30 dias, deverá ser calculado o valor proporcional. Poderá ser previsto auxílio financeiro para deslocamento, seguro-saúde, custo de instalação (no valor de uma bolsa) e custeio de permanência no exterior.
Público-alvo: Pesquisadores de reconhecida liderança científica, com comprovada experiência em pesquisa, orientação e produção acadêmica de impacto, vinculados a instituições de ensino superior ou centros de pesquisa no Paraná, convidados a colaborar com grupos estrangeiros em projetos estratégicos de ciência, tecnologia e inovação.
Requisitos obrigatórios: Título de Doutor na área de atuação do projeto. Experiência comprovada em pesquisa científica e tecnológica de alto impacto, com produção reconhecida internacionalmente; atuação prévia em coordenação ou liderança de grupos e redes de pesquisa; vínculo com instituição paranaense de ensino ou pesquisa no momento da candidatura; apresentação de plano de trabalho detalhado, contemplando a cooperação científica, a formação de recursos humanos e os resultados esperados;
Grau de Instrução: Doutorado. Formação e trajetória acadêmica reconhecida internacionalmente na área de atuação.
Principais Atividades: Coordenar ou colaborar em projetos de pesquisa de alta complexidade ou de interesse estratégico para o país; implantar ou fortalecer redes de pesquisa e inovação entre instituições brasileiras e estrangeiras; orientar e capacitar pesquisadores e estudantes, promovendo intercâmbio científico e formação avançada; contribuir para a publicação conjunta de artigos, livros, patentes ou produtos tecnológicos; Ministrar seminários, cursos, palestras e workshops voltados à difusão de conhecimento e boas práticas científicas; assessorar a elaboração e captação de projetos internacionais de pesquisa e cooperação; elaborar relatórios técnicos e científicos apresentando os resultados e os impactos alcançados; promover a visibilidade internacional das instituições parceiras, contribuindo para sua consolidação em redes globais de conhecimento.

ANEXO II – VALORES DAS BOLSAS
ART. 4º XXIV, XXV, XXVI

Base de cálculo:

● Referência da divisão geográfica: Anexo do decreto n° 6.358/2024 (Tabela de valores limites para diárias em viagens em território internacional, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Paraná);
● Referência valores América do Norte: Tabela de Valores Bolsas no Exterior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (com o "adicional de localidade": USD 400,00);
● Referência de cálculo de percentuais por localização geográfica: base da diferença praticada no decreto nº 6.358/2024 e estimativa do custo de vida regional.

	América Latina, Caribe (-20% AN)	América do Norte	Países do Reino Unido e Irlanda do Norte (+30% AN)	Oriente Médio e África (=AN)	Europa/ Turquia (+10% AN)	Ásia/ Oceania (+20% AN)
Estudante de graduação no Exterior	US$ 1.040	US$ 1.300	US$ 1.690	US$ 1.300	US$ 1.430	US$ 1.560
Estudante de pós-graduação no exterior	US$ 1.520	US$ 1.900	US$ 2.470	US$ 1.900	US$ 2.090	US$ 2.280
Especialista Visitante no Exterior	US$ 1.680	US$ 2.100	US$ 2.730	US$ 2.100	US$ 2.310	US$ 2.520
Pesquisador Visitante no exterior	US$ 2.000	US$ 2.500	US$ 3.250	US$ 2.500	US$ 2.750	US$ 3.000
Pesquisador Visitante Especial no Exterior	US$ 2.160	US$ 2.700	US$3.510	US$ 2.700	US$ 2.970	US$ 3.240

153477/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UEL

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA GEFIS Nº 2422/2025

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 52/2023, art. 1º, alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei nº 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual nº 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/16, na Lei nº 14.133/21, em especial no seu art. 8º, § 3º, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto nº 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual nº 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº **1682/2025** **Pregão Eletrônico nº 404/2024**

Contratada: **Bortolin e Granado Edição de Texto LTDA**
Objeto: **Contratação de Empresa para Produção de Video para Atender o Projeto "Seda o Fio que Transforma"**

GESTOR
Servidor **Cristianne Cordeiro Nascimento** Matrícula **0305826** Unidade **Departamento de Design** E-mail **criscordeiro@uel.br**

FISCAL
Tipo Fiscal do Contrato Servidor **Renata da Rosa** Matrícula **1814062** Unidade **Departamento de Biologia Geral** E-mail **renata-darosa@uel.br**

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Universidade Estadual de Londrina, **07 de novembro de 2025**.
AZENIL STAVISKI
Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

153273/2025

PORTARIA N. 3032 – 06/11/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no uso de suas atribuições legais, considerando a delegação que lhe foi atribuída pelo Reitor em Exercício, por meio do Ato Executivo nº 090/2023 (fls. 52), de 27 de novembro de 2023, bem como o consubstanciado no processo nº 20.257.469-6, o e-mail intitulado "Processo n. 20.257.469-6 – Solicitação de Novo Membro", fls. 560-561, e em especial a Portaria de nº 4698 de 20 de dezembro de 2023,

R E S O L V E:

I. Dispensar a servidora **JULIANA RAMOS DA SILVA** (Chapa Funcional n. 1020039 – HU/DC/DUPER) da função de membro da Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
II. Designar a servidora **FLAVIA GAGLIANO GUERGOLETI** (Chapa Funcional n. 0607149 – HU/DE/DAQ) como Presidente da Comissão Administrativa Disciplinar.
III. Designar a servidora **ROSANA DE ALENCAR MARQUES NOGUEIRA** (Chapa Funcional n. 1814619 – HU/DE/DET) como membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
IV. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial.**

Enfa. Dra. Iara Aparecida De Oliveira Secco
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU/UEL)
Diretora Superintendente

153240/2025

PORTARIA - N°

A Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo nº 22.931.612-5, em especial o Parecer Jurídico nº 066/2025 (fls. 62-81) de 19 de fevereiro de 2025, bem como sua respeitável Decisão (fls. 82-83).

R E S O L V E:

I – Autorizar a Celebração Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e os(as) servidores(as) indiciados(as), pelas condutas descritas no processo nº 22.931.612-5 que poderiam, supostamente, configurar violação ao disposto nos artigos 171, I e IV; 172, IV; e 175, IV, para o primeiro e, dos artigos 171, I e 175, IV, para o segundo, todos do Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina para que, desta forma, sob o prazo de vigência de 06 (seis) meses e, assim, reajuste sua conduta de modo a agir em conformidade com as normas disciplinares previstas no Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina.
II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

153257/2025

PORTARIA - N°

A Magnífica Reitora da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo nº 23.580.496-4, em especial o Parecer Jurídico nº 631/2025 (fls. 73-86a) de 02 de outubro de 2025, bem como sua respeitável Decisão (fls. 87-89).

R E S O L V E:

I – Autorizar a Celebração Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e o(a) servidor(a) indiciado(a) pelas condutas descritas no processo nº 23.580.496-4 que poderiam, em tese, configurar violação ao disposto nos artigos 171, VI, VII, X; 177, IV; 174, I; 175, V; todos do Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina para que, desta forma, sob o prazo de vigência de 06 (seis) meses e, assim, reajuste sua conduta de modo a agir em conformidade com as normas disciplinares previstas no Regimento Geral da Universidade Estadual de Londrina.
II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

153245/2025

UEM

PORTARIA N.º 931/2025-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1.º Conceder, de acordo com o artigo 7.º, da Lei Complementar Estadual n.º 217, de 22 de outubro de 2019, Licença Capacitação à servidora JOELMA MEDEIROS DE MELLO ZANONI, RG 6.XXX.289-X/PR, com fruição no período de 17/11/2025 a 16/02/2026.
Art. 2.º Esta Portaria gera efeito a partir da data de sua publicação.

Maringá, 6 de novembro de 2025.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

152903/2025

PORTARIA N.º 932/2025-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1.º Conceder, de acordo com o artigo 7.º, da Lei Complementar Estadual n.º 217, de 22 de outubro de 2019, Licença Capacitação à servidora SOLANGE PAIM AVOZANI, RG 13.XXX.889-X/PR, com fruição no período de 24/11/2025 a 23/02/2026.
Art. 2.º Esta Portaria gera efeito a partir da data de sua publicação.

Maringá, 6 de novembro de 2025.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

152904/2025

PORTARIA N.º 933/2025-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1.º Conceder, de acordo com o artigo 7.º, da Lei Complementar Estadual n.º 217, de 22 de outubro de 2019, Licença Capacitação à servidora CRISTINA CARLA CAMPOS CAPEL, RG 5.XXX.071-X/PR, com fruição no período de 24/11/2025 a 23/02/2026.
Art. 2.º Esta Portaria gera efeito a partir da data de sua publicação.

Maringá, 6 de novembro de 2025.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

152905/2025

PORTARIA N.º 934/2025-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1.º Conceder, de acordo com o artigo 7.º, da Lei Complementar Estadual n.º 217, de 22 de outubro de 2019, Licença Capacitação ao servidor RENATO CESAR MARQUES, RG 10.XXX.809-X/PR, com fruição no período de 24/11/2025 a 23/02/2026.
Art. 2.º Esta Portaria gera efeito a partir da data de sua publicação.

Maringá, 6 de novembro de 2025.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

152907/2025

PORTARIA Nº 1096/2025-GRE

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando o disposto nos artigos 9°, 10, 12 e 13 da Lei Estadual nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei Estadual nº 21.852 de 15 de dezembro de 2023;

Considerando a inclusão do artigo 13A na lei Complementar Estadual nº 231 de 17 de dezembro de 2020;

Considerando o Despacho Governamental publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.081 em 20 de dezembro de 2021, que delega competência aos Titulares das Universidades Estaduais do Paraná para a expedição de ato concessivo de promoções e progressões funcionais dos servidores do quadro próprio das IEES.

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER os docentes da Universidade Estadual de Maringá, ocupantes do Cargo de Professor de Ensino Superior do Estado do Paraná, por terem cumprido os requisitos dispostos na Carreira do Magistério do Ensino Superior, Lei Estadual nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei Estadual nº 21.852 de 15 de dezembro de 2023, a saber: interstício de dois anos na classe e nível, mais avaliação:

Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	DE		PARA	
					Classe	Ref.	Classe	Ref.
JOSE ROBERTO IMPERATORE VIANNA	18488153	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A

Art. 2º - CONCEDER ASCENSÃO DE NÍVEL aos docentes da Universidade Estadual de Maringá, ocupantes do Cargo de Professor de Ensino Superior do Estado do Paraná, por terem cumprido os requisitos dispostos na Carreira do Magistério do Ensino Superior, Lei Estadual nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei Estadual nº 21.852 de 15 de dezembro de 2023, a saber: interstício de dois anos na classe e nível, mais avaliação:

Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	DE		PARA	
					Classe	Ref.	Classe	Ref.
ADEMAR AVELAR DE ALMEIDA JUNIOR	10439943	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	B	ASSOCIADO	C
ANDRE LUIS ANTONELLI	327571135	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
CARLANDIA BRITO SANTOS FERNANDES	70138123	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	C	ADJUNTO	D
JULIANO DE SOUZA	86575019	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
LIVIA BRACHT	71015432	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
LUCIANE CRISTINA ARANTES	41153580	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
MARCELLE PAIANO	72059425	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
RONEY BERTI DE OLIVEIRA	292071462	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
SIDMAR SILVEIRA GOMES	424209354	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	C	ADJUNTO	D
SIMONE LETICIA RAIMUNDINI SANCHES	65881284	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	B	ASSOCIADO	C

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 06 de novembro de 2025.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

153051/2025

PORTARIA Nº 1097/2025-GRE

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Considerando a Lei nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei nº 21.583 de 14 de julho de 2023, que dispõe sobre os requisitos de progressão na Carreira Técnica Universitária;
Considerando a inclusão do artigo 13A na lei Complementar Estadual nº 231 de 17 de dezembro de 2020;
Considerando o Despacho Governamental publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.081 em 20 de dezembro de 2021, que delega competência aos Titulares das Universidades Estaduais do Paraná para a expedição de ato concessivo de promoções funcionais dos servidores do quadro próprio das IEES.

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO aos servidores abaixo relacionados desta portaria, em atendimento ao Artigo 18 da Lei nº 21.583 de 14 de julho de 2023, a saber:

AGENTE UNIVERSITÁRIO PROFISSIONAL

Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	Função	DE	PARA
						Classe	Classe
CRISTIANO ROCHA DE OLIVEIRA	8058431233	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO PROFISSIONAL	MEDICO N.08	P08	P09
LILIAN FITTIPALDI GARDIN BERDU	53441980	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO PROFISSIONAL	INSTRUTOR DE IDIOMAS N.13	P13	P14

AGENTE UNIVERSITÁRIO DE EXECUÇÃO

Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	Função	DE	PARA
						Classe	Classe
ADRIANO CEZAR BARRETO	67642481	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO DE EXECUCAO	TECNICO ADMINISTRATIVO N.16	E16	E17
LEONI DE CASSIA DA COSTA	62593784	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO DE EXECUCAO	TECNICO ADMINISTRATIVO N.17	E17	E18
LUIZ RENATO KREB	68498813	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO DE EXECUCAO	TECNICO EM RADIOLOGIA N.16	E16	E17
MARIA VIRGINIA CANTAGALLO SCHWERZ	50183920	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO DE EXECUCAO	TECNICO ADMINISTRATIVO N.17	E17	E18

AGENTE UNIVERSITÁRIO DE APOIO

Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	Função	DE	PARA
						Classe	Classe
ADEVAL GALDINO DA NOBREGA	14211373	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO DE APOIO	AGENTE DE SEGURANCA INTERNA N.17	A17	A18
SIMAO ARAUJO SANTANA	68215773	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO DE APOIO	AGENTE DE SEGURANCA INTERNA N.17	A17	A18

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 06 de novembro de 2025.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

153053/2025

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2025.779 – 27/10/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000081895-9) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2022.328**, seguinte(s):

FUNÇÃO: ENFERMEIRO - 40 HORAS:

NOME	VIGÊNCIA
Clara Wacelkoski	06/12/2025 a 05/06/2026
Emerson Antonio Kultzak	01/01/2026 a 30/06/2026

John Lincoln Dallabona	18/12/2025 a 17/06/2026
PORTARIA R. Nº 2025.780 – 27/10/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000081895-9) –Autoriza a **prorrogação** do(a)(s) candidato(a)(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo Edital PROGESP-DICON no 2023.796, seguinte(s):	
FUNÇÃO: ANALISTA DE INFORMÁTICA - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - 40 HORAS:	
NOME	**VIGÊNCIA**
Matheus Bilobrovec	02/12/2025 a 01/06/2026
FUNÇÃO: ANALISTA DE INFORMÁTICA - SUPORTE DE REDES - 40 HORAS:	
NOME	**VIGÊNCIA**
Bruno Seixas Bonfati	16/12/2025 a 15/06/2026
PORTARIA R. Nº 2025.781 – 27/10/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000081895-9) – Autoriza a **prorrogação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2024.571**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 40 HORAS:	
NOME	**VIGÊNCIA**
Aila Maria Bezerra da Silva de Freitas	24/12/2025 a 23/06/2026
Ana Paula Mendes	25/12/2025 a 24/06/2026
Andréia Cristina de Gois Garcia	24/12/2025 a 23/06/2026
Isanayra Teixeira Rodrigues	26/12/2025 a 25/06/2026
Janaine Claudia Fagundes	01/01/2026 a 30/06/2026
Juliana do Perpétuo Monteiro de Oliveira	25/12/2025 a 24/06/2026
Liliane Cristina Bandeira	01/01/2026 a 30/06/2026
Lucia Mara Garcia	25/12/2025 a 24/06/2026
Tita de Fatima Oliveira	24/12/2025 a 23/06/2026
Vanussa Ferreira	24/12/2025 a 23/06/2026
PORTARIA R. Nº 2025.782 – 27/10/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000081895-9) – Autoriza a **prorrogação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2024.875**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: FARMACÊUTICO OU FARMACÊUTICO COM FORMAÇÃO GENERALISTA - 40 HORAS:	
NOME	**VIGÊNCIA**
Erica Zahailo	03/12/2025 a 02/06/2026
FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO - 40 HORAS:	
NOME	**VIGÊNCIA**
Andressa Almeida Iarenczuk	23/12/2025 a 22/06/2026
Atanaisa de Oliveira Pawlak	09/12/2025 a 08/06/2026
Eronides Nafalski	01/01/2026 a 30/06/2026
Karine Ferreira Colesel	09/12/2025 a 08/06/2026
PORTARIA R. Nº 2025.783 – 27/10/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000081895-9) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente Universitário CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.77**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO - 40 HORAS:	
NOME	**VIGÊNCIA**
Jocimeyri Ferreira	23/12/2025 a 22/06/2026

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

153446/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2025.802 – 03/11/2025 (PROCESSO(S) SEI Nº(s) 25.000086408-0) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao(s) Processo(s) Seletivo(s) Simplificado(s), Professor Colaborador, aberto(s) e disciplinado(s) pelo(s) **Edital(ais)**:

PRORH-DICON Nº 2022.65, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Juliana Przybysz	4	20 HORAS	01/01/2026 a 07/05/2026
Thais Cristina dos Santos	2	40 HORAS	01/01/2026 a 17/03/2026
Maria Raquel de Figueiredo Bacovis	2	20 HORAS	01/01/2026 a 01/04/2026
Pedro Henrique dos Santos	1	20 HORAS	01/01/2026 a 21/07/2026

PRORH-DICON Nº 2022.244, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Aline Louize Deliberali Rosso	4	40 HORAS	01/01/2026 a 01/09/2026
Kevin Willian Kossar Furtado	3	40 HORAS	01/01/2026 a 15/07/2026

PRORH-DICON Nº 2022.631, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Adriana Rute Cordeiro	1	40 HORAS	01/01/2026 a 18/08/2026
Cibeli May Arévalos Villalba	4	40 HORAS	01/01/2026 a 02/10/2026
Aline Ansbach Garabeli	2	40 HORAS	01/01/2026 a 28/04/2026
João Victor Ingles de Lara	1	20 HORAS	01/01/2026 a 02/04/2026
Georgia Grube Marcinik	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/07/2026
Luciana Nair Moretto	1	20 HORAS	01/01/2026 a 14/07/2026
José Wander de Paula	3	20 HORAS	01/01/2026 a 07/03/2026
Graziela Ferreira de Souza	3	20 HORAS	01/01/2026 a 01/05/2026

PRORH-DICON Nº 2023.290, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Afonso Chimanski	2	20 HORAS	01/01/2026 a 03/09/2026
Érik Januário da Silva	2	40 HORAS	01/01/2026 a 15/07/2026
Paulo Ricardo Los	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Kathleen A. Coelho de A.Villela de Biassio	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Marcos Monteiro Junior	4	20 HORAS	01/01/2026 a 02/04/2026
Rafaela Martins	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Micheli Bordoli Amestoy	2	40 HORAS	01/01/2026 a 12/09/2026
Midiã Vanessa dos Santos Spekalski	2	20 HORAS	01/01/2026 a 16/06/2026
Stellamaris Cordeiro Silvestre Rosa	5	20 HORAS	01/01/2026 a 10/06/2026
Octávio Antonio Azevedo da Costa Filho	6	20 HORAS	01/01/2026 a 22/02/2026
Anna Luiza Szesz	2	20 HORAS	01/01/2026 a 02/04/2026
Letícia Antonelo Campos	1	20 HORAS	01/01/2026 a 15/04/2026
Rosana Marques Silva Figueroa	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Adiléia Ribeiro Santos	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Franciele Aparecida Cecato	2	20 HORAS	01/01/2026 a 24/07/2026
Luís Filippe Serpe	2	20 HORAS	01/01/2026 a 21/03/2026
Ariane A. Azambuja de Oliveira Salgado	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Carla Emilia Nascimento	4	20 HORAS	01/01/2026 a 23/04/2026
Luiz Rodolfo Annes	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ana Keli Moletta	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Helena Gutoch Garbosa	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Izabelle Cristina de Almeida	4	40 HORAS	01/01/2026 a 28/02/2026
Luciana Kubaski Alves	5	20 HORAS	01/01/2026 a 28/04/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Perla Cristiane Enviy	2	40 HORAS	01/01/2026 a 18/02/2026
João Maria de Goes Junior	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Patrícia Bubna Biscaia	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

PROGESP-DICON Nº 2023.680, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
André de Morais	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Karina Eugenia Fioravante	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Leonardo Tullio	4	20 HORAS	01/01/2026 a 06/03/2026
Camila Martins Lopes	1	20 HORAS	01/01/2026 a 03/03/2026
Carlos Eduardo de Andrade e Silva Ramos	6	20 HORAS	01/01/2026 a 28/02/2026
Andrea Cristina Martins	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Camila Christiane Rocha Nicolau Teodoro	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gislaine do Rocio Rocha Simões da Silva	2	20 HORAS	01/01/2026 a 07/04/2026
Vitor Hugo Bueno Fogaca	5	20 HORAS	01/01/2026 a 14/04/2026

PROGESP-DICON Nº 2023.852, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Giane Fernanda Schneider Gross	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Juliana de Fátima Holm Brim	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Myrelly de Oliveira Ribeiro	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Nataly Barbosa de Castilho	2	40 HORAS	01/01/2026 a 10/11/2026
Pedro Jeferson Miranda	4	40 HORAS	01/01/2026 a 31/10/2026
Luis Miguel Schiebelbein	5	40 HORAS	01/01/2026 a 20/02/2026
Regiane Kazmierczak Becker	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Emilin Regina Meira Dobrovolski	1	20 HORAS	01/01/2026 a 14/07/2026
Gustavo Alexandre Swiech Assad	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Mateus Edilson Gomes Dobrovolski	2	20 HORAS	01/01/2026 a 17/07/2026
Adalci Leite Torres	7	40 HORAS	01/01/2026 a 22/02/2026
Rafaele Regina Moreira Lange	1	40 HORAS	01/01/2026 a 13/03/2026
Gabrielly de Queiroz Pereira	2	20 HORAS	01/01/2026 a 04/09/2026
Rafael Felipe Van Kan	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Patrícia Bubna Biscaia	2	20 HORAS	01/01/2026 a 03/03/2026
Fabiano Rodrigo da Maia	5	20 HORAS	01/01/2026 a 26/02/2026
Rosimeire Nunes de Oliveira	5	40 HORAS	01/01/2026 a 28/02/2026
Edilson de Oliveira	4	40 HORAS	01/01/2026 a 18/08/2026
Erica Fernanda de Paula Visbiski	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gabriel Ribeiro Cordeiro	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luiz Marcelo de Lara	8	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Camila da Silva Eidam de Lima	1	20 HORAS	01/01/2026 a 28/02/2026
Camila Marinelli Martins	5	20 HORAS	01/01/2026 a 04/03/2026
Felício de Freitas Netto	2	20 HORAS	01/01/2026 a 07/03/2026
Omar El Sayed	3	20 HORAS	01/01/2026 a 11/03/2026
Gabriela de Abreu Passos	3	20 HORAS	01/01/2026 a 15/05/2026
Julio Cesar Ferreira	3	20 HORAS	01/01/2026 a 08/05/2026
Daniella Aparecida Chem de Souza	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Renata Cristina Simões de Oliveira	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Donizeti Pessi	7	40 HORAS	01/01/2026 a 22/10/2026
Marcelo Nogueira de Souza	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Alice Eulália de Oliveira Lima	4	40 HORAS	01/01/2026 a 28/02/2026
Bhianca Moro Portella	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Carlos André Ferreira	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Daiane Cristina Pereira	1	40 HORAS	01/01/2026 a 11/11/2026
Diogo Simão	1	20 HORAS	01/01/2026 a 12/08/2026
Fabiana Simeoni Avais	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Giuliano Lellis Ito Santos	2	40 HORAS	01/01/2026 a 28/02/2026
Janeffer Desselman	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Joao Victor Chiquetto Silva	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Juliana Ristow Canuto	1	20 HORAS	01/01/2026 a 20/03/2026
Leonardo Sinckiewicz Carrera Guisantes	1	20 HORAS	01/01/2026 a 11/03/2026
Lincoln Felipe Freitas	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Marcelo Elísio Vasicki	5	40 HORAS	01/01/2026 a 17/03/2026
Marco Aurelio de Souza	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Patricia Barreto Mainardi Maeso	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Rodrigo Freitas Caetano de Oliveira	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Silvely Brandes	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Simone Carvalho do Prado dos Santos	4	20 HORAS	01/01/2026 a 20/03/2026
Thiago Alexandre Correa	1	20 HORAS	01/01/2026 a 12/03/2026
Elizabeth Santos de Souza	1	40 HORAS	01/01/2026 a 18/09/2026
Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Jose Adil Blanco de Lima	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Leticia Goncalves Alfeu de Almeida	1	40 HORAS	01/01/2026 a 26/03/2026
Lorena Zomer	6	40 HORAS	01/01/2026 a 01/08/2026
Rubia Caroline Janz	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Viridiana Alves de Lara Silva	6	40 HORAS	01/01/2026 a 20/02/2026
Aline Soares Lopes	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Amanda Cristhina Flach	4	20 HORAS	01/01/2026 a 23/10/2026
Brunna Rabelo Santiago	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Pedro Fauth Manhães Miranda	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/10/2026
Romualdo Flavio Dropa	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

PROGESP-DICON Nº 2024.451, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Ingrid Aline de Carvalho Ferrasa	5	20 HORAS	01/01/2026 a 26/09/2026
Alison Diego Leajanski	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Henrique Simão Pontes	4	40 HORAS	01/01/2026 a 11/09/2026
Michelangelo Tissi Baldin	1	40 HORAS	01/01/2026 a 26/09/2026
Fernanda Coutinho Soares	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/10/2026
Lidyanne da Silva Hagy	1	40 HORAS	01/01/2026 a 23/10/2026

Robson Couto da Silva	5	40 HORAS	01/01/2026 a 08/09/2026
Dardania Soares Cristeli	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Leiluana Camila Rettig Tozetto	1	20 HORAS	01/01/2026 a 11/09/2026
Caroline Regina Dias Machado	2	40 HORAS	01/01/2026 a 09/09/2026
Nadia Fayez Omar	8	40 HORAS	01/01/2026 a 08/09/2026
Daniele P. da Silva Fardin de Assunção	5	40 HORAS	01/01/2026 a 03/09/2026
Fernanda Malaquias Barboza	7	20 HORAS	01/01/2026 a 15/09/2026
Jessica Mendes Nadal	8	40 HORAS	01/01/2026 a 11/09/2026
Juliana Morais Missina	1	20 HORAS	01/01/2026 a 21/10/2026
Lorene Armstrong	4	20 HORAS	01/01/2026 a 04/09/2026
Marissa Giovanna Schamne	3	20 HORAS	01/01/2026 a 04/09/2026
Patrícia Mazureki Campos	7	40 HORAS	01/01/2026 a 05/09/2026
Alison Luis Kirchhoff	1	20 HORAS	01/01/2026 a 03/11/2026
Camila Maggi Maia Silveira	5	20 HORAS	01/01/2026 a 02/10/2026
Fabiana Dias Simas Dreweck	2	20 HORAS	01/01/2026 a 30/09/2026
Letícia Maira Wambier	5	20 HORAS	01/01/2026 a 22/09/2026
Murilo Martins Borges	3	20 HORAS	01/01/2026 a 03/11/2026
Emília Ferro de Melo	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Letícia Simeoni Avais	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Lúcia Aparecida Lebioda Camilo	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Leozenir Mendes Betim	2	20 HORAS	01/01/2026 a 10/09/2026
Rudy de Barros Ahrens	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Tatiane Teixeira	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Aline de Oliveira Rios	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Hendryo Anderson André	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Janaine Kronbauer dos Santos	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Manoel Moabis Pereira dos Anjos	6	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Fabiana Vosgerau Trentini	7	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gabriele Petroski Machado	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Diego Alexandre Divardim de Oliveira	9	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Georgeana Lanzini Vendrami	6	20 HORAS	01/01/2026 a 16/09/2026
Jeanine Mafra Migliorini	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luiz Rodolfo Annes	2	20 HORAS	01/01/2026 a 06/10/2026
Suelen Ribeiro Galdino	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Alyda Henrietta Zomer	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Andressa França	1	40 HORAS	01/01/2026 a 12/09/2026
Charlott Eloize Leviski	4	20 HORAS	01/01/2026 a 04/09/2026
Izabele Caroline Rodrigues Gomes	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
José Wander de Paula	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Silvely Brandes	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Vinicius Heitor Pereira	1	40 HORAS	01/01/2026 a 11/09/2026
Maria Raquel de Figueiredo Bacovis	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Melissa Andrea Smaniotto	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Mirian Cristina Ribas	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Pedro Henrique dos Santos	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

PROGESP-DICON Nº 2024.520, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Ana Carolina Morabito de Barros	2	20 HORAS	01/01/2026 a 18/09/2026
João Paulo Kravchychyn Lubczyk	1	20 HORAS	01/01/2026 a 25/09/2026
Pedro Ricardo Souza Compasso	6	20 HORAS	01/01/2026 a 15/09/2026
Victória Prudêncio Ferreira Soares	1	20 HORAS	01/01/2026 a 25/09/2026

PROGESP-DICON Nº 2024.858, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Vinicius Andre Boese	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Christiane Trevisan Slivinski	9	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Michele Karoline Lima Tenório	4	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Jaime Alberti Gomes	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
José Pedro Wojeicchowski	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Carlos André Stuepp	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
José Raulindo Gardingo	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Lucas Martini Sargentim	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Matheus Tauffer de Paula	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Sabine Cassol	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
William Xavier Maukoski	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Cristiana Leonor da Silva Carneiro	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Barbara Justus	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Joel Toribio Espinoza	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Adalberto Ferreira Junior	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Matheus Azambuja dos Santos	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Nadia Fayez Omar	9	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gabriel Ribeiro Cordeiro	4	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Greice Westphal Nardo	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Maria Thereza Oliveira Souza	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Thaiane Moleta Vargas	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Aline Scharr Rodrigues	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Guilherme Arcaro	9	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ianka do Amaral Caetano	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Laryssa de Col Dalazoana Baier	6	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Simonei Bonatto	6	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Suellen Vienscoski Skupien	13	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Mariane Aparecida Sanson Wayar	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Mayara Vitorino Gevert	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Priscila de Camargo Smolarek Flores	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Nayara Cristina Milane	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luís Filippe Serpe	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Celso Jose Farias	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gabriela de Abreu Passos	4	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Julio Cesar Ferreira	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Suelen Aparecida Wendler	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Wanderson Schmoeller Monteiro	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ana Paula Moreira	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Caroline Wynnek	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Diego Alexandre Divardim de Oliveira	10	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Jeanine Mafra Migliorini	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Rafael Dalalibera Rauski	9	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Bianca Neves	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Kamila Cristina Babiuki	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luciana Kubaski Alves	6	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Mauricio Wisniewski	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Michelle Barreto Justus	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Patricia Caldeira Tolentino Czech	9	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Sandra Cristina Demschinski	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Sara Evelin Urrea Quintero	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Camila Jansen de Mello de Santana	8	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ana Keli Moletta	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gabriela Chem de Souza do Rosário	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Geane Kantovitz	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Karina Regalio Campagnoli	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Karine Ferreira Monteiro	4	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Natália Mendes Bellascuza	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Priscila Gabriele da Luz Kailer	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Tuany Cristina Carvalho Santos	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Viviane Aparecida Bagio	8	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Aline Soares Lopes	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Brunna Rabelo Santiago	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

PROGESP-DICON Nº 2024.859, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Adriana Yuriko Koga Kozu	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Diego José Schebelski	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Rivair Gonçalves Junior	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

PROGESP-DICON Nº 2025.308, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Jonathan Ferreira Brito	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Paula Dayana Matkovski	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

PROGESP-DICON Nº 2025.422, seguinte(s):

NOME	LINHA FUNCIONAL	REGIME DE TRABALHO	VIGÊNCIA
Júlio César Sczancoski	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Natalia Pereira Rezende	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Samyr Ariel Abdulack	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Carlos Eduardo Krassinski Soares	7	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ivan Mathias	8	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Julio Leo Fonseca Quispe	1	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Vanderlei dos Santos Mendes	10	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Adriana Fiori Moura	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Cleyton Cristiano Crovador	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Fernanda Brekailo	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Paola Souza Gomes Deganutti	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Tassiane Apolinário de Oliveira	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Juliana Aparecida de Assis	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Juliano Issakowicz	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Rhaissa Garcia de Assis	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ana Paula dos Santos Bertoncin	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Felipe de Lara Janz	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gustavo Henrique Zaia Alves	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Rodrigo Moreira Caetano Pinto	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Rosimeri de Oliveira Fragoso	5	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Viviane Terezinha Koga	8	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luiza Herminia Gallo	4	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Riqueldi Straub Lise	3	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Aline Scharr Rodrigues	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ana Paula Garbuio Cavalheiro	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Cláudia Regina Biancato Bastos	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Divonei Gibala	6	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Kelly Cristina de Souza Fornazari	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Laryssa de Col Dalazoana Baier	7	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Midiã Vanessa dos Santos Spekalski	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Regina Celia Fernandes Bittencourt	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Stella Maris Araujo	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Suellen Vienscoski Skupien	14	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Amanda Regina Fischborn	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Bruna Hilgemberg Pirolo	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Camila Maggi Maia Silveira	6	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Fabiana Dias Simas Dreweck	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Fabiana Fernandes Madalozzo Coppla	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Fernanda Tiboni	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Francisco Isaak Nicolas Ciesielski	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Gisele Fernandes Dias	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Lívia Ribeiro	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Murilo Sérgio Príncipe Bizetto	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Ricarda Duarte da Silva	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Rodrigo Stanislawczuk Grande	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

Rosana Marques Silva Figueroa	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Thaynara Faelly Boing Servat	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Wagner Izumi Sawada Germiniani	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Temidayo James Aransiola	2	40 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luciana Pavowski Franco Silvestre	2	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Amanda Moura Possette	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Jessé Meier de Andrade	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Audrey Franciny Barbosa	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Carlos Eduardo de Andrade e Silva Ramos	7	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Matheus Eduardo Rodrigues Martins	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Alyda Henrietta Zomer	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Charlott Eloize Leviski	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Izabelle Cristina de Almeida	5	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luana K. Pieckhardt Santos de Souza	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Luana Santos	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Stephany de Souza Pereira	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Thamiris Christine Mendes Berger	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Viviane Aparecida Bagio	9	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Andréia Gaspar Soltoski	3	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Matheus de Quadros	1	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026
Nara Luiza Valente	4	20 HORAS	01/01/2026 a 31/12/2026

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

153141/2025

UNESPAR

PORTARIA N.º 1384/2025 - REITORIA/UNESPAR

Designa Comissão de Sindicância para apurar os fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades decorrentes de ocorrência envolvendo docente do *Campus União da Vitória*, conforme relatos contidos no Protocolo nº 24.852.167-8.

O Reitor da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 99 da Lei 20.656, de 3 de agosto de 2021, Art. 11, inciso XI, do Regimento Geral da UNESPAR, e Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 (no que couber) e **considerando** o Parecer nº 128/2025-Projur/Unespar (Fls. 27-29, Mov.4) e o Despacho da Direção do *Campus* de União da Vitória (Fls. 30, Mov. 5) contantes no Protocolo,

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de SINDICÂNCIA para apuração dos fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades, em virtude de denúncia registrada na Ouvidoria, conforme relato constante do Protocolo nº 24.852.167-8.

Art. 2º Para cumprimento do objeto disposto no artigo anterior, fica nomeada a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta, sob a presidência do primeiro nomeado, pelos seguintes servidores/membros: Docente **Reginaldo de Lima Correia**, CPF XXX.122.289-XX, Docente **Marieli Vanessa Rediske de Almeida**, CPF XXX.842.280-XX (membro) e Docente **Paulo Cesar de Souza Pereira**, CPF XXX.959.309-XX.

§ 1º Para bem cumprir as suas atribuições, a COMISSÃO indicada no artigo 2º, poderá produzir prova documental, tendo acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, prova oral, podendo para tanto colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender convenientes.
§ 2º A COMISSÃO, ora constituída, terá o prazo de 03 (três) dias, após a publicação desta Portaria na imprensa oficial, para dar início aos trabalhos da Sindicância, e o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do início da mesma para a conclusão dos trabalhos, com emissão e encaminhamento do relatório circunstanciado ao Gabinete da Reitoria, consoante com o disposto no Art.177 e 88, § 2º da Lei 20.656/21.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Paranavaí, 06 de novembro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Reitor em Exercício
Portaria nº 1325/2025 – Reitoria/Unespar

153125/2025

RESOLUÇÃO Nº 236/2025 – CAD/UNESPAR

Aprova a mudança de local de trabalho da Agente Universitária de Execução Isabela Fernanda Donato para o Escritório Operacional da Reitoria, em Curitiba.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III, do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando a Resolução nº 001/2015 - COU/Unespar – que aprova documento sobre o Plano de Gestão da Unespar;

considerando o Parecer nº 058/2025 - PROGESP;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 24.911.785-4;

considerando a deliberação contida na Ata da 22ª Sessão (20ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 07 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a mudança de local de trabalho da Agente Universitária de Execução Isabela Fernanda Donato para o Escritório Operacional da Reitoria, em Curitiba.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial do Estado e no site da Unespar.

Paranavaí, em 07 de novembro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Reitor em exercício

RESOLUÇÃO Nº 237/2025 – CAD/UNESPAR

Aprova a mudança de local de trabalho da Agente Universitária de Execução Lívia Ribeiro de Oliveira para o Escritório Operacional da Reitoria, em Curitiba.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e

considerando o inciso III, do art. 9º do Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Estadual do Paraná;

considerando a Resolução nº 001/2015 - COU/Unespar – que aprova documento sobre o Plano de Gestão da Unespar;

considerando o Parecer nº 057/2025 - PROGESP;

considerando a solicitação autuada no protocolado nº 24.923.068-5;

considerando a deliberação contida na Ata da 22ª Sessão (20ª Extraordinária) do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças da Unespar, realizada no dia 07 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a mudança de local de trabalho da Agente Universitária de Execução Lívia Ribeiro de Oliveira para o Escritório Operacional da Reitoria, em Curitiba.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial do Estado e no site da Unespar.

Paranavaí, em 07 de novembro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Reitor em exercício

153445/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EDITAL N.º 488/2025-PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO/UNESPAR

O Reitor em exercício da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e o Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Edital de Abertura nº 060/2022– CPPS/UNESPAR, publicado no DOE nº 11.263 de 20/09/2022, Edital de Retificação nº 061/2022– CPPS/UNESPAR, publicado no DOE nº 11.267 de 26/06/2022, o Edital nº 066/2022, publicado no DOE nº 11.279 de 13/10/2022, o Edital de Resultado Final Definitivo nº 074/2022-CPPS/UNESPAR, publicado no DOE nº 11.304 de 23/11/2022, a Resolução de Homologação do Resultado Final do Concurso nº 1.786-SEAP, publicada no DOE nº 11.432 de 02/06/2023, a Lei nº 20.933 de 17/12/2021, publicada no DIOE nº 11.083 de 22/12/2021, o Edital nº 364/2025 de 21/08/2025, o Edital nº 411/2025 de 26/09/2025, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E M:

Art. 1º – TORNAR PÚBLICO, o resultado da avaliação médica da Divisão de Perícia Médica - DPM, dos(as) candidato(as) aprovado(as) e classificado(as), dentro do número de vagas ofertadas considerados(as) APTOS(AS), para provimento do cargo de AGENTE UNIVERSITÁRIO DE EXECUÇÃO e AGENTE UNIVERSITÁRIO PROFISSIONAL, para a nomeação nos seguintes Campus da Universidade Estadual do Paraná:

Campus	Inscrição	Candidato (a)	Função	Resultado
Reitoria Paranavaí	10109	Vivian Cabral Arruda	Administrador	Apto(a)
Reitoria Curitiba	10227	Kênia Crisley Pereira dos Santos	Administrador	Apto(a)
Reitoria Curitiba	10824	Amanda Maria Lima Silva	Administrador	Apto(a)
Reitoria Paranavaí	11188	Débora Cristina Basseto	Administrador	Apto(a)
Reitoria Paranavaí	11335	Adriana Paula Nenduziak	Administrador	Apto(a)
Reitoria Paranavaí	10475	Kaue Lima da Silva	Advogado	Apto(a)
Campus Paranavaí	10793	Elaine Maestre Polido de Araújo	Pedagogo	Apto(a)
Campus Paranaguá	10124	Maria das Graças Pinheiro de Souza	Técnico Administrativo	Apto(a)
Campus Paranaguá	10794	Marilize Alipio dos Santos	Técnico Administrativo	Apto(a)
Campus Paranaguá	10451	Suzielli Nunes de Almeida dos Santos	Técnico Administrativo	Apto(a)
Curitiba I	11241	Shurama Zamile Carvalho Monaro	Técnico Administrativo	Apto(a)
Curitiba I	11359	Eduardo Mayer Barbosa	Técnico Administrativo	Apto(a)
Curitiba I	10671	Maycon Felipe dos Santos de Moraes	Técnico Administrativo	Apto(a)
Curitiba II	10014	Galvani Carraro Junior	Técnico Administrativo	Apto(a)

Art. 2º. - Este Edital entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial e no site oficial da Unespar.
Curitiba, 07 de novembro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Reitor em Exercício

Valderlei Garcias Sanches
Pró-Reitor - PROGESP

153418/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
O Reitor em exercício da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 1385/2025 de 07/11/2025. Art. 1º Conceder Promoção por Capacitação à Agente Universitário abaixo relacionado, **da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. - Reitoria Curitiba**

Protocolo	Nome	CPF	Cargo	Função	Classe	Nova Classe
24.377.669-4	André Eduardo Calao	XXX.287.259-XX	Agente Universitário de Execução	Técnico Administrativo	E16	E17

Portaria nº 1386/2025 de 07/11/2025. Art. 1º Conceder Promoção por Titulação à Agente Universitária abaixo relacionada **da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. - Reitoria Curitiba**

Protocolo	Nome	CPF	Cargo	Função	Classe	Nova Classe
24.405.528-1	Helem Patricia de Faveri Turco	XXX.398.709-XX	Agente Universitário Profissional	Advogado	P07	P13

Carlos Alexandre Molena Fernandes– **Reitor em exercício**

153433/2025

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de novembro de 2025:

RETIFICAÇÃO: Na Portaria nº 544-PROGESP, de 6-11-2025, publicado no Diário Oficial n.º 12.024, de 6-11-2025. Onde se lê: Totalizando 1 ano e 264 dias. Leia-se: Totalizando 264 dias.

547-PROGESP, de 10-11-2025: Concede promoção de classe e adicional de titulação, de 105% sobre o vencimento à docente Sttela Maris Nerone Lacerda, RG nº 3.XXX.207-X, para a classe de Professor Adjunto, nível A, concedida por conclusão do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, a partir da publicação desta Portaria.

548-PROGESP, de 10-11-2025: Concede Gratificação de Insalubridade de 20% ao docente Jackson Kawakami, RG nº 5.XXX.833-X, a partir de 21-10-2025.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

153421/2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte PORTARIA:

1.365-GR, de 6-11-2025: Aplica pena disciplinar de advertência ao docente THIAGO GRANDO, RG nº *.741.***-0, Professor Adjunto, nível B, LF 01, lotado no Departamento de Matemática, Câmpus Cedeteg, Unidade Universitária de Guarapuava, UNICENTRO, por infringir o artigo 279, inciso III, da Lei nº 6.174/1970.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

153300/2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte PORTARIA:

Protocolo nº 24.841.435-9, de 16/10/2025 (SID)
1.366-GR, de 7-11-2025: Constitui Comissão de Processo Disciplinar formada pelos membros a seguir designados para, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos contidos no Protocolo nº 24.841.435-9, de 16 de outubro de 2025, embasado pelo Protocolo nº 24.010.446-6, de 19 de maio de 2025 (anexo), em virtude de indícios de infração ao art. 10, incisos I, IV e V, do Regulamento do Regime disciplinar aplicável ao corpo discente, aprovado pela Resolução n° 23-COU/ UNICENTRO, de 2 de setembro de 2004, em tese praticados pela acadêmica Karina da Silva Araújo, RG nº **. 510.***-2, do Curso História, Câmpus Santa Cruz: I – Cláudia Maris Tullio, RG nº *.780.***-3; II – Ariane Carla Pereira, RG nº *.105.***-2; III – Marcela Aparecida Fernandes de Araújo, RG nº **.348.***-6. A Comissão é assessorada por Diogo dos Santos Brandalise, RG nº *.070.***-0, da Procuradoria Jurídica da UNICENTRO. Revoga-se a Portaria nº 1.302-GR/UNICENTRO, de 24 de outubro de 2025.

Prof. Dr. Fábio Hernandes.
Reitor.

153287/2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte PORTARIA:

Protocolo nº 24.061.984-9, de 27/5/2025 (SID)
1.367-GR, de 7-11-2025: Constitui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar formada pelos membros a seguir designados para, sob a presidência do primeiro, apurar os fatos contidos no Protocolo nº 24.061.984-9, de 27 de maio de 2025, embasado pelo Protocolo nº 22.041.787-5, de 18 de abril de 2024 (anexo), em virtude de eventuais condutas irregulares possivelmente caracterizadas como assédio moral, cometidas, em tese, pelo Docente Fauze Jacó Anaissi, RG nº *.603.***-6, contra Agente Universitária a ele subordinada, em virtude de indícios de infrações ao disposto no artigo 279, incisos III, VI e XIV, da Lei nº 6.174/1970: I – Profª Ariane Carla Pereira, RG nº *.105.***-2; II – Prof. Odinei Fabiano Ramos, RG nº *.441.***-5; III – Prof. Jackson Kawakami, RG nº *.018.****-7. A Comissão é assessorada por Gabriella Caroline de Morais, RG nº **.646.***-0, da Procuradoria Jurídica da UNICENTRO. Revoga-se a Portaria nº 1.319-GR/UNICENTRO, de 30 de outubro de 2025.

Prof. Dr. Fábio Hernandes.
Reitor.

153289/2025

UNIOESTE

PORTARIA Nº 053/2025-DGC, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.
Designar o Servidor GABRIEL BRUN VERGANI, RG nº 11.XXX.597-X, como FISCAL do contrato nº 8823/2025-GMS, referente ao Pregão Eletrônico 1440/2025-GMS, que tem por objeto a Contratação de serviços de metalurgia com fornecimento de mão de obra, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, e com fornecimento de materiais, para atender às necessidades da UNIOESTE – Câmpus de Marechal Cândido Rondon-PR.
EMERSON FEY - DIRETOR-GERAL DA UNIOESTE - CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ.

153547/2025

PORTARIA Nº 4678/2025-GRE, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.
Autorizar o afastamento, para o exterior, da Professora CAROLINA PANIS, RG nº 13.XXX.885-X, lotada no Centro de Ciências da Saúde do Campus de Francisco Beltrão, para atuar como **Professor Visitante** na área de Saúde/Medicina I, na Georg-August-Universität Göttingen, em Göttingen/Alemanha, no período de 10 de janeiro a 20 de março de 2026.
PORTARIA Nº 4679/2025-GRE, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.
Conceder progressão de nível a Professora ELIANE NASCIMENTO PEREIRA, RG nº 5.XXX.669-X, RT-40, lotada no Centro de Engenharias e Ciências Exatas do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Associado – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.
PORTARIA Nº 4685/2025-GRE, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.
Aprovar, no âmbito da Unioeste, a remoção do Servidor DHÊNIS ROSINA, RG nº 7.XXX.423-X, ocupante do cargo de Agente Universitário Profissional, na Função de Pedagogo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, para a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/Campus de Campo Mourão, mediante a transferência do código de vaga AUS 01178.7.0.40.0.0 da UNESPAR para a UNIOESTE. A deliberação final do pedido de remoção é de competência dos órgãos Governamentais do Estado do Paraná, nos termos da legislação vigente.
PORTARIA Nº 4687/2025-GRE, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025.
Promover o Professor ADILSON CARLOS DA ROCHA, RG nº 6.XXX.597-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Francisco Beltrão, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.
PORTARIA Nº 4706/2025-GRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.
Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8688/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 44959/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.899.495-9, Controle interno nº 022/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: MARI ÂNGELA SBARAINI AGOSTINI, RG nº 3.XXX.065-X. **Fiscal de Contrato**: BARBARA ZANINI, RG n° 7.XXX.116-X. O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.
PORTARIA Nº 4707/2025-GRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.
Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8691/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 44957/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.924.578-0, Controle interno nº 023/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: MARI ÂNGELA SBARAINI AGOSTINI, RG nº 3.XXX.065-X. **Fiscal de Contrato**: BARBARA ZANINI, RG n° 7.XXX.116-X.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

PORTARIA Nº 4708/2025-GRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8694/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 45067/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.925.003-1, Controle interno nº 024/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: MUSTAFA HASSAN ISSA, RG nº 6.XXX.360-X. **Fiscal de Contrato**: ELISANGELA BORGES DE OLIVEIRA, RG n° 5.XXX.653-X. O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

PORTARIA Nº 4709/2025-GRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8718/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 45138/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.926.565-9, Controle interno nº 025/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: EVERTON MARIA, RG nº 6.XXX.363-X. **Fiscal de Contrato**: GRACIELI VILLANOVA, RG n° 9.XXX.503-X. O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

PORTARIA Nº 4710/2025-GRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8727/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 45161/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.929.064-5, Controle interno nº 026/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: ADRIANA BISCAIA BARBOSA STUCKER, RG nº 5.XXX.108-X. **Fiscal de Contrato**: ANGELO JOSÉ DE SOUZA, RG n° 7.XXX.640-X. O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

PORTARIA Nº 4711/2025-GRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8735/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 45175/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.930.137-0, Controle interno nº 027/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: MÁRCIO GILBERTO MALHER, RG nº 7.XXX.008-X. **Fiscal de Contrato**: MARLEI INÊS BARCELI, RG n° 4.XXX.317-X. O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

PORTARIA Nº 4712/2025-GRE, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8803/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 45384/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.937.391-5, Controle interno nº 028/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: MOISÉS CORDEIRO MUNIZ, RG nº 5.XXX.276-X. **Fiscal de Contrato**: CARMEN LUCIA BORDIGUINI BORDIN, RG n° 1.XXX.217-X. O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

153513/2025

PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DA SINDICÂNCIA – E-protocolo 23.950.999-1

A Direção Geral do Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, no uso de suas atribuições legais, faz saber a decisão final referente à Sindicância instaurada pela Portaria nº 0110/2025 – DG, publicada no Diário Oficial em 07 de julho de 2025, com o objetivo de apurar os fatos descritos no e-Protocolo 23.950.999-1. Considerando o Parecer Jurídico nº 370/2025 de 09 de setembro de 2025, o qual foi acatado por esta Administração, fica determinada a adoção de seus fundamentos para fins de ABERTURA DE PAD (Processo Administrativo Disciplinar) em desfavor do servidor Assis Roberto Escher. Cascavel, 07 de novembro de 2025. RAFAEL MUNIZ DE OLIVEIRA - Diretor Geral – HUOP - Portaria nº 0028/2024-GRE.

153408/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2025 – SEDEF
FASE FINAL DA FASE DE EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

A Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família *em exercício*, no uso de suas atribuições, aprova o resultado final da fase de avaliação e classificação das propostas do Edital de Chamamento Público n° 001/2025 – SEDEF, que tem for finalidade a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de colaboração com o objetivo execução de serviço de acolhimento institucional na modalidade Residência Inclusiva, com capacidade para atendimento de 10 jovens e adultos com deficiência (18 a 59 anos), de ambos os sexos, em situação de dependência, que não disponham condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, conforme previsto na Tipificação de Serviços Socioassistenciais – Resolução n° 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, torna público o resultado da **fase "E"** do cronograma do referido edital, sendo:

RELAÇÃO DE PROPOSTAS CLASSIFICADAS		
Total de OSC(s)	**Razão Social**	**Resultado**
1	APEDEF – Associação Pontagrossense de Emancipação para Deficientes	APTA
2	Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial	APTA
3	Associação de Pais e Amigos Dos Excepcionais de Figueira	APTA

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução n° 583/2025 – SEDEF

152890/2025

RESOLUÇÃO Nº 620/2025 – SEDEF

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício* nomeada pela Resolução n° 583/2025 – SEDEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023 , e considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Município	Equipamento
Terra Rica	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 – SEDEF

153490/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 555/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.795.259-4.

AUTORIZO, com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 069/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 520/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 22) e Informação Técnica nº 240/2025 – DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Básica (Mov. 23), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (Mov. 17-20), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Terra Rica.
Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
À SEDEF/NFS.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153489/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 291/2025

Protocolo nº **24.778.468-3**
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "EQUIPAR PARA TRANSFORMAR: FISIOTERAPIA E EDUCAÇÃO COM QUALIDADE", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOESTE. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 208 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LINDOESTE além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153076/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 294/2025

Protocolo nº **24.923.064-2**
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "MOBILIDADE SOLIDÁRIA: OTIMIZAÇÃO DA LOGÍSTICA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – CASA DE APOIO BELÉM. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 145 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da CASA DE APOIO BELÉM além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153080/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 297/2025

Protocolo nº **24.741.671-4**
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ESTRELA DA MANHÃ", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO ESTRELA DA MANHÃ. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2076 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO ESTRELA DA MANHÃ além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153064/2025

RESOLUÇÃO Nº 332/2025 – SEDEF

RETIFICADA

Súmula: *Designar servidores para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família e Organizações da Sociedade Civil, referente as Emendas Parlamentares.*

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício*, nomeada pela Resolução n° 583/2025 – SEDEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, com fulcro no disposto na Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público, **RESOLVE:**
Art. 1º Designar, a servidora Laurita Menjon da Silva, RG n° *.184.097-* para responder como Coordenadora das Emendas Parlamentares.
Art. 2º Designar, os servidores a seguir relacionados, para comporem a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF e as Organizações da Sociedade Civil:
I – Denise Xavier Masson, RG n° *102.300-*;
II – Juliana Muller, RG n° **.801.152-*;
III – Ayslan Juan Propst, RG n° **.957.302-*;
IV – Juliana Muller Sabbag, RG n° *.971.597-*;
V – Paula Cristina Calsavara, RG n° *.097.797-*;
VI – Samanta Krevoruczka, RG n° *.847.662-*;
VII – Magali Socher Luiz, RG n° *.950.932-*;
VIII – Patricia Cavichiolo Tortato, RG n° *.212.755-*;
IX – Luana de Oliveira, RG n° **.403.228-*;
X – Simone Hanczuruk, RG n° *.895.497-*;
XI – Carla Cristina Felicio Vieira Lourenço, RG n° *.653.871-*;
XII – Cláudia Mara Padilha, RG n° *.719.444-*;
XIII – Vanessa Julião Arcie, RG n° *.326.483-*;
XIV – Ticyana Paula Begnini, RG n° *.180.666-*;
XV – Quelen Silveira Coden, RG n° *.902.098-*;
Art. 3º Compete a Comissão, designada no artigo anterior, o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto de parcerias celebradas entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF e as Organizações da Sociedade Civil, salvo as parcerias com recursos provenientes de fundos específicos, dando fiel cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e no Decreto Estadual nº 3.513, de 18 de fevereiro de 2016.
Art. 4º Cada parceria formalizada contará com o monitoramento e avaliação realizados por **três integrantes** designados no art. 2º desta Resolução.
Parágrafo único. Deverá ser aplicado um rodízio entre os membros indicados no art. 2º desta Resolução, alternando assim a definição de membros que farão o monitoramento e avaliação de cada parceria.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercício
Resolução n° 583/2025 – SEDEF

153448/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 290/2025

Protocolo nº **24.629.858-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO INÁCIO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1915 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO INÁCIO além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153113/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 292/2025

Protocolo nº **24.890.445-3**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "CUIDA MAIS PARANÁ - ACOLHIMENTO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – INSTITUTO SÃO JOSÉ. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1741 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da INSTITUTO SÃO JOSÉ além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153116/2025

RESOLUÇÃO Nº 619/2025 – SEDEF

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício,* conforme Resolução n° 583/2025 – SEDEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:
Art. 1º Designar a servidora Olivia Magali Martins Ernandes de Amo, RG nº *.226.737-*, para responder como Chefe do Núcleo Regional de Paranavaí, em substituição ao servidor Sérgio Luiz Carlos dos Santos, RG nº *.434.824-*, afastado por motivos administrativos e judiciais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 – SEDEF

152933/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 293/2025

Protocolo nº **24.855.661-7**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "TRANSFORMANDO VIDAS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ABRIGO INSTITUCIONAL VÂNIA TERESINHA KNOLL POMINI. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2727 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ABRIGO INSTITUCIONAL VÂNIA TERESINHA KNOLL POMINI além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

.

Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*
Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153121/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 295/2025

Protocolo nº **24.893.899-4**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "TRANSFORMANDO VIDAS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS AIRTON HAENISCH DE GUARAPUAVA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1301 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS AIRTON HAENISCH DE GUARAPUAVA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153122/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 296/2025

Protocolo nº **24.923.503-2**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "INOVAR É CRESCER", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1955 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153124/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 298/2025

Protocolo nº **24.887.247-0**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "FORTALECENDO LAÇOS E PROMOVENDO A INCLUSÃO POR MEIO DA CULTURA E EDUCAÇÃO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GODOY MOREIRA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1536 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GODOY MOREIRA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153127/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 299/2025

Protocolo nº **24.906.714-8**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "MOBILIDADE SOLIDÁRIA PARA A CASA DE APOIO BELÉM", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – CASA DE APOIO BELÉM. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2052 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da CASA DE APOIO BELÉM além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

uiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Resolução nº 583/2025 - SEDEF

153129/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 287/2025

Protocolo nº **24.885.812-5**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "TRANSFORMANDO O AMBIENTE DE CUIDADO:BENEFÍCIOS DAS CAMAS MOTORIZADAS PARA IDOSOS", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2536 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Resolução nº 583/2025 - SEDEF

152833/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 288/2025

Protocolo nº **24.865.436-8**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROJETO INTEGRAÇÃO: EQUIPAMENTOS ESSENCIAIS PARA AMPLIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – CASA DE APOIO BELÉM. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1588 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da CASA DE APOIO BELÉM além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Resolução nº 583/2025 - SEDEF

152856/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 289/2025

Protocolo nº **24.872.802-7**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "MODERNIZAÇÃO DO PARQUE LABORATORIAL E HEMOTERÁPICO DO HOSPITAL ERASTO GAERTNER", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1550 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

Resolução nº 583/2025 - SEDEF

152836/2025



Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

RESOLUÇÃO SEDEST Nº 67/2025

Súmula: Institui o procedimento de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório – AEDEP no âmbito das Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, nomeado pelo Decreto nº 9.324, de 24 de março de 2025, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023; e
CONSIDERANDO o teor do § 4º do art. 36 da Constituição Estadual que prevê, como condição para a aquisição de estabilidade, a obrigatoriedade de avaliação especial de desempenho, por comissão instituída para essa finalidade, complementado pelos arts. 43 e 135 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer os procedimentos para a avaliação de desempenho dos servidores nomeados mediante concurso público no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST;
CONSIDERANDO o contido no protocolo nº 24.725.083-2;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o procedimento de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório - AEDEP de servidores efetivos, no âmbito da Secretária de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O procedimento de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório - AEDEP de servidores efetivos, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST, para a aquisição de estabilidade, nos termos do § 4º do art. 36 da Constituição Estadual, seguirá os termos desta Resolução.

Parágrafo Único. A AEDEP deverá ser aplicada aos servidores ocupantes de cargo efetivo, em estágio probatório, no período compreendido de 03 (três) anos de efetivo de exercício, devendo ser avaliado conforme as disposições constantes na presente Resolução.
Art. 3º A AEDEP tem como objetivo avaliar a aptidão, capacidade, adaptação, adequação e eficiência do servidor, no desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função para o qual foi nomeado, de acordo com os requisitos estabelecidos no art. 43 da Lei nº 6.174, de 1970, quais sejam:
I - Idoneidade Moral;
II - Assiduidade;
III - Disciplina;
IV - Eficiência.
Art. 4º O afastamento que, por sua natureza, não possibilite a avaliação do efetivo desempenho do servidor, ocasionará a SUSPENSÃO da contagem do tempo de serviço para fins de estágio probatório, exceto nos seguintes casos:
I - Férias;
II - Licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
III - Licença maternidade;
IV - Licença paternidade;
V - Licença para tratamento de saúde, até 120 (cento e vinte) dias corridos ou não, durante o período de estágio probatório;
VI - Casamento, até oito dias;
VII - Luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias;
VIII - Júri e outros serviços obrigatórios por lei.

Parágrafo Único. No caso de suspensão do estágio probatório, o prazo de avaliação será prorrogado pelo número de dias em que o servidor esteve afastado do cargo ou função.
Art. 5º O servidor em estágio probatório poderá exercer função de gestão pública estadual, dentro ou fora da SEDEST, sem a suspensão da contagem de tempo do estágio probatório, desde que esteja exercendo as atribuições do cargo em que foi investido.
Art. 6º O servidor em estágio probatório não poderá ser afastado por disposição funcional, com ou sem ônus, ou ser removido, salvo nas situações de realocação dentro da SEDEST, de acordo com as disposições legais vigentes.
Parágrafo único. Excepcionalmente, a disposição funcional de servidor em estágio probatório poderá ser autorizada, por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, com a suspensão da contagem de tempo do estágio probatório, nas hipóteses seguintes:
I - Para os servidores ocupantes de Função Comissionada Executiva, dentro ou fora do órgão de lotação ou que desenvolveram suas atividades em diferentes órgãos do Poder Executivo Estatual, não haverá a suspensão da contagem do tempo para fins de aquisição da estabilidade durante o período em que estiver em exercício da Função;
II - Para os servidores ocupantes de Cargo Executivo Comissionado, dentro do órgão de lotação, não haverá suspensão da contagem do tempo para fins de aquisição da estabilidade, durante o período em que estiver em exercício do cargo em comissão, desde que haja compatibilidade entre as atividades desempenhadas e as atribuições do seu cargo efetivo, e desde que exista a possibilidade de aferição dos requisitos exigidos para avaliação do cargo. A compatibilidade entre as atividades do cargo comissionado e o cargo efetivo serão avaliadas pelo núcleo de recursos humanos, de acordo com o perfil profissiográfico do cargo efetivo;
III - Para os servidores ocupantes de Cargo Executivo Comissionado, fora do órgão de lotação, haverá a suspensão da contagem de tempo para fins de aquisição da estabilidade, durante o período em que estiver em exercício do cargo comissionado.
Art. 7º O servidor somente poderá assumir função diversa do cargo de ingresso, com aproveitamento do tempo de avaliação anterior, em caso de afastamento temporário de função ou readaptação definitiva, decorrente de acidente de trabalho, devidamente comprovado por perícia médica oficial.
Parágrafo Único. Para fins do disposto neste artigo, considera-se afastamento temporário de função e readaptação definitiva o estabelecimento de novas atribuições e responsabilidades, compatíveis com a superveniente limitação de capacidade física e/ou psíquica do servidor, devidamente atestada pela Perícia Médica Oficial do Estado do Paraná.
Art. 8º Caberá, à Chefia imediata, acompanhar e orientar o servidor no desempenho de suas atribuições, incentivando o seu desenvolvimento na carreira e sua integração e adaptação na unidade de lotação.

TÍTULO II
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 9º A Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório será designada por meio de ato próprio do titular da SEDEST e será composta por, no mínimo, 03 (três) servidores efetivos ou de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado.
Art. 10 Compete à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório:
I - Acompanhar a AEDEP de cada servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, nos termos desta Resolução e seus Anexos;
II - Coletar informações com servidores não integrantes da Comissão sobre assuntos relacionados aos servidores em procedimento de avaliação;
III - Considerar, para fins de avaliação, os dados mantidos nos setores ou áreas nas quais o servidor exerceu suas atividades por período não inferior a 03 (três) meses;
IV - Dar ciência formal ao servidor dos resultados de cada etapa da AEDEP, bem como informar o prazo para apresentação de pedido de reconsideração, ou recurso, a ser encaminhado à Comissão e submetido à deliberação da autoridade máxima da Pasta, conforme o caso;
V - Assegurar o exercício do direito ao contraditório ao servidor avaliado;
VI - Analisar os pedidos de reconsideração apresentados pelos servidores;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VII - Apresentar recomendações para melhoria do desempenho dos servidores, com o objetivo de solucionar precocemente as dificuldades que porventura venham a surgir, inclusive sugerir sua realocação nos casos de dificuldades de relacionamento entre o servidor e sua chefia imediata;
VIII - Analisar os resultados obtidos ao final das 03 (três) etapas da AEDEP e elaborar relatório conclusivo sobre o desempenho do servidor;
IX - Ao término da AEDEP, encaminhar ao titular da Pasta, relatório conclusivo para deliberação e homologação do resultado final.
§ 1º Identificada irregularidade ou descumprimento de qualquer das etapas no procedimento de AEDEP, fica a comissão autorizada a revisar o ato e/ou solicitar nova avaliação;
§ 2º No caso de nova avaliação, fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do pedido para a conclusão da etapa da AEDEP.
Art. 11 Serão considerados impedidos de exercer suas atribuições, sob pena de responsabilidade, os membros da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório, no caso de o servidor avaliado se tratar de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, devendo ser designado substituto para integrar a Comissão, no caso específico.
Art. 12 Os membros da Comissão, funcionários lotados do NRHS e demais servidores que tiverem acesso ao protocolo deverão manter sigilo com relação às informações recebidas e às avaliações realizadas, sob pena de responsabilização administrativa.
Art. 13 A Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos para realizar a avaliação do servidor a contar do 12º, 24º e 34º mês de efetivo exercício.

TÍTULO III
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 14 A Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório é composta por:
I - Avaliação realizada pela Chefia Imediata Efetiva da SEDEST ou Avaliação por Pares, com participação de servidores do mesmo nível hierárquico ou superior, mesma equipe ou outras equipes;
II - Parecer da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório ao final de cada etapa da AEDEP;
III - Relatório conclusivo da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório, ao final das 03 (três) etapas da AEDEP.
§ 1º Em situações em que a chefia imediata não seja ocupante de cargo da SEDEST ou houver alteração da chefia imediata, entre as etapas de avaliação de desempenho, o preenchimento do Formulário Individual de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório (Anexo II) deverá ser realizado por pares, com participação de 02 (dois) servidores efetivos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, que acompanharam as atividades do servidor avaliado por tempo não inferior a 03 (três) meses, além da chefia imediata atual e um membro da Comissão de AEDEP.
§ 2º Em caso de descumprimento de alguma das etapas do processo avaliativo por parte da chefia imediata, o preenchimento do Formulário Individual de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório (Anexo II) deverá ser realizado por pares, com participação de 02 (dois) servidores efetivos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, que acompanharam as atividades do servidor avaliado por tempo não inferior a 03 (três) meses, além da chefia imediata atual e um membro da Comissão de AEDEP.
§ 3º Em situações em que não haja servidores de nível hierárquico não inferior ao do servidor avaliado para realização da avaliação por pares, o preenchimento do Formulário Individual de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório (Anexo II) será realizado por comissão composta por 02 (dois) servidores do setor, efetivos ou não, além da chefia imediata atual e um membro da Comissão de AEDEP.
§ 4º Na hipótese dos §§ 1º, 2º e 3º, os servidores efetivos indicados pela chefia imediata para participação no procedimento avaliativo do servidor avaliado deverão ser designados por meio de ato próprio do titular da SEDEST.
§ 5º No caso de avaliação por pares, a chefia imediata atual terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do encaminhamento da etapa da AEDEP, para indicação dos servidores efetivos que farão parte da avaliação do servidor.
§ 6º A indicação de que trata o § 5º acima deverá ser feita através de despacho no respectivo protocolo e devolvido para o Núcleo de Recursos Humanos Setorial - NRHS, para elaboração da Resolução de designação dos servidores que irão compor a etapa de avaliação.
Art. 15 A Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório será realizada em 03 (três) etapas, a partir do efetivo exercício do servidor no cargo, a saber:
I - 1ª ETAPA - no 12º (décimo segundo) mês;
II - 2ª ETAPA - no 24º (vigésimo quarto) mês;
III - 3ª ETAPA - no 34º (trigésimo quarto) mês.
§ 1º O início da AEDEP coincidirá com o início da data de exercício do servidor no cargo para o qual foi nomeado.
§ 2º A data da conclusão da última etapa da AEDEP antecederá em, pelo menos, 60 (sessenta) dias àquela prevista para a aquisição da estabilidade.
Art. 16 Aos servidores em estágio probatório que, na data de publicação desta Resolução:
I - Tenham registro de Etapas de avaliação realizadas e concluídas, aplicar-se-ão as disposições desta Resolução, para fins de conclusão da avaliação para o estágio probatório;
II - Não possuam registro de etapas de avaliação de desempenho, aplicar-se-ão as regras estabelecidas nesta Resolução.
§ 1º A pontuação da média final recebida nas Etapas realizadas e concluídas, será efetuada conforme esta Resolução.
§ 2º A pontuação da média final obtida será multiplicada por 2 (dois), para adequação aos novos critérios desta Resolução, realizando-se o arredondamento da segunda casa decimal para cima, quando o número subsequente restante da fração for igual ou maior que 5 (cinco).
§ 3º As pontuações e médias das avaliações serão calculadas com 2 (duas) casas decimais, sempre com arredondamento da segunda casa decimal para cima, quando o número subsequente restante da fração for igual ou maior que 5 (cinco).
Art. 17 Compete ao servidor avaliado:
I - Conhecer as normas e os procedimentos alusivos à AEDEP;
II - Preencher e assinar o Termo de Ciência (Anexo I) desta Resolução;
III - Acompanhar cada etapa de sua AEDEP;
IV - Dar ciência da devolutiva sobre a pontuação atribuída pela chefia imediata ou por pares e parecer da Comissão em cada etapa;
V - Comparecer, em data e horário previamente agendados, perante a Comissão de AEDEP, quando convocado.
Art. 18 Compete à Chefia imediata do servidor avaliado:
I - Informar ao servidor, em estágio probatório sob sua gestão, as atividades a serem por ele desenvolvidas e os padrões esperados no desempenho das funções do cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado;
II - Realizar a avaliação do servidor utilizando o Formulário Individual de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório (Anexo II), observando os seguintes aspectos:
a) A avaliação deverá ser realizada na presença do servidor avaliado e de modo que seja possível a ele conhecer as razões dos conceitos atribuídos em cada um dos critérios que a integram;
b) Cada servidor deverá ser avaliado por si, evitando-se o recurso comparativo;
c) A avaliação de desempenho deverá considerar aspectos profissionais e a adequação ao cargo ocupado, desconsiderando os aspectos pessoais, discricionários ou fatores externos;
d) O desempenho do servidor avaliado deverá ser alcançado em relação às orientações e oportunidades que efetivamente tenha recebido de seus gestores e por pares;
e) A avaliação de desempenho deverá observar os critérios, conceitos e indicadores;
f) O julgamento de cada item deverá ser realizado isoladamente, não por meio da impressão geral que se tem sobre o servidor avaliado;
g) A avaliação de desempenho deverá ser sempre justa e imparcial; e
III - Fazer a devolução do protocolo para o Núcleo de Recursos Humanos Setorial - NRHS no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data do encaminhamento da etapa da AEDEP.
Parágrafo Único. O descumprimento da competência estabelecida nesta Resolução, submeterá em responsabilização, nos termos do art. 286 da Lei nº 6.174, de 1970.
Art. 19 Compete ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS desta Pasta:
I - Abrir o protocolo de AEDEP dos servidores em estágio probatório, nos termos desta Resolução;
II - Encaminhar o Termo de Ciência (Anexo I) para preenchimento e assinatura do servidor;
III - Encaminhar o Formulário Individual de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório para a chefia imediata realizar a avaliação do servidor;

IV - Prestar informações funcionais e de suporte à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório;
V - Acompanhar e monitorar os prazos das etapas da AEDEP;
VI - Receber e verificar a regularidade dos protocolos da AEDEP;
VII - Manter a guarda, em pasta funcional digital, dos protocolos de AEDEP dos servidores efetivos;
VIII - Encaminhar, ao Gabinete do Secretário, por intermédio da Diretoria Geral, a minuta de Resolução de Declaração de Estabilidade, após a finalização da AEDEP, para publicação e demais providências administrativas;
IX - Realizar os devidos registros nos respectivos assentamentos funcionais.
Parágrafo Único. Identificada irregularidade ou descumprimento de qualquer que seja a etapa no processo de AEDEP, submeterá a responsabilização, nos termos do art. 286 da Lei nº 6.174, de 1970.
Art. 20 Ao final de cada etapa do processo de AEDEP, o Núcleo de Recursos Humanos Setorial - NRHS, dará ciência ao servidor sobre sua avaliação.
§ 1º No caso de recusa do servidor em dar ciência formal, em qualquer das etapas, de sua avaliação, o Núcleo de Recursos Humanos Setorial – NRHS, deverá registrar a ocorrência, com a anuência dos demais membros da Comissão de AEDEP, hipótese em que restará saneado o ato.
§ 2º A qualquer tempo, durante o período de estágio probatório, observada a gravidade de ação ou omissão do servidor no exercício de suas atividades, deverá ser instaurado, nos termos da legislação vigente, processo administrativo disciplinar.
Art. 21 Ao final da última etapa da AEDEP, a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório encaminhará, ao titular da Pasta ou a quem ele tiver delegado as atribuições, o Formulário de Relatório Final da AEDEP de cada avaliado, nos seguintes termos:
I - APTO: servidor com desempenho suficiente para o exercício do cargo efetivo, sendo concedida a estabilidade, conforme Minuta de Resolução de Declaração de Estabilidade (Anexo VI);
II - INAPTO: servidor com desempenho insuficiente para o exercício do cargo efetivo.
Parágrafo Único. No caso de o servidor ser considerado INAPTO, o mesmo será exonerado, nos termos da legislação vigente, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 22 A documentação referente a cada etapa da AEDEP deverá ser registrada no Sistema Protocolo Integrado – eProtocolo, em um único processo, que ficará sob responsabilidade do Núcleo de Recursos Humanos Setorial - NRHS, até a conclusão de todas as etapas da AEDEP, quando tal documentação será arquivada na pasta funcional do servidor avaliado.
Art. 23 Caberá ao Secretário da Pasta ou a quem ele tiver delegado as atribuições, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento do Formulário de Relatório Final da Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório para a decisão, a homologação da situação funcional do servidor, de acordo com a AEDEP realizada.
Art. 24 Após a publicação da Resolução de Declaração de Estabilidade, será dado conhecimento ao servidor, com o devido registro no Sistema de Gestão de Recursos Humanos, em seus assentamentos funcionais.

TÍTULO IV
DOS INDICADORES E CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 25. A AEDEP será realizada de acordo com os seguintes indicadores:
I - Tratamento e Compartilhamento das Informações: Compartilha as informações necessárias que possam interferir no desempenho das tarefas dos colegas ou equipe; presta informações ao superior hierárquico ou funcional sobre o desenvolvimento dos fatos e/ou atividades para providências; é capaz de ouvir o outro e dar respostas consistentes; sabe expor suas ideias e repassar as informações necessárias para o resultado do trabalho;
II - Comprometimento: Compromete-se com o processo de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de suas tarefas, participando de cursos e/ou treinamentos; atende espontaneamente às solicitações da SEDEST quando há necessidade de apoio temporário, forças-tarefa, grupos de trabalho, comissões, comitês ou campanhas organizacionais, projetos ou equipes; responsabiliza-se pelas tarefas e suas implicações e/ou consequências; preocupa-se com a imagem e qualidade dos serviços prestados pelo órgão, atendendo ao público com respeito, ética e profissionalismo, sem distinção; demonstra comprometimento com suas tarefas e com as metas estabelecidas pela unidade de trabalho; cumpre os prazos estipulados para realização das tarefas sob sua responsabilidade;
III - Assiduidade e Pontualidade: É pontual, cumprindo regularmente a carga horária de trabalho; é assíduo, demonstrando respeito próprio, com o colega e com a organização; trabalha sem interrupções constantes; cumpre os horários estabelecidos pelo órgão;
IV - Conhecimento e Qualidade do Trabalho: Demonstra proatividade e discernimento ao adotar providências eficazes e legais em situações não contempladas por normas, manuais ou orientações superiores; realiza os trabalhos com presteza e dentro de um grau de exatidão, correção e clareza que atende satisfatoriamente à demanda do serviço; obtém resultados efetivos nas atividades que executa, pautado na economicidade, legalidade e transparência; é organizado, sendo capaz de estruturar os recursos materiais, humanos e financeiros, visando à consecução de suas tarefas; procura corrigir-se e evita repetir os mesmos erros; conhece a legislação aplicável à sua função, às suas atividades e sua profissão; conhece a estrutura hierárquica e funcional necessária ao funcionamento do órgão onde trabalha; busca informações, por intermédio do meio apropriado, dos fatos que possam afetar o desempenho de suas atribuições, mesmo as não rotineiras; transmite credibilidade e confiança nas informações e serviços prestados;
V - Iniciativa e Criatividade: Identifica e resolve as situações simples ou complexas da sua rotina de trabalho; apresenta alternativas para solucionar problemas ou situações inesperadas; procura reorganizar o seu tempo para atender ao aumento inesperado do volume de trabalho; toma atitudes diante de uma situação que possa evoluir para um problema;
VI - Comportamento Ético: Mantém sigilo sobre as informações confidenciais referentes ao seu trabalho ou às informações sobre as quais tem acesso; obedece aos mandamentos regimentais universais (Constituição, Estatuto, Leis) e/ou à legislação específica de sua atividade ou profissão; utiliza-se de linguagem adequada, sem uso de vocabulário grosseiro; apresenta-se no local de trabalho adequadamente trajado e em condições de asseio pessoal; utiliza adequadamente os meios eletrônicos no local de trabalho, não fazendo acessos proibidos; é discreto e não contribui com a proliferação de boatos; tem atitudes que condizem com os princípios e normas de conduta inerentes ao exercício da função pública;
VII - Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe: Tem habilidade de interagir e manter o bom relacionamento com seus pares, superiores, subordinados (se houver) e com o público; lida de forma respeitosa com opiniões divergentes, evitando conflitos e confrontos; é participativo, agregador e respeita as individualidades, o que contribui para a coesão da unidade onde trabalha; aceita críticas em relação ao seu trabalho, não levando para o lado pessoal.
Parágrafo Único. Os indicadores serão analisados de acordo com os critérios que deverão refletir os graus de expressão das competências no trabalho ou domínio verificado durante o processo avaliativo.
Art. 26 A pontuação dos indicadores elencados no art. 25 acima será calculada de acordo com os seguintes critérios:
I - Excelente: O comportamento apresentado atende com excelência às exigências do cargo/função que exerce;
II - Satisfatório: O comportamento apresentado atende às exigências do cargo/função que exerce;
III - Insuficiente: O comportamento apresentado não atende às exigências do cargo/função que exerce;
IV - Crítico: O comportamento apresentado não atende às exigências do cargo/função que exerce.
§ 1º A pontuação para cada um dos critérios será:
I - Critério I - Excelente: de 9 a 10;
II - Critério II - Satisfatório: de 7 a 8,99;
III - Critério III - Insuficiente: de 5 a 6,99;
IV - Critério IV - Crítico: entre 1 a 4,99.
§ 2º Em cada etapa da Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório e para cada um dos itens dos indicadores, a chefia ou os pares, ao atribuir pontuação constante na faixa “crítica” ou “insuficiente”, deverá justificar por escrito o motivo pelo qual está atribuindo a pontuação. Essa justificativa deverá ser clara, de forma que permita a compreensão da pontuação pelo avaliado e das considerações que a fundamentam.
Art. 27 A aprovação do servidor em estágio probatório e a declaração de sua estabilidade no serviço público estadual dependerá das seguintes condições:
I - Obtenção de média aritmética simples das pontuações das 3 (três) etapas da avaliação de desempenho igual ou superior a 7 (sete) pontos;
II - Emissão do parecer conclusivo favorável à aprovação do servidor em AEDEP pela Comissão de AEDEP;
III - Deliberação e homologação do resultado final da AEDEP pelo Secretário de Estado ou a quem ele tiver delegado as atribuições.
Art. 28 Será considerado INAPTO o servidor que atingir média aritmética simples das pontuações das 3 (três) etapas da avaliação de desempenho inferior a 7 (sete) pontos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 29 Para todos os itens de avaliação em que seja atribuída ao servidor pontuação na faixa "crítica" ou "insuficiente", ou seja, resultado inferior a 7 (sete) pontos, caberá à chefia imediata ou os pares promover oportunidades de melhoria contínua do desempenho do servidor em estágio probatório, dando-lhe conhecimento antecipado sobre a percepção de seu desempenho e oferecendo orientação e suporte para eventuais correções ou aperfeiçoamentos.

TÍTULO V
DOS RECURSOS

Art. 30. Não havendo concordância do servidor quanto ao resultado de cada etapa da AEDEP, ou no caso de o mesmo não atingir média igual ou superior a 7 (sete) pontos, o servidor poderá apresentar pedido de reconsideração à Comissão de Avaliação, mediante protocolo, no prazo de 07 (sete) dias corridos contados da data de encaminhamento para ciência do resultado da etapa correspondente, conforme Anexo IV desta Resolução.
§ 1º Caberá à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório analisar o pedido de reconsideração, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento do protocolo, sendo que:
I - A comissão poderá indeferir o pedido de reconsideração apresentado pelo servidor, mantendo a pontuação atribuída na etapa de avaliação;
II - A comissão poderá deferir o pedido de reconsideração, solicitando à chefia imediata ou aos pares a reanálise da pontuação atribuída no Formulário Individual de AEDEP.
§ 2º O servidor poderá interpor recurso administrativo da decisão de indeferimento da primeira reconsideração, no prazo de até 07 (sete) dias corridos, contados da data do indeferimento, encaminhando protocolo ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial.
§ 3º O Núcleo de Recursos Humanos Setorial receberá o protocolo de apresentação de recurso administrativo e fará o encaminhamento ao Secretário de Estado ou a quem ele tiver delegado as atribuições, no prazo de 10 (dez) dias corridos.
§ 4º O Secretário de Estado, ou a quem ele tiver delegado as atribuições, realizará a apreciação do recurso para deliberação no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de encaminhamento.
§ 5º Não havendo registro de intenção de recorrer do resultado da pontuação de cada etapa da AEDEP, a avaliação será concluída e a pontuação obtida na etapa avaliativa será computada para o resultado final da avaliação do servidor.
Art. 31 O recurso apresentado referente ao resultado final da Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório deverá ser interposto no prazo de 07 (sete) dias corridos contados da ciência, e será encaminhado à Comissão, que deverá analisá-lo e submetê-lo à deliberação e julgamento do Secretário de Estado ou a quem ele tiver delegado as atribuições.

Parágrafo Único. A análise do recurso referente a Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório deverá ser concluída no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da sua interposição.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 Caberá ao Núcleo de Recursos Humanos informar o servidor em estágio probatório sobre os termos desta Resolução e esclarecer eventuais dúvidas.
Art. 33 Para fins da AEDEP, deverão ser adotados os modelos dos Anexos, abaixo elencados:
I - ANEXO I: Termo de Ciência;
II - ANEXO II: Formulário Individual de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório;
III - ANEXO III: Formulário de Relatório Final da Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório;
IV - ANEXO IV: Formulário de Pedido de Reconsideração de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório;
V - ANEXO V: Formulário de Recurso de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório;
VI - ANEXO VI: Minuta de Resolução de Declaração de Estabilidade.
Art. 34 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de outubro de 2025.

Assinado eletronicamente
RAFAEL GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

ANEXO I

Termo de Ciência

Eu, [.], brasileiro(a), servidor(a) público(a), detentor(a) do cargo de [.] – QPPE, lotado(a) e em exercício na Secretaria do Desenvolvimento Sustentável, portador(a) da cédula de identidade RG nº [.], inscrito(a) no CPF: sob o nº [.], residente e domiciliado(a) na Rua: [.], Bairro: [.], Município de [.]/PR, CEP: [.], declaro estar ciente de que:
I - Estágio Probatório: É o período de avaliação do desempenho do servidor admitido por concurso público, com o objetivo de constatar a aptidão e capacidade para desempenhar suas funções e aquisição de estabilidade;
II - São estáveis, após 03 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;
III - A Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório – AEDEP tem como fundamentos legais o art. 41 da Constituição Federal e art. 36, § 4º da Constituição Estadual, que estabelecem, como condição para a aquisição de estabilidade, a obrigatoriedade de avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, complementado pelos artigos. 43 e 135, da Lei nº 6.174, de1970; e
IV - Minha aptidão e capacidade serão avaliadas pela Chefia Imediata ou por pares, com apoio da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório.

Nome e assinatura do servidor (a):

Local e Data: Curitiba, [.] de [.] de 20[.].

ANEXO II

Formulário Individual de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório

Nome do Servidor Avaliado(a):

Cargo/Função:

Período de Avaliação:

Nome da Chefia Imediata:

Cago/Função da Chefia Imediata:

Nº da Resolução de Designação:

Data da Avaliação:

Dos Designados para Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório em Pares

Nome do Servidor Avaliado(a):

Cargo/Função:

Período de Avaliação:

Nome da Chefia Imediata Atual:

Nome do Membro da Comissão:

Nome do Servidor 1:

Nome do Servidor 2:

Nome do Servidor 3:

Nº da Resolução de designação:

Data da Avaliação:

Dos Indicadores e Critérios da Avaliação Especial de Desempenho Estágio Probatório

INDICADOR I - Tratamento e Compartilhamento das Informações

Crítico	Insuficiente	Satisfatório	Excelente	Pontuação
1 a 4,99	5 a 6,99	7 a 8,99	9 a 10	
1. Compartilha as informações necessárias que possam interferir no desempenho das tarefas dos colegas ou equipe.				
2. Presta informações ao superior hierárquico ou funcional sobre o desenvolvimento dos fatos e/ou atividades, para providências.				
3. É capaz de ouvir o outro e dar respostas consistentes.				
4. Sabe expor suas ideias e repassar as informações necessárias para o resultado do trabalho.				
Total da pontuação dos itens do indicador I				
Média simples do indicador I = Total da pontuação/4				
Justificativa:				

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

INDICADOR II - Comprometimento

Crítico	Insuficiente	Satisfatório	Excelente	Pontuação
1 a 4,99	5 a 6,99	7 a 8,99	9 a 10	
1. Compromete-se com o processo de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de suas tarefas, participando de cursos e/ou treinamentos.				
2. Atende espontaneamente às solicitações da Instituição quando há necessidade de apoio temporário, forças-tarefa, grupos de trabalho, comissões, comitês ou campanhas institucionais, projetos ou equipes.				
3. Responsabiliza-se pelas tarefas e suas implicações e/ou consequências.				
4. Preocupa-se com a imagem e qualidade dos serviços prestados pela Instituição, atendendo ao público com respeito, ética e profissionalismo, sem distinção.				
5. Demonstra comprometimento com suas tarefas, com as metas estabelecidas pela Unidade Administrativa.				
6. Cumpre os prazos estipulados para realização das tarefas sob sua responsabilidade.				
Total da pontuação dos itens do indicador II				
Média simples do indicador II = Total da pontuação/6				
Justificativa:				

INDICADOR III - Assiduidade e Pontualidade

Crítico	Insuficiente	Satisfatório	Excelente	Pontuação
1 a 4,99	5 a 6,99	7 a 8,99	9 a 10	
1. É pontual, cumprindo regularmente a carga horária de trabalho.				
2. É assíduo, demonstrando respeito próprio, com o colega e com a Instituição.				
3. Trabalha sem interrupções constantes.				
4. Cumpre os horários estabelecidos pela Instituição.				
Total da pontuação dos itens do indicador III				
Média simples do indicador III = Total da pontuação/4				
Justificativa:				

INDICADOR IV - Conhecimento e Qualidade do Trabalho

Crítico	Insuficiente	Satisfatório	Excelente	Pontuação
1 a 4,99	5 a 6,99	7 a 8,99	9 a 10	
1. Tem habilidade em adotar providências em situações não definidas pela chefia e não previstas nos manuais ou normas de serviço.				
2. Realiza os trabalhos com presteza e dentro de um grau de exatidão, correção e clareza que atende satisfatoriamente a demanda do serviço.				
3. Obtém resultados efetivos nas(s) atividade(s) que executa, pautado na economicidade, legalidade e transparência.				
4. É organizado, sendo capaz de estruturar os recursos materiais, humanos e financeiros, visando à consecução de suas tarefas.				
5. Procura corrigir-se e evita repetir os mesmos erros.				
6. Conhece a legislação aplicável à sua função, às suas atividades e sua profissão.				
7. Conhece a estrutura hierárquica e funcional necessária ao funcionamento do Órgão onde trabalha.				
8. Busca informações, por intermédio do meio apropriado, dos fatos que possam afetar o desempenho de suas atribuições, mesmo as não rotineiras.				
9. Transmite credibilidade e confiança nas informações e serviços prestados.				

Total da pontuação dos itens do indicador IV	
Média simples do indicador IV = Total da pontuação/9	
Justificativa:	

INDICADOR V - Iniciativa e Criatividade

Crítico	Insuficiente	Satisfatório	Excelente	Pontuação
1 a 4,99	5 a 6,99	7 a 8,99	9 a 10	
1. Identifica e resolve as situações simples ou complexas da sua rotina de trabalho.				
2. Apresenta alternativas para solucionar problemas ou situações inesperadas.				
3. Procura reorganizar o seu tempo para atender ao aumento inesperado do volume de trabalho.				
4. Toma atitudes diante de uma situação que possa evoluir para um problema.				
Total da pontuação dos itens do indicador V				
Média simples do indicador V = Total da pontuação/4				
Justificativa:				

INDICADOR VI - Comportamento Ético

Crítico	Insuficiente	Satisfatório	Excelente	Pontuação
1 a 4,99	5 a 6,99	7 a 8,99	9 a 10	
1. Mantém sigilo sobre as informações confidenciais referentes ao seu trabalho ou às informações sobre as quais têm acesso.				
2. Obedece aos mandamentos regimentais universais (Constituição, Estatuto, Leis) e/ou a legislação específica de sua atividade ou profissão.				
3. Utiliza-se de linguagem adequada, sem uso de vocabulário grosseiro.				
4. Apresenta-se no local de trabalho adequadamente trajado e em condições de asseio pessoal.				
5. Utiliza adequadamente os meios eletrônicos no local de trabalho, não fazendo acessos proibidos.				
6. É discreto e não contribui com a proliferação de boatos.				
7. Tem atitudes que condizem com os princípios e normas de conduta inerentes ao exercício da função pública.				
Total da pontuação dos itens do indicador VI				
Média simples do indicador VI = Total da pontuação/7				
Justificativa:				

INDICADOR VII - Relacionamento Interpessoal e Trabalho em Equipe

Crítico	Insuficiente	Satisfatório	Excelente	Pontuação
1 a 4,99	5 a 6,99	7 a 8,99	9 a 10	
1. Tem habilidade de interagir e manter o bom relacionamento com seus pares, superiores, subordinados (se houver) e com o público.				
2. Lida de forma respeitosa com opiniões divergentes, evitando conflitos e confrontos.				
3. É participativo, agregador e respeita as individualidades, o que contribui para a coesão da unidade onde trabalha.				
4. Aceita críticas em relação ao seu trabalho, não levando para o lado pessoal.				
Total da pontuação dos itens do indicador VII				
Média simples do indicador VII = Total da pontuação/4				
Justificativa:				

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MÉDIA GERAL DOS INDICADORES (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7) (= Total das Médias Simples dos Indicadores / 7)	

Nome e assinatura da Chefia Imediata:

Nome e assinatura do Servidor (a):

ANEXO III

Formulário de Relatório Final da Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório

1. Identificação do Servidor Avaliado
Nome do Servidor(a):
Cargo/Função:
Órgão de Lotação:

2. Resultados obtidos em cada Etapa da Avaliação Especial de Desempenho

Total das médias de cada etapa conforme anexo II	**Total das médias de cada etapa**		
Indicadores	**1ª Etapa**	**2ª Etapa**	**3ª Etapa**
1. Tratamento Compartilhamento das informações			
2. Comprometimento			
3. Assiduidade e Pontualidade			
4. Conhecimento e Qualidade no Trabalho			
5. Iniciativa e Criatividade			
6. Comportamento Ético			
7. Relacionamento Interpessoal e Trabalhoem Equipe			
Total da somatória das médias/7			

3. Resultado Final da Avaliação

Descrição	**Critérios**	**Pontuação**	**Nota Final**
I - Excelente: O comportamento apresentado atende com excelência as exigências do cargo/função que exerce;	**Excelente**	**9 a 10**	
II - Satisfatório: O comportamento apresentado atende às exigências do cargo/função que exerce;	**Satisfatório**	**7 a 8,99**	
III - Insuficiente: O comportamento apresentado não atende às exigências do cargo/função que exerce;	**Insuficiente**	**5 a 6,99**	

IV - Crítico: O comportamento apresentado não atende às exigências do cargo/função que exerce.	**Crítico**	**1 a 4,99**	

Tendo em vista os resultados obtidos em cada etapa da avaliação constantes nos campos 2 e 3 deste formulário, concluímos que o servidor(a) avaliado(a) foi considerado(a):

( )	APTO	Pontuação de:	7 a 10
( )	INAPTO	Pontuação de:	1 a 6,99

4. Notificação ao Servidor

A Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório notifica o(a) servidor(a) [.] do conceito obtido no Relatório Final relativo ao seu período de estágio probatório.

5. Nome e assinatura dos membros da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório

Nome do Presidente:		Assinatura:	
Nome do Membro 1:		Assinatura:	
Nome do Membro 2:		Assinatura:	
Nome do Membro 3:		Assinatura:	

6. Assinatura do servidor avaliado e data da notificação

Estou ciente do resultado do Relatório Final referente ao período de Estágio Probatório.

Assinatura do Servidor(a):		Data:	

7. Assinatura dos Membros da AEDEP, (caso seja necessário, para fins do disposto no § 1º art. 20).

Nome do Presidente:		Assinatura:	
Nome Membro 1:		Assinatura:	
Nome Membro 2:		Assinatura:	
Nome Membro 3:		Assinatura:	

8. Homologação e Assinatura

Nome e assinatura do Titular da SEDEST	Local e Data

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO IV

Formulário de Pedido de Reconsideração de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório

1 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO
Nome do Servidor(a):
Cargo/Função:
Lotação:
Data do Pedido:

2 - PERÍODO E ETAPA DA AVALIAÇÃO					
( )	**1ª ETAPA**	Data Inicial:		Data Final:	
( )	**2ª ETAPA**	Data Inicial:		Data Final:	
( )	**3ª ETAPA**	Data Inicial:		Data Final:	

Nome e assinatura do servidor(a)	

ANEXO V

Formulário de Recurso de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório

1 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO
Nome do Servidor(a):
Cargo/Função:
Lotação:
Data do Pedido:

2 - PERÍODO E ETAPA DA AVALIAÇÃO					
( )	**1ª ETAPA**	Data Inicial:		Data Final:	
( )	**2ª ETAPA**	Data Inicial:		Data Final:	
( )	**3ª ETAPA**	Data Inicial:		Data Final:	

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário:

O servidor(a) acima identificado vem por meio deste solicitar, em grau de recurso, a revisão de sua Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, no período e etapa acima assinalado, por discordar da pontuação atribuída ao(s) indicador(es):

À vista das seguintes razões:

Nome e assinatura do servidor (a):	

ANEXO VI
MINUTA DE RESOLUÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, nomeado pelo Decreto nº [.], no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023; e
CONSIDERANDO que o art. 41 da Constituição Federal estabelece a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício;
CONSIDERANDO que o art. 43 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da administração pública estadual;
CONSIDERANDO o procedimento de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório – AEDEP, estabelecido pela Resolução SEDEST nº [.], de [.];
CONSIDERANDO o contido no protocolo registrado sob o nº [.];

R E S O L V E:

Art. 1º Declarar a estabilidade do servidor(a), ocupante do cargo [.] do Quadro Próprio do Poder Executivo, que obteve conceito suficiente na Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório - AEDEP, realizada pela Comissão instituída para tal finalidade, por meio da Resolução nº [.], no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.
Curitiba, [.], de [.] de [.].

Assinado eletronicamente
[NOME E SOBRENOME]
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

153256/2025

RESOLUÇÃO SEDEST N° 68/2025

Súmula: Nomeia os representantes da Comissão de Avaliação de emissão do Certificado do SELO CLIMA PARANÁ.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL,** nomeado pelo Decreto Estadual nº 9324, de 24 de março de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023; e

CONSIDERANDO a Resolução SEDEST nº 54, de 15 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Registro Público Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa, por meio da apresentação de Declaração de Emissão à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST);

CONSIDERANDO o art. 8º e seguintes da Resolução SEDEST nº 54, de 20225 que dispõe sobre a composição de uma Comissão de Avaliação para analisar os documentos de outorga do Certificado do SELO CLIMA PARANÁ;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os representantes da Comissão de Avaliação, a qual ficará incumbida de analisar a documentação gerada no processo de autodeclaração e no Relatório de Verificação, categorizar a organização inventariante, visando a emissão do Certificado do Selo CLIMA PARANÁ.

Art. 2º A Comissão de Avaliação é composta pelos seguintes representantes:

I - Rafael Andreguetto, RG nº 4.xxx.xxx-5, Diretor de Políticas Ambientais - DIPAM/SEDEST;
II - Walquíria Letícia Biscaia de Andrade, RG nº 11.xxx.xxx-3, Coordenadora de Ação Climática e Relações Internacionais na Diretoria de Políticas Ambientais - DIPAM/SEDEST;
III - Vanessa Cristina Mendonça Gomes, RG 5.xxx.xxx-9, Assessora Técnica da Coordenação de Ação Climática e Relações Internacionais - DIPAM/SEDEST;
IV - Silvia Corrêa Salustiano Lopes, RG nº 6.xxx.xxx-8, Agente Profissional da Coordenação de Ação Climática e Relações Internacionais - DIPAM/SEDEST;
V - Isabela de Souza Araujo, RG nº 3.xxx.xxx-2, Agente Profissional da Coordenação de Ação Climática e Relações Internacionais - DIPAM/SEDEST;
Parágrafo Único. Os representantes nomeados por esta Resolução, estão em conformidade com o art. 8º da Resolução SEDEST nº 54/2025.

Art. 3º A Comissão de Avaliação será presidida pelo Diretor de Políticas Ambientais - DIPAM/SEDEST.

Art. 4º O desempenho das funções de membros da Comissão de Avaliação não será remunerado, sendo considerado relevante serviço prestado ao Estado.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Resolução SEDEST nº 60, de 05 de novembro de 2024.

Curitiba, 04 de novembro de 2025.

RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado

153268/2025

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Limpeza e desassoreamento de córrego, a Autorização Ambiental - AA nº 63518 com validade até 05/11/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:Linha Sanga Funda Bairro:Area rural Cep:85877000São Miguel do Iguaçu no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

153380/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REGINALDO GURSKI, a Autorização Ambiental - AA nº 63520 com validade até 05/11/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:Rodovia Pr-160, S/N Bairro:JOSE LACERDA Cep:84330000Reserva no município de Reserva/PR.

153384/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PROJETO PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, a Autorização Ambiental - AA nº 63527 com validade até 06/11/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:CEMIT… RIO MUNICIPAL DE MARUMBI-PR Bairro: Cep:86910000Marumbi no município de Marumbi/PR.

153370/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MANUTENÇÃO DE DIQUES DE CONTENÇÃO DE CHEIAS AS MARGENS DO RIO IVAI, a Autorização Ambiental - AA nº 63519 com validade até 05/11/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:ÁREAS UTILIZADAS PARA RIZICULTURA Bairro: Cep:87860000Planaltina do Paraná no município de Planaltina do Paraná/PR.

153377/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTRADA RURAL FAMILIA FELIPPETO COMUNIDADE BARRA GRANDE TRECHO 531, a Autorização Ambiental - AA nº 63524 com validade até 06/11/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:TRECHO 531 DA ESTRADA RURAL - COMUNIDADE BARRA GRANDE Bairro:COMUNIDADE BARRA GRANDE Cep:85580000Itapejara d´Oeste no município de Itapejara d´Oeste/PR.

153372/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPÍO DE ENTRE RIOS DO OESTE, a Autorização Ambiental - AA nº 63521 com validade até 05/12/2025, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:PARQUE DE LAZER - LAGO DE ITAIPU Bairro:ITAIPU Cep:85988000Entre Rios do Oeste no município de Entre Rios do Oeste/PR.

153379/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRECHO 151 - PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM ESTRADA VICINAL RURAL, a Autorização Ambiental - AA nº 63526 com validade até 06/11/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:COMUNIDADE LAGEADO BONITO Bairro:ZONA RURAL Cep:85580000Itapejara d´Oeste no município de Itapejara d´Oeste/PR.

153374/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL VICINAL, TRECHO 73 ESTRADA PITO FIORENTIN COMUNIDADE SETE DE SETEMBRO, a Autorização Ambiental - AA nº 63525 com validade até 06/11/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:COMUNIDADE SETE DE SETEMBRO Bairro:ZONA RURAL Cep:85580000Itapejara d´Oeste no município de Itapejara d´Oeste/PR.

153375/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA ESTRADA RURAL DAVID DANIEL BOCCHI, a Autorização Ambiental - AA nº 63523 com validade até 06/11/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA RURAL DAVID DANIEL BOCCHI Bairro:ZONA RURAL Cep:85550000Coronel Vivida no município de Coronel Vivida/PR.

153371/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE RAMILANDIA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9199 com validade até 06/11/2028, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:AV. VOLUNTARIOS DA PATRIA, Nº 1600 no município de Ramilândia/PR.

153373/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à USINA ALTO ALEGRE S/A - AÇUCAR E ALCOOL, a Licença de Instalação - LI nº 24323 com validade até 05/11/2027, para Explotação a ser implantada na Endereco:FAZENDA JUNQUEIRA, S/N LOTE/MATRÍCULA Nº 27552 (ANTIGA 26.092) Bairro:ZONA RURAL - DIST ALTO ALEGRE Cep:86690000Colorado no município de Colorado/PR.

153376/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JAQUELINE HURTADO VIEIRA, a Licença de Operação - LO nº 37399 com validade até 05/11/2029, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:PR 557, LOTE Nº A-4-1-REM-B Bairro: Cep:19273000Diamante do Norte no município de Diamante do Norte/PR.

153382/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CASCALHEIRA DE PEQUENO PORTE, a Licença Prévia - LP nº 43899 com validade até 05/11/2027, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:LOTE RURAL REMANESCENTE Nº P/266, LINHA SANTA CECILIA, MATRICULA 30.120 Bairro:ZONA RURAL Cep:85890000Missal no município de Missal/PR.

153383/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 30443 com validade até 05/11/2030, para Explotação instalada na Endereco:ROD. BR 376 KM 504 SENT. PONTA GROSSA/CURITIBA Bairro:DISTRITO INDUSTRIAL Cep:84000000Ponta Grossa no município de Ponta Grossa/PR.

153381/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO MINERAL DE BASALTO E BRITAGEM, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 30037 com validade até 05/11/2030, para Explotação de Pequenas Cascalheiras instalada na Endereco:FAZENDA LAGOA - RODOVIA PR-170, KM 140 Bairro: Cep:86895000Novo Itacolomi no município de Novo Itacolomi/PR.

153378/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à UNITERRAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 359736 com validade até 05/11/2031, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua das Hortênsias, 626 no município de Colombo/PR.

152952/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CIRCUIPAR CIRCUITOS IMPRESSOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 360526 com validade até 05/11/2031, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Rua Alto Paraná, 1693 no município de Pinhais/PR.

152980/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RS IMPRESSOS LTDA., a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 360898 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Gráfica a ser implantada na Avenida Inglaterra, 1443 no município de Cambé/PR.

153007/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARANA PAVIMENTACOES LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 301946 com validade até 02/08/2026, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Estrada Inubia, S/N no município de Ubiratã/PR.

152992/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ZTL TRANSPORTES LTDA - ME, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 359512 com validade até 05/11/2031, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Pedro Valaski, 539 no município de São José dos Pinhais/PR.

152947/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAULO ALVES DOS SANTOS, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 360470 com validade até 05/11/2031, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na ESTRADA PRINCIPAL DA MINA DE FERRO, SN no município de Rio Branco do Sul/PR.

152978/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE AMPLIAÇÃO

LISSANDRA SEITZ torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada de Ampliação - LAS-A, com validade de 05/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite na Rodovia PR 170, sentido Foz do Rio da Areia, 1-A.

153011/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PARANAMAX COMÉRCIO DE ACUMULADORES AUTOMOTIVOS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 360115 com validade até 05/11/2035, para Comércio e Serviço - Comércio de peças e acessórios para veículos automotores instalada na Rua General Potiguara, 1428 no município de Curitiba/PR.

152962/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NELSE TEREZINHA DE OLIVEIRA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 360937 com validade até 05/11/2027, para Agropecuária - Aquicultura instalada na PARTE DO LOTE RURAL NÚMERO 121 DA GLEBA NÚMERO 19-A, LINHA SÃO GABRIEL, S/N no município de Santa Helena/PR.

153013/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUIS EDUARDO FERRARI SANCHES, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 360901 com validade até 05/11/2031, para Agropecuária - Aquicultura instalada na Lote n° 32-A-1; Lote n° 32-A-REM; e Lote n° 32-I, S/N no município de Munhoz de Mello/PR.

153010/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VINHOS DO ITALIANO LTDA A ME, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 360170 com validade até 05/11/2035, para Industrial - Bebidas instalada na Rua JÃºlio CÃ©sar Setenareski, 1851 no município de São José dos Pinhais/PR.

152965/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SIP DEDETIZADORA LTDA ME, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 359649 com validade até 05/11/2030, para Comércio e Serviço - Prestação de serviços sanitários e fitossanitários instalada na Rua Reynaldo Cavalli, 481 no município de Colombo/PR.

152951/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DEDETIZADORA DDPRAGAS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 360885 com validade até 05/11/2031, para Comércio e Serviço - Prestação de serviços sanitários e fitossanitários instalada na Rua são Mateus, 393 no município de Floresta/PR.

153002/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CIAPAV CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 360760 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Estrada Boa Sorte, Lote nº 130-B e 131-B, S/nº no município de Cianorte/PR.

152987/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HARINA CRISTINE DE LIMA LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 360772 com validade até 05/11/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Estrada Municipal saída para o Marabá, s/nº no município de Congonhinhas/PR.

152989/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à STANG DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA., a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 360893 com validade até 05/11/2028, para Comércio e Serviço - Base de distribuição a ser implantada na RUA DR. ELI VOLPATO, 680 no município de Araucária/PR.

153006/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

DBOYZ LTDA torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação de Regularização - LIR, com validade de 05/11/2026, para Industrial - Ind. química na Rua João Hamilton Belo, 391.

152970/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M S DA SILVA TRANSPORTES LTDA, a Licença de Operação - LO nº 360154 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Coronel Luiz Victorino Ordine, 973 no município de São José dos Pinhais/PR.

152964/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FABIO ROBERTO LOCH, a Licença de Operação - LO nº 360746 com validade até 05/11/2031, para Agropecuária - Avicultura instalada na Fazenda Boa Sorte- Estrada Bernadelli, KM 17, s/n no município de Cidade Gaúcha/PR.

152985/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANDERSOM KLIENCHEN MACHADO, a Licença de Operação - LO nº 360820 com validade até 05/11/2030, para Industrial - Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos instalada na Rua Antônio Lolo Menegazzo Filho, 36 no município de Apucarana/PR.

152991/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SEBASTIÃO ROGERIO NEUMANN FERREIRA, a Licença de Operação - LO nº 208497 com validade até 15/10/2026, para Comércio e Serviço - Lavadores em geral instalada na RUA RIO DE JANEIRO, 345 no município de Rio Negro/PR.

153008/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO DALA RIVA EIRELI, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 360366 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Joaquim Nabuco, 1643 no município de São José dos Pinhais/PR.

152974/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NOVOZYMES LATIN AMERICA LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 360890 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Professor Francisco Ribeiro, 683 no município de Araucária/PR.

153005/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COLOMBOCAL LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 360461 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração instalada na Rua Francisco Busato, 7605 no município de Colombo/PR.

152981/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SANTA MARIA CIA DE PAPEL E CELULOSE, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 360952 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. de papel e celulose instalada na Rodovia BR-277, S/N no município de Guarapuava/PR.

153019/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GIULLIANO DELELES OLIVEIRA - ME, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 360927 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Alimentos instalada na Rua Alberto Bedin, 1768 no município de Colombo/PR.

153021/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MCP TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 359827 com validade até 05/11/2027, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Constante Moro Sobrinho, 2171 no município de São José dos Pinhais/PR.

152955/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARLOS ALBERTO MAROCHIO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360900 com validade até 05/11/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na GLEBA PRIMAVERA, 202 no município de Assis Chateaubriand/PR.

153009/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DILLENBURG - COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360944 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Rua Doutor João Inácio, 157 no município de Mercedes/PR.

153017/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EVERTON CESAR GIOTTI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360888 com validade até 05/11/2027, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na Estrada Velha de Palmas, s/n no município de General Carneiro/PR.

153003/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANDERSON CLEY NEVES GARCIA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360834 com validade até 05/11/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada dos Cedros ? Lote nº 172-B- Estância Alessandra, sn no município de Alto Paraná/PR.

152993/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JANDIR FREY, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360838 com validade até 05/11/2027, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na PARTE 'A' DO LOTE RURAL NÚMERO 62 DA GLEBA NÚMERO 04, S/N no município de Diamante do Oeste/PR.

152995/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GERMANIA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360942 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua Afonso Jose Maldaner, 1635 no município de Entre Rios do Oeste/PR.

153016/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LINA MARIA RUBINI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360836 com validade até 05/11/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Linha São Roque, SN no município de Planalto/PR.

152994/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IVANI PICININ SCALCON, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360879 com validade até 05/11/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LOTE RURAL Nº27.A.B.1, SN no município de Toledo/PR.

153001/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OLIDES TEREZINHA KAWACKI SCHNEIDER, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360939 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na LOTE RURAL N° 72/A/73/75/A/75/B, S/N no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

153014/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SAVIFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 360940 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica a ser implantada na Rua das Cássias-Imperiais, 0532 no município de Toledo/PR.

153015/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CIRCUIPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CIRCUITOS IMPRESSOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 360525 com validade até 05/11/2026, para Industrial - Ind. de material elétrico, eletrônicos e de comunicação a ser implantada na Rua Alto Paraná, 1693 no município de Pinhais/PR.

152979/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à UNEAGRO COMERCIAL AGRICOLA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 360469 com validade até 05/11/2027, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na RODOVIA DO XISTO BR 476, 4340 no município de Lapa/PR.

152977/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SAO DOMINGOS COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI ME, a Licença Prévia - LP nº 360187 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na RUA ZACARIAS CARDOSO DE CRISTO, 200 no município de Itaperuçu/PR.

152968/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SUÉCIA PARTICIPAÇÕES S/A, a Licença Prévia - LP nº 360749 com validade até 05/11/2026, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rua Professor Alberto Krause, 274 no município de Almirante Tamandaré/PR.

152986/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRANSPORTADORA RODOGARCIA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 359630 com validade até 05/11/2027, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Onofre Holthman, 1240 no município de São José dos Pinhais/PR.

152950/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PLASTILOG BRASIL LTDA, a Licença Prévia - LP nº 360775 com validade até 05/05/2026, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica a ser implantada na Rua Rio Grande do Norte, 195 no município de Colombo/PR.

152990/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à T & R RECICLÁVEIS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 360855 com validade até 05/11/2028, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na RUA D, 183 no município de Siqueira Campos/PR.

152998/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BATISTA & IZEPE LTDA, a Licença Prévia - LP nº 360957 com validade até 05/11/2028, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Avenida José Oswaldo Maia, 591 no município de Maringá/PR.

153020/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CHAMPERS PAPEIS PERSONALIZADOS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 360130 com validade até 05/11/2026, para Industrial - Ind. de papel e celulose a ser implantada na Rua Antônio Zaramella, 1269 no município de São José dos Pinhais/PR.

152963/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INESCAP ACUSTICA INDUSTRIAL LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 359509 com validade até 05/11/2026, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na Rua Gilvani Augusto Criminácio, 215 no município de São José dos Pinhais/PR.

152946/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GILDO KWITSCHAL, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 360853 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Fazenda Natal, S/N no município de Campo Mourão/PR.

152997/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M.M.M. COMINESI FRIGORIFICO - EIRELI, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 360841 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na ROD. PR 160, KM 27 no município de Ivaí/PR.

152996/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COOPERATIVA RESÍDUO SOLIDÁRIO - COOPERESÍDUOS, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 360870-R1 com validade até 05/11/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos a ser implantada na Rua Marins C. Pereira, 751 no município de Campo Mourão/PR.

153000/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BOING COMÉRCIO DE METAIS LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360343-R1 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rodovia BR-116, 24883 no município de Curitiba/PR.

152971/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TOMASONI INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359825-R5 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Wanda dos Santos Mallmann, 1604 no município de Pinhais/PR.

152954/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IGREJA ESPIRITUALISTA UNIVERSAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359629-R3 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Atividades funerárias e serviços relacionados instalada na Rua Konrad Adenauer, 940 no município de Curitiba/PR.

152949/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FALCOA INJEÇÃO DE ALUMÍNIO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 346637-R4 com validade até 08/05/2030, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Marcelino Jacinski, 1.300 no município de Araucária/PR.

152982/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HIDROSAN SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360730-R1 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Ernesto Biscardi, 1680 no município de Curitiba/PR.

152984/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EMBALAGENS INDUSTRIAIS ADESI COATING LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359531-R2 com validade até 05/11/2031, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Avenida das Nações, 3150 no município de Araucária/PR.

152948/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PROESTAMP INDUSTRIA DE ESTAMPOS METALICOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360175-R1 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Ribeirão Claro, 191 no município de Pinhais/PR.

152967/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NOVOZYMES LATIN AMERICA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360890-R6 com validade até 05/11/2027, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Professor Francisco Ribeiro, 683 no município de Araucária/PR.

153004/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INSTRON BRASIL EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359807-R3 com validade até 05/11/2031, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos instalada na Rua Quirino Zagonel, 257 no município de São José dos Pinhais/PR.

152953/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGRO MERCANTIL KRAEMER EIRELI, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360767-R2 com validade até 05/11/2030, para Industrial - Ind. química instalada na Estrada Colônia Santa Leopoldina, s/nº no município de Castro/PR.

152988/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDÚSTRIA DE CAL COLOMBO LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359947-R2 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração instalada na Rodovia Antônio Gasparin, 5501 no município de Colombo/PR.

152959/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO DALA RIVA EIRELI, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360366-R2 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Joaquim Nabuco, 1643 no município de São José dos Pinhais/PR.

152972/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SANTA MARIA CIA DE PAPEL E CELULOSE, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360952-R3 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. de papel e celulose instalada na Rodovia BR-277, S/N no município de Guarapuava/PR.

153018/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SCHUMAR CONSTRUÇÕES LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360174-R1 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Victor Meireles, 628 no município de Curitiba/PR.

152966/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MATRIFIL METALÚRGICA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360107-R3 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos instalada na Avenida das Araucárias, 3637 no município de Araucária/PR.

152960/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ZAFALON - POSTO BALSA NOVA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 349259-R2 com validade até 17/06/2029, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rodovia BR 376, km 46,3, s/n no município de Balsa Nova/PR.

152973/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Q-PAR09 OPERADORA PORTUARIA SPE S.A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 293441-R2 com validade até 11/04/2027, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Avenida Bento Rocha, 250 no município de Paranaguá/PR.

152975/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360858-R2 com validade até 05/11/2030, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente instalada na Avenida Senador Flávio Carvalho Guimarães, 2302 no município de Ponta Grossa/PR.

152999/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PROJEPAR ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359864-R2 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Industrias diversas instalada na Avenida Thomaz Carmeliano de Miranda, 755 no município de São José dos Pinhais/PR.

152956/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARBOFIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359913-R3 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Aurora Budel Alberti, 812 no município de Colombo/PR.

152958/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LTL STRAPASSON LOCADORA DE MÁQUINAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360667-R3 com validade até 05/11/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na RUA NÁPOLES, 57 no município de Colombo/PR.

152983/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COLINA VERDE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LÂMPADAS, TINTAS E EQUIPAMENTOS ULTRAVIOLETA LTDA ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360108-R5 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Aleixo Wzorek, 991 no município de Araucária/PR.

152961/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COLOMBOCAL LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360461-R2 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração instalada na Rua Francisco Busato, 7605 no município de Colombo/PR.

152976/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TOTAL BIOTECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360292-R1 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. química instalada na Rua Rodolpho Hatschbach, 1309 no município de Curitiba/PR.

152969/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GALERANI EMBALAGENS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359885-R3 com validade até 05/11/2029, para Industrial - Ind. de papel e celulose instalada na Avenida Antônio Meireles Sobrinho, 555 no município de Piraquara/PR.

152957/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IVONE CLAUDIA ZYGER, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 360936 com validade até 05/11/2030, para Agropecuária - Suinocultura instalada na PARTE DO LOTE RURAL Nº 06, S/N no município de Santa Helena/PR.

153012/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 671, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual n.º 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo n.º 24.883.540-0,

RESOLVE

Art. 1º Cancelar a Declaração de Dispença de Licenciamento Ambiental - DLAM n.º 265045, protocolo n.º 18.714.182-6, em nome de Durazzo Comercial Ltda, CNPJ n.º 05.343.038/0001-80, no município de Londrina/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

153569/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA/ PENDÊNCIA Nº 068/2025

Em atendimento ao Art. 126 do Decreto Federal 6514/2008 e para prosseguimento na cobrança administrativa dos processos de Autos de Infração Ambiental, o **Instituto Água e Terra – IAT** torna público a relação dos autuados notificados por via postal e sem êxito na entrega da correspondência. Prazo 20 (vinte) dias da data da publicação.

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Ademir Felicetti	Capanema	163968	20.691.462-9
Adriano dos Santos Pires	Jaguapitã	149789	21.351.653-1
Airto Scalabrin	Verê	149458	20.595.092-3
Amazor Gonçalves de Freitas	Paranaguá	124550	15.650.153-0
Antônio Aparecido Casaroto	Londrina	168706	22.312.046-6
Associação dos Açougueiros de Cianorte	Cianorte	166811	23.708.959-6
Associação dos Usuários do Canal do Dnos	Pontal do Paraná	124067	15.750.331-6
Augusto Hey Neto	Barbosa Ferraz	146732	19.521.543-0
Azemar Marcelino de Souza	Nova Laranjeiras	165497	21.138.793-9
Bruno Victor Moraes da Silva	Paiçandu	161029	20.692.539-6
Carlos Carvalho de Oliveira	Ribeirão Claro	150606	21.653.653-3
Celestino Joao Frizon	Nova Esperança do Sudoeste	149378	20.575.724-4
Chanlley Geziel Fabiane	Itapejara Do Oeste	150943	21.776.246-4
Donizeti Aparecido Alves	Perobal	146768	19.533.324-6
Edgar Rossi	Paranaguá	149544	20.880.445-6
Elpidio Engels	Nova Esperança do Sudoeste	265778	22.774.559-2
Euclides Mendes Sobrinho	Campina Grande do Sul	163144	20.867.935-0
Fratelli Indústria e Comércio Ltda	Antonina	170368	22.392.231-7
Fratelli Indústria e Comércio Ltda	Antonina	170369	22.392.478-6
Galhano Pedro Facina	São Jorge do Ivaí	129219	16.974.015-1
Gerson Roberto de Oliveira	Prudentópolis	122560	21.348.484-2
Gilberto Francisco da Silva	Icaraima	137248	16.305.801-4
Ivan Selhorst	São José dos Pinhais	139796	16.940.488-7
J de S Wisniewski Madeiras	São Mateus do Sul	164513	20.841.310-4
J de S Wisniewski Madeiras	São Mateus do Sul	164512	20.841.238-8
Jf – Mineradora Ltda – Me	Piraquara	128922	17.559.323-3
Joao Paulo Jareke	Morretes	128840	17.088.747-6
João Paulo Kulek	Prudentópolis	148035	20.034.157-0
João Pedro Roldo	Pato Branco	131416	18.880.958-8
João Pedro Roldo	Pato Branco	131417	18.868.534-0
Jorge Cerino Pereira	Prudentópolis	148818	20.374.320-3
José Antônio Gasparin	Colombo	163169	21.234.308-0
Jose Carlos Staniszewski	São Mateus do Sul	127981	17.942.325-1
José Felix da Silva	Cândido de Abreu	125952	16.124.342-6
José Wilson Garcia - Me	São Mateus do Sul	121149	15.967.767-2
Juarez Schimerski dos Santos	Matinhos	145387	18.971.876-4
Luiz Skvira	Prudentópolis	163472	20.747.562-9
Maicon Neuhaus	Corbélia	160576	20.473.566-2
Marcelo Moleta	Imbituva	144225	18.481.032-8
Margarida Squara Knopik	Rio Azul	143369	18.290.607-7
Maurício Gobor	Rebouças	142828	18.086.833-0
Nicolas Andrew Gonsalves de Deus	Ponta Grossa	144705	18.628.509-3
Oliveira Antunes da Silva	Campina da Lagoa	149531	20.646.158-6
Osmanil Pontes Carmo	Guaraqueçaba	153844	22.825.156-9
Osmar Alves da Silva	Campo Bonito	160478	20.035.060-0
Paulino Costa	Guaratuba	154487	23.150.236-0
Recinorte Ecológica Eireli	Siqueira Campos	129164	18.560.241-9
Ricardo Dolfini	Loanda	165388	22.603.621-0
Rogerio Dias dos Santos	Cianorte	148672	20.399.273-4
Roque Edgar Stori	União da Vitória	150190	21.531.908-3
Roque Valdemir Singolani	Santa Cecília do Pavão	151525	21.991.408-3
Sebastião Flugel	Piraí do Sul	139331	16.903.074-0
Sidnei Jose Baluta Kozelinski	São Mateus do Sul	149483	20.599.723-7
Terezinha Wosniak Mayer	Lapa	128930	17.988.822-0

153487/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA N.º 670, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual n.º 20.070, de 18 de dezembrode 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e suas alterações;
- Considerando o Contrato n.º 8807/2025, o qual tem por objeto a contratação de empresa especializada para a Reforma Emergencial do Sistema de Cobertura e das Instalações Elétricas da Escola do Mar, no Parque Estadual da Ilha das Cobras, firmado com a empresa System Seg Serviços LTDA;
- Considerando o conteúdo do protocolo n.º 24.277.418-3,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor José Luiz Scroccaro, RG n.º xxx.844-x, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 9.415/2025, para exercer a função de Gestor do Contrato acima citado.

Art. 2º Designar o servidor Saleiman José Andraus, RG n.º 3.xxx.750-x, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 88/2023, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido Contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

153525/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 669, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022;

- Considerando os contratos 8890/2024, 8888/2024, 8887/2024, 8886/2024, 8885/2024, 8884/2024, 8883/2024, 8882/2024, 8881/2024, 8880/2024, 8879/2024, 8878/2024, 8877/2024, 8876/2024 e 8875/2024, o qual tem por objeto a aquisição de Padrões, Reagentes e Materiais para os laboratórios do IAT de Curitiba, Londrina e Toledo, para atendimento aos requisitos exigidos aos laboratórios pela ISO 17025-2017;

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 22.175.637-1,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Naiane da Silva Ramos, RG nº 10.xxx515-x, nomeada pelo Decreto Estadual nº 4.972/2024, para exercera função de Gestora, e o servidor Willian Silva dos Santos, RG 13.xxx.646-x como Suplente do Contrato mencionado acima.

Art. 2º Designar os servidores Nilson Roberto Woellner, RG nº 4.xxx.776-x e Loraine Cristina do Valle Jacobs, RG nº 8.xxx.500-x, como Fiscais, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria IAT nº 104, 12 de março de 2025.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

152831/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO nº 097/2025

O **Instituto Água e Terra** cumprindo o estabelecido no *Artigo 122, do Decreto nº 6.514 de 22/07/2008*, torna público a relação dos Processos Administrativos de Autos de Infração Ambiental prontos para julgamento. Os notificados, abaixo relacionados, terão o prazo de (10) dez dias, a partir da data do presente edital para a apresentação de alegações finais por escrito. Os processos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Documentos e Informações – DDI, na sede deste Instituto: **Rua Engenheiros Rebouças nº 1.206 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba, Paraná.**

AIA 128794, **JOÃO MARIA DE OLIVEIRA CATARINA**/827.***.039-04, Protocolo 172344470, Município MATINHOS; AIA 164805, **SIDENEI COSTA**/740.***.539-72, Protocolo 209932210, Município CERRO AZUL; AIA 164097, **ANTONIO CARLOS DONATO COSTA**/018.***.919-40, Protocolo 209927241, Município CERRO AZUL; AIA 164100, **ANTONIO CARLOS DONATO COSTA**/018.***.919-40, Protocolo 209928434, Município CERRO

AZUL; AIA 164803, **ANTONIO CARLOS DONATO COSTA**/018.***.919-40, Protocolo 209931729, Município CERRO AZUL; AIA 164804, **DARCI COSTA**/974.***.919-53, Protocolo 209931940, Município CERRO AZUL; AIA 164801, **DARCI COSTA**/974.***.919-53, Protocolo 209931079, Município CERRO AZUL; AIA 164098, **DARCI COSTA**/974.***.919-53, Protocolo 209927667, Município CERRO AZUL; AIA 166213, **ROCHA FORTE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA**/08.706.***/0001-59, Protocolo 218784895, Município PAIÇANDU; AIA 151095, **ANTONIO MARCOS FAGOTTI**/004.***.889-80, Protocolo 218328059, Município CIANORTE; AIA 164932, **GILMAR ANTONIO MOTTIN**/045.***.408-93, Protocolo 210189890, Município ADRIANÓPOLIS; AIA 151098, **ADEVAIR BAIÃO GARCIA**/026.***.239-99, Protocolo 218330398, Município CIANORTE; AIA 151094, **UMBERTO APARECIDO CONSTANTINO**/461.***.989-53, Protocolo 218327400, Município CIANORTE; AIA 59723, **HÉLIO MENDES**/016.***.019-34, Protocolo 73383684, Município ITAIPULÂNDIA; AIA 94573, **REGIA DE MORAES PRATA MARTINS VIEIRA SEVERO**/619.***.789-00, Protocolo 73339316, Município CLEVELÂNDIA; AIA 92089, **ALBERTO SCHESCHOWISTSCH**/339.***.309-97, Protocolo 93539656, Município GUARAPUAVA; AIA 90014651, **LUIZ ADYR GONÇALVES PEREIRA**/319.***.059-87, Protocolo 78496258, Município SÃO MATEUS DO SUL; AIA 90014653, **MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL**/76.021.***/0001-22, Protocolo 78496240, Município SÃO MATEUS DO SUL; AIA 113076, **AMERICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A**/01.258.***/0005-50, Protocolo 135481530, Município MORRETES; AIA 145593, **VANDA SCHARMANN GODOI**/039.***.689-01, Protocolo 190542920, Município GUARAQUEÇABA; AIA 148413, **RODRIGO BASSANI**/110.***.599-97, Protocolo 201885434, Município FOZ DO IGUAÇU; AIA 132195, **ELOIR JOÃO STIVAL**/002.***.499-00, Protocolo 185434028, Município CAMPO MAGRO; AIA 147313, **INDÚSTRIAS ROCCO LTDA**/76.339.***/0001-18, Protocolo 197335335, Município CRUZ MACHADO.

153560/2025

Portaria n° 12571/2025/OD-GOUT. Prot. 21.875.490-2. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) LAVANDERIA E TINTURARIA JUSSARA LTDA - CPF/CNPJ 07.011.341/0001-01. Ivaí. Coordenadas UTM 7.385.911,88 N 350.945,32 E. Validade 6 anos. Finalidade Lavagem de produtos têxteis. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Jussara. Esta portaria revoga a portaria n° 4595/2019.

153169/2025

Portaria n° 12570/2025/OD-GOUT. Prot. 21.779.243-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) SAN JUAN HOTEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA - CPF/CNPJ 79.565.180/0002-90. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.167.404,74 N 749.384,64 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 2.00 m³/h 12:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Foz do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 883/2020.

153168/2025

Portaria n° 12563/2025/OP-GOUT. Prot. 23.958.000-9. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Claudio Fideski - CPF/CNPJ 926.241.209-63. Rio Imbituva. Tibagi. Coordenadas UTM 7.193.659,16 N 545.896,77 E. Validade 2 anos. Finalidade Transporte de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 93.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Teixeira Soares.

152853/2025

Portaria n° 12560/2025/OD-GOUT. Prot. 23.914.695-3. Captação superficial. Outorgado(s) MARCIA HOSS BUCHOLZ - CPF/CNPJ 024.563.339-18. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.299.660,06 N 794.019,86 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 27.80 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Terra Roxa. Esta portaria revoga a portaria n° 10980/2024/OP-GOUT.

152846/2025

Portaria n° 12576/2025/OD-GOUT. Prot. 24.022.985-4. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) JULIO CESAR BORBA - CPF/CNPJ 039.276.149-12. Piquiri. Coordenadas UTM 7.340.065,67 N 294.325,05 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal, Limpeza. Vazão máxima outorgada 12.00 m³/h 02:49 horas/dia 31 dias/mês. Município Moreira Sales. Esta portaria revoga a portaria n° 37/2019.

153176/2025

Portaria n° 12573/2025/OD-GOUT. Prot. 22.772.613-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) gilmar di domenico - CPF/CNPJ 603.055.769-68. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.267.250,00 N 214.513,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Limpeza, Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza), Resfriamento. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 04:47 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

153177/2025

Portaria n° 12575/2025/OD-GOUT. Prot. 23.006.145-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) CONDOMINIO DO CATUAI SHOPPING CENTER MARINGA - CPF/CNPJ 13.687.914/0001-14. Pirapó. Coordenadas UTM 7.409.458,93 N 400.902,91 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 6.00 m³/h 20:00 horas/dia 28 dias/mês. Município Maringá. Esta portaria revoga a portaria n° 10427/2022/OD-GOUT.

153178/2025

Portaria n° 12574/2025/OD-GOUT. Prot. 22.934.165-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Abatedouro Bom Jesus - CPF/CNPJ 77.606.911/0001-91. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.196.849,83 N 785.625,99 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 21.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Medianeira. Esta portaria revoga a portaria n° 1032/2021.

153189/2025

Portaria n° 12567/2025/OP-GOUT. Prot. 24.625.562-8. Captação superficial. Outorgado(s) SILVIA MARIA RODRIGUES RIEDI - CPF/CNPJ 333.143.069-20. Rio Taturi. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.321.592,48 N 788.584,95 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 350.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Terra Roxa.

153190/2025

Portaria n° 12554/2025/OP-GOUT. Prot. 24.634.182-6. Captação superficial. Outorgado(s) Pedro Carlos Klassen - CPF/CNPJ 654.274.089-91. Mina/Nascente Forquilha. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.155.160,03 N 326.089,31 E. Validade 2 anos. Finalidade Criação animal. Vazão máxima outorgada 3.50 m³/h 01:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Sulina.

153191/2025

Portaria n° 12558/2025/OP-GOUT. Prot. 24.810.717-0. Captação superficial. Outorgado(s) Antônio de Souza Alves - CPF/CNPJ 587.734.369-68. Rio Corredeira. Itararé. Coordenadas UTM 7.351.734,56 N 627.273,48 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 35.00 m³/h 03:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Wenceslau Braz. Esta portaria revoga a portaria n° 12091/2022/OP-GOUT.

153228/2025

Portaria n° 12537/2025/OP-GOUT. Prot. 23.143.029-6. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) J M COLAUTE - ME - CPF/CNPJ 26.409.907/0001-00. Córrego Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.374.775,77 N 259.057,84 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 2.00 m³/h 10:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Umuarama.

153229/2025

Portaria n° 12553/2025/OP-GOUT. Prot. 24.650.016-9. Captação superficial. Outorgado(s) Cleverson Pelissari - CPF/CNPJ 044.157.139-55. Ribeirão Índios. Cinzas. Coordenadas UTM 7.432.080,68 N 557.634,77 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 2.50 m³/h 08:00 horas/dia 10 dias/mês. Município Bandeirantes.

153200/2025

Portaria n° 12572/2025/OD-GOUT. Prot. 22.738.989-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) MADEM S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E EMBALAGENS - CPF/CNPJ 87.547.238/0003-81. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.113.511,27 N 622.598,66 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 08:20 horas/dia 31 dias/mês. Município Rio Negro. Esta portaria revoga a portaria n° 440/2022.

153170/2025

Portaria n° 12543/2025/OD-GOUT. Prot. 24.796.146-1. Captação superficial. Outorgado(s) EDESOHN LABRENZ - CPF/CNPJ 675.588.799-49. Córrego Simone. Piquiri. Coordenadas UTM 7.280.568,51 N 246.269,48 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 40.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Tupãssi. Esta portaria revoga a portaria n° 10/2023.

153226/2025

Portaria n° 12568/2025/OD-GOUT. Prot. 23.133.077-1. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.402.847,00 N 284.046,00 E. Validade 4 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 24.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Nova Olímpia. Esta portaria revoga a portaria n° 10478/2024/OP-GOUT.

152841/2025

Portaria n° 12566/2025/OD-GOUT. Prot. 21.335.550-3. Captação superficial. Outorgado(s) HERMENSON LUIS WEBER - CPF/CNPJ 028.896.159-52. Córrego Tarumã. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.271.783,00 N 226.964,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 28.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Toledo.

152843/2025

Portaria n° 12577/2025/OD-GOUT. Prot. 24.576.244-5. Captação superficial. Outorgado(s) RICARDO SCHILDER - CPF/CNPJ 015.185.648-60. Córrego Tafona. Tibagi. Coordenadas UTM 7.202.477,55 N 576.585,79 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal. Vazão máxima outorgada 1.60 m³/h 01:01 horas/dia 31 dias/mês. Município Ponta Grossa.

153199/2025

Portaria n° 12562/2025/OD-GOUT. Prot. 24.648.064-8. Captação superficial. Outorgado(s) PECUARIA SÃO JOSÉ DA AREIA BRANCA DO TUCUM LTDA - CPF/CNPJ 05.157.477/0001-07. Ribeirão Areia Branca. Paraná 1. Coordenadas UTM 7.484.524,00 N 283.213,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 205.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município São Pedro do Paraná. Esta portaria revoga a portaria n° 10519/2025/OP-GOUT.

153198/2025

Portaria n° 12569/2025/OD-GOUT. Prot. 19.178.991-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) JAN VAN DER VINNE - CPF/CNPJ 084.980.249-00. Tibagi. Coordenadas UTM 7.245.023,06 N 584.059,49 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Limpeza, Sanitário (consumo humano + limpeza), Abastecimento de pulverizadores. Vazão máxima outorgada 3.50 m³/h 04:01 horas/dia 30 dias/mês. Município Carambeí.

153137/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria n° 12565/2025/OD-GOUT. Prot. 24.709.919-0. Captação superficial. Outorgado(s) RENATO GABRIEL SCHMITT - CPF/CNPJ 431.314.849-34. Mina/Nascente Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.204.465,57 N 773.640,38 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município São Miguel do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 11132/2025/OP-GOUT.

153225/2025

Portaria n° 10134/2025/REV-GOUT. Prot. 24.956.951-8. Captação superficial. Outorgado(s) Valdinei Storer - CPF/CNPJ 790.639.349-04. Mina/Nascente Sem denominação na base. Tibagi. Coordenadas UTM 7.229.755,90 N 521.224,96 E. Validade 35 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Criação animal. Vazão máxima outorgada 2.00 m³/h 10:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Ivaí. Esta portaria revoga a portaria n° 799/2008-DRH.

152945/2025



Secretaria da Educação

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:
PORTARIA N. 962 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
RETIFICAR A PORTARIA N. 373 DE 18/03/2013 DE LICENÇA ESPECIAL DE
ANTONIO CARLOS MACHADO, R.G. 44649942, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:
FRUIÇÃO PERIODO AQUISITIVO
22/3/2013 A 19/6/2013 1/11/2005 A 31/10/2010

152439/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:
PORTARIA N. 963 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
RETIFICAR A PORTARIA N. 1308 DE 05/09/2011 DE LICENÇA ESPECIAL DE
JOSE ANEVAN FAGUNDES, R.G. 56697292, LF 2 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:
FRUIÇÃO PERIODO AQUISITIVO
19/9/2011 A 17/12/2011 28/11/2005 A 27/11/2010

152440/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:
PORTARIA N. 964 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
RETIFICAR A PORTARIA N. 1034 DE 18/09/2024 DE LICENÇA ESPECIAL DE
ANTONIO CARLOS MACHADO, R.G. 44649942, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:
FRUIÇÃO PERIODO AQUISITIVO
19/9/2024 A 17/12/2024 1/11/2010 A 31/10/2015

152521/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:
PORTARIA N. 965 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
RETIFICAR A PORTARIA N. 952 DE 30/10/2025 DE LICENÇA ESPECIAL DE
MARIETE NADALINE, R.G. 45347907, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:
FRUIÇÃO PERIODO AQUISITIVO
10/11/2025 A 7/2/2026 1/12/2008 A 30/11/2013

152869/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS

ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 966 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
KATIA VANIA RIBEIRO DE LIMA WAGNER				90	05/10/1998	04/10/2003	29/11/2025	26/02/2026
34903212	1	NAXII	249350338					

152897/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:
PORTARIA N. 967 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 966 DE 06/11/2025 O NOME DE KATIA VANIA RIBEIRO DE LIMA WAGNER R.G. 34903212, LF - 1

152898/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 961 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
ELIANE CORREA RAMOS	13579288	1	NAXI	249425087	01/12/2025	30/11/2027	730
DIULIANA CLAUDIA BARATTO	59167120	92	NII11	249281506	04/11/2025	03/11/2027	730
JULIANE DE SOUZA	71903303	52	NII11	249131237	01/12/2025	30/11/2027	730

152287/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 24.845.971-9

I. Autorizo a prorrogação do afastamento, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 28 de novembro de 2025, da servidora **Andreia Almagro Moura**, RG n.º 7.852. XXX-2, agente educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, com ônus para o órgão de origem, para continuar exercendo suas funções na 66.ª Zona Eleitoral de Maringá, em atendimento ao Ofício n.º 101/2025, emitido por aquele Juízo, e com base na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, nas Resoluções n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, n.º 23.643, de 24 de junho de 2021, e n.º 23.720, de 13 de junho de 2023, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e na Resolução n.º 750, de 9 de novembro de 2016, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR.

II. Publique-se.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

152817/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 82/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidora para exercer, interinamente, o cargo de Chefe do Núcleo Regional de Educação de Londrina.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no protocolado n.º 23.027.770-2,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora Juliana Soares Sella de Godoy Bueno, RG n.º 6.XXX.182-X, para exercer, interinamente, no período de 3 a 12 de novembro de 2025**,** sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de Chefe do Núcleo Regional de Educação de Londrina, em substituição à titular, Jessica Elizabeth Gonçalves Pieri, por motivo de fruição de férias.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

153255/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.898.488-0

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 07 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento da servidora **Joslaine Aparecida Palhano de Oliveira**, RG n.º 8.275.XXX-8, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 27.ª Zona Eleitoral de Piraí do Sul, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 8 de janeiro de 2026, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 028/2025.

Curitiba, 7 de novembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153306/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA nº 16/2025 SEED - HOMOLOGADO

Protocolo: 23.552.258-6
1. Trata o presente protocolo de Dispensa de Licitação Eletrônica n.º 16/2025, que visa à aquisição de Itens de Sonorização, para atendimento dos eventos a serem realizados no Auditório da sede da
Secretaria de Estado da Educação.
2. Considerando o Despacho nº 566/2025 – SL, da Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios (mov. 234) e o Despacho n.º 9.289/2025 – SEED/ASS TEC (mov. 235), a presente dispensa restou
fracassada, tendo em vista que todas as 20 (vinte) propostas recebidas foram desclassificadas por não atenderem às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, não sendo, portanto, possível a contratação do objeto pretendido.
3. Diante disso, com fundamento no art. 22, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, que admite a homologação do resultado como fracassado nas hipóteses em que nenhuma proposta
atende aos requisitos técnicos, HOMOLOGO o resultado da dispensa eletrônica nº 16/2025, como fracassado, conforme circunstâncias e justificativas constantes nos autos.
Curitiba, 07 de novembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Resolução n.º 7.309/2023 GS/SEED

153584/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.838.649-5

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, e na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; autorizo a prorrogação do afastamento do servidor **Aldérico José Dana Junior**, RG n.º 10.765.XXX-1, agente educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, a partir de 1.º de janeiro de 2026, para continuar prestando serviços na 001.ª Zona Eleitoral

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

de Curitiba, pelo período de 1 (um) ano, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida por meio do Ofício n.º 113/2025 – 001ª ZE/PR.

Curitiba, 7 de novembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153334/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.927.866-1

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, e na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; autorizo a prorrogação do afastamento da servidora **Denise de Jesus Bender Rossi**, RG n.º 8.045.XXX-6, agente educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, a partir de 22 de novembro de 2025, para continuar prestando serviços na 155.ª Zona Eleitoral de Piraquara, pelo período de 1 (um) ano, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida por meio do Ofício n.º 040/2025 – 0155ª ZE.

Curitiba, 7 de novembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153311/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
ASSESSORIA TÉCNICA
COORDENAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 22.865.709-3
Com fundamento no disposto na Lei n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e considerando o contido no protocolado em epígrafe, **autorizo** a indicação do servidor **Josias Batista da Silva**, RG/PR n.º 8.499.519-3, QPM, LF 02, para exercer a função de Diretor Interino do Colégio Estadual do Campo Brasilio Antunes da Silva, município e Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, a partir da data de publicação deste Despacho Secretarial.

Curitiba, 5 de novembro de 2025
Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

153386/2025

RESOLUÇÃO N.º 6443/2025 - GS/SEED
Súmula: Rescinde contratação em Regime Especial - CRES.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.146.364-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Rescindir o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o funcionário Felipe Silva Melo de Carvalho, RG n.º 12.613.XXX-6, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, com fulcro na Cláusula Nona do contrato de trabalho c/c art. 17, inciso III, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, por infração do art. 293, inciso V, alínea "*c*", todos da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153085/2025

RESOLUÇÃO N.º 6444/2025 - GS/SEED
Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.864.248-3,
R E S O L V E:

Art. 1. º Designar, Glaucia Dziubate, RG n.º 4.586.XXX-6/PR, Orestes Kawa, RG n.º 6.056.XXX-3/PR e Tania Mara dos Santos Dionísio, RG n.º 4.413.XXX-8/PR, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Ademir José Santana, RG n.º 7.048.XXX-6/PR e CPF n.° XXX.835.449-XX, Professor pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 1 e 97, por, supostamente, infringir os arts. 279, inciso XIV; 285, inciso IV e 293, inciso V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I, II, III, V e VI c/c art. 293, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153110/2025

RESOLUÇÃO N.º 6445/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.533.174-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.533.174-6, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153130/2025

RESOLUÇÃO N.º 6446/2025 - GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância PSS
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.450.184-2,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Rosecler Pedrosa Ojeda, RG n.º 7.801.XXX-6 PR, Magali de Fátima Flore, RG n.º 13.358.127-8 PR e Luciene da Silva Nascimento, RG n.º 4.531. XXX-2 PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Anderson Fernandes, RG n.º 8.021.XXX-0 PR, CPF n.º XXX.403.379-XX, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir o art. 293, inciso V, alínea "K", c/c ao art. 273, parágrafo único da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, incisos III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153104/2025

RESOLUÇÃO N.º 6447/2025 - GS/SEED
Súmula: Retifica a Resolução n.º 5493/2025 – GS/SEED.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 24.435.357-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Retificar a Resolução n.º 5493/2025 – GS/SEED, publicada em 06 de outubro de 2025 no Diário Oficial do Estado n.º 12001, que designa servidores para promoverem Sindicância PSS, conforme segue:
I - No Preâmbulo, onde se lê: por supostamente infringir o art. 279, incisos III e VII, art. 285, inciso III, art. 293, inciso V, alínea "c" e "d", leia-se: por supostamente infringir o art. 279, incisos III e VII, art. 293, inciso V, alínea "c" e "d".
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153143/2025

RESOLUÇÃO N.º 6476/2025 - GS/SEED
Súmula: Rescinde contratação em Regime Especial - CRES.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 23.733.866-9,
R E S O L V E:

Art. 1.º Rescindir o contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação do

Paraná e a funcionária Cibele Caroline Rodrigues da Silva Forcato, RG n.º 8.570. XXX-5, professora contratada em Regime Especial – CRES, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, com fulcro na Cláusula Nona do contrato de trabalho c/c art. 17, inciso III, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, por infração do art. 293, inciso V, alínea "a", todos da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153090/2025

RESOLUÇÃO N.º 6483/2025 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.695153-5,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Glaucia Dziubate, RG n.º 4.586.XXX-6/PR e Orestes Kawa, RG n.º 6.056.XXX-3/PR, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Cívico-Militar Jayme Canet, município de Curitiba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153133/2025

RESOLUÇÃO N.º 6488/2025 - GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.343.099-2,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Ana Paula Pirolo Ramos, RG n.º 7.304.XXX-0 e Cláudia Regina Scharan, RG n.º 7.293.XXX-2, ambas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos temos do inciso II, do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. N.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153119/2025

RESOLUÇÃO N.º 6489/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.237.344-8,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 24.237.344-8, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153149/2025

RESOLUÇÃO N.º 6491/2025 – GS/SEED
Súmula: Aplica penalidade.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.525.839-9,
R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Nara Crichima Cordeiro Dutra, RG n.º 7.336.XXX-8, professora contratada em Regime Especial – CRES, selecionada por meio do Processo Seletivo Simplificado - PSS, LF 06, por infração do art. 285, inciso IV do mesmo Diploma Legal.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153106/2025

RESOLUÇÃO N.º 6507/2025 - GS/SEED
Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.439.985-1,
R E S O L V E:

Art. 1. º Designar, Rosecler Pedrosa Ojeda, RG n.º 7.801.XXX-6 PR, Ana Paula Cordeiro Carlesso, RG n.º 4.566.XXX-1 PR e Ronnye André Fernandes Beltramini, RG n.º 6.430.XXX-0 PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Ângela Mara Lino, RG n.º 3.125.XXX-5 PR e CPF n.° XXX.921.149-XX, Professora pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 52, por, supostamente, infringir os arts. 279, incisos VI e IX, art. 285, inciso XVII, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I – II – III c/c art. 293, incisos I – II - III, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153157/2025

RESOLUÇÃO Nº 6534/2025 – GS/SEED
Súmula: Afasta Diretora
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual nº. 21.648/2023, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023, de 19 de dezembro de 2023, e na Resolução n.º 599/2024 – GS/SEED, bem como no contido no Protocolado n.º 22.865.709-3,
R E S O L V E

Art. 1º Afastar definitivamente a servidora Zaira Ferreira Mendes, RG/PR n.º 5.XXX.XXX-3, QPM, LF 01, da função de Diretora do Colégio Estadual do Campo Brasilio Antunes da Silva, do município e jurisdicionado ao Núcleo Regional de Ponta Grossa, com base no Art. 20 caput, da Resolução n.º 8.835/2023-GS/SEED.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Resolução nº. 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153099/2025

RESOLUÇÃO N.º 6550/2025 - GS/SEED
Súmula: Retifica a Resolução n.º 4846/2025 – GS/SEED.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado **n.º 24.506.102-1,**
R E S O L V E:

Art. 1.º Retificar a Resolução n.º 4846/2025 – GS/SEED, publicada em 05 de setembro de 2025 no Diário Oficial do Estado n.º 11981, que designa servidores para promoverem Processo Administrativo Disciplinar, conforme segue:
I- no art. 1. °, onde se lê: Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck, leia-se: Escola Estadual Professor Francisco Antônio de Souza.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153165/2025

RESOLUÇÃO N.º 6557/2025 - GS/SEED
Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.579.329-4,
R E S O L V E:
Art. 1. º Designar, Amelia Carvalho de Andrade, RG n.º 3.577.XXX-3 PR, Edilson Gonçalves Campos, RG n.º 3.757.XXX-0 PR e Romilda Borges Ferreira Martins , RG n.º 3.097.XXX-8 PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Cianorte, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta dos servidores Jacielma

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Martins, RG n.º 6.872.XXX-2/PR e CPF n.º XXX.488.049-XX, Pedagoga na função de diretora, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério - QPM, Linha Funcional - LF 01 e 02 , por, supostamente, infringir o art. 279, incisos V e VI, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970; Fábio Roberto de Almeida, RG n.º 5.169. XXX-6/PR e CPF n.º XXX.135.659-XX, Professor na função de diretor auxiliar, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, Linha Funcional - LF 01, por, supostamente, infringir o art. 279, inciso V, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 e Keyse Karolyne Faria Sampaio, RG n.º 8.309.XXX-0 PR e CPF n.º XXX.928.882-XX, Pedagoga pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, Linha Funcional - LF 91, por, supostamente, infringir o art. 279, inciso V, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora Jacielma Martins, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I e II c/c art. 293, incisos I e II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970; O servidor Fábio Roberto de Almeida, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I e II c/c art. 293, incisos I e II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 e a servidora Keyse Karolyne Faria Sampaio, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I e II c/c art. 293, incisos I e II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153396/2025

RESOLUÇÃO N.º 6559/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.686.826-3.

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, **Lorene da Silva, RG n.º 10.911.XXX-8/PR** e **Raul Alfredo Schier, RG n.º 2.256.XXX-2/PR**, todos em exercício no Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, incluindo seus apensados, referente ao Colégio Estadual Durval Ramos Filho, município de Andirá-PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153443/2025

RESOLUÇÃO N. º 6560/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n. º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n. º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n. º 24.544.875-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Eliziane de Almeida, RG n.º 8.802.XXX-2 PR, e Joel Hypólito Zanardine, RG n.º 4.735.XXX-1 PR, ambos em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Desembargador Guilherme Albuquerque Maranhão, município de Curitiba/PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n. º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153449/2025

RESOLUÇÃO N.º 6561/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.560.169-7,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Eliziane de Almeida, RG n.º 8.802.XXX-2 PR, e Joel Hypólito Zanardine, RG n.º 4.735.XXX-1 PR, ambos em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Cívico-Militar Vereador Luiz Maltaca, município de Itaperuçu/PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153453/2025

RESOLUÇÃO N.º 6562/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância PSS

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.711.042-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Sheila Patricia Filipak Kurzydlowski, RG n.º 6.930.XXX-8 PR, Sandra Lillian Zarpellon Passos, RG n.º 2.177.XXX-5 PR e Marina Tonca Trybek, RG n.º 10.186.XXX-0 PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Irati, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor João Paulo Primo Sarann, RG n.º 9.474.XXX- 4, LF 04, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringiu os arts. 279, incisos III e XIV e art. 93, inciso V, alínea "d" da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, incisos I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

153482/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.254/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2410/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.541.662-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Ari Beraldin, situado na Rua Belo Horizonte, 46, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5515/2023, de 15/08/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 5515/2023, de 15/08/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.255/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei

n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2411/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.595.217-1,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Médio, com implantação gradativa, na Escola Estadual Divina Pastora – Ensino Fundamental, situada na Rua Lia Garbaccio, 40, do Município de Campo Magro, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4800/2022, de 10/08/2022, com vigência até 10/12/2032.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do Art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Divina Pastora – Ensino Fundamental e Médio.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.256/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 495/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.241.758-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Estillo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Peabiru, 140, do Município de Pinhais, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Grupo Educacional Walesco Ltda e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3572/2015, de 09/11/2015, com vigência até 10/11/2025.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4345/2021, de 21/09/2021, com vigência até 05/07/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 06/07/2025 a 05/07/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.257/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 499/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.889.831-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2021 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Margarida Zeni, situada na Travessa Ondina de Souza, 103, no Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 872/2019, de 07/03/2019, com vigência até 31/12/2020.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.258/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 532/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.910.579-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual Bacharel Antônio Alves – Ensino Fundamental, situada na Avenida Industrial, 782, do Município de Itaperuçu, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5724/2024, de 04/09/2024, com vigência até 31/12/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3461/2017, de 03/08/2017, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida, excepcionalmente, no período de 01/01/2020 a 31/12/2027. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.259/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 554/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.853.653-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2027, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Genoveva Brenner, situado na Rua Manoel de Carvalho, 112, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 661/2018, de 21/02/2018, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.260/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 554/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.853.643-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2027, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Favo de Mel, situado na Rua São Francisco, 272, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 659/2018, de 21/02/2018, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.261/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 535/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.620.108-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 31/10/2020 até 30/10/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela, situado na Rua Prefeito Pio Alberti, 564, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3247/2015, de 07/10/2015, com vigência até 30/10/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.262/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 539/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.003.120-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho do Céu, situado na Rua João Antunes de Lara, 30, no Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5849/2024, de 09/09/2024, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.263/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 502/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.644.398-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Ângela Antônia Misga de Oliveira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua João Gulart, 70, no Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4499/2020, de 26/11/2020, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de agosto de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

153155/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.264/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 501/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.705.714-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Rosilda Aparecida Kowalski – Ensino Fundamental, situada na Avenida Emílio Johnson, 1172, no Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4352/2020, de 23/11/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.265/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 500/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.076.079-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 08 (oito) anos, no período de 29/08/2018 até 28/08/2026, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Rural Municipal de Educação Infantil Padre Eugênio Belotto, situado na Rua Francisco Motin Neto, 288, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3537/2013, de 07/08/2013, com vigência até 28/08/2018.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.266/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 517/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.075.850-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Rural Municipal Astrogildo de Macedo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Walfrido de Paula Cavalheiro, 100, no Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4353/2020, de 23/11/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.267/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 539/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.003.575-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, situado na Rua Professora Zelete Custódio Vicente, 103, no Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2171/2020, de 10/06/2020, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.268/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 539/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.600.362-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2026, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, situado na Rua José de Alencar, 386, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1865/2018, de 03/05/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.269/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 541/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.351.472-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Valdinei José Alves – Ensino Fundamental, situada na Estrada do Perau, no Município de Adrianópolis, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4053/2021, de 09/09/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.270/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 477/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.709.305-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2029, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Crisálida, situado na Rua Getúlio Vargas, 485, no Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 658/2018, de 21/02/2018, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.271/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, 12/2021, 03/2022, 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.578.048-6,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução n.º 7397/2023, de 18/10/2023, que autorizou o funcionamento do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, presencial, no Colégio Estadual Leocádia Braga Ramos – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Aristeu de Castro Fernandes, 353, do Município de Pinhais, NRE da Área Metropolitana Norte.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 95/2023, de 25/01/2023, com vigência até 06/02/2033.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.272/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2412/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.107.736-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Tia Elenai, situado na Avenida 25 de Janeiro, 4740, do Município de Quatro Barras, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7723/2024, de 27/11/2024, com vigência até 31/12/2031.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2876/2021, de 02/07/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.273/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2413/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.514.314-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Municipal Dr. Leocádio José Correia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Presidente Kennedy, 1675, do Município e NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a

última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4658/2023, de 17/07/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5063/2022, de 22/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

153156/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.274/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2414/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.238.852-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal Rio Bonito do Iguaçu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua XV de Novembro, 1220, do Município de Rio Bonito do Iguaçu, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7007/2024, de 28/10/2024, com vigência até 05/08/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 3590/2021, de 13/08/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.275/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 531/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.768.846-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Lageado Bonito – Ensino Fundamental e Médio, situado na Linha Lageado Bonito, do Município de Quedas do Iguaçu, NRE de Laranjeiras do Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5032/2016, de 10/11/2016, com vigência até 20/04/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 173/2022, de 20/01/2022, com vigência até 25/11/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 26/11/2025 a 25/11/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.276/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 556/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.117.322-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2032, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Eloáh D'amico Rychwa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Arthur Virmond de Lacerda, 681, no Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6288/2023, de 11/09/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.277/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 552/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.028.800-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Lenovi Almeida Torres – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Vitório Siqueira, s/n, no Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1353/2023, de 14/03/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.278/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 552/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.884.118-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 09/03/2025 até 08/03/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Vereador José Andreassa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Nossa Senhora Aparecida, 301, no Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5169/2024, de 14/08/2024, com vigência até 08/03/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.279/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 502/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.780.629-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Nossa Senhora das Graças – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida José Opacinski, s/n, no Município de Contenda, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4979/2022, de 17/08/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.280/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 843/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.109.178-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Campo São João da Colina – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Localidade de São João da Colina, do Município e NRE de Pitanga.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4011/2016, de 20/09/2016, com vigência até 01/03/2027.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1497/2020, de 07/05/2020, com vigência até 09/05/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 10/05/2025 a 09/05/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.281/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 552/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.382.201-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Dr. Pedro Passos Leoni – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Senador Souza Naves, 820, no Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1554/2022, de 05/04/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.282/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 552/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.242.021-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até

31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Tia Niva, situado na Avenida Antônio Gequelin, 101, no Município de Balsa Nova, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2143/2021, de 13/05/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.283/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 553/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.915.985-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 05/01/2024 até 04/01/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Miguel Júnior de Souza – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Joaquim Sicuro, 73, no Município de Agudos do Sul, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5768/2018, de 10/12/2018, com vigência até 04/01/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

153159/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.284/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 841/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.497.062-1,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir da data da publicação da presente resolução, as atividades escolares relativas à Classe Especial, na Escola Municipal Integração Comunitária – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Tarumã, BR 277, Km 104, s/n, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1420/2016, de 04/04/2016, com vigência até 27/04/2026.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 374/1990, de 05/02/1990, que autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento na instituição de ensino.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.285/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 845/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.377.401-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Campo Antônia Ayres Antonichen – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Principal, s/n, do Município de Reserva do Iguaçu, NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4017/2025, de 16/07/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3897/2022, de 06/07/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.286/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, e o Parecer n.º 519/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.638.592-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) do Colégio Estadual Cesar Stange – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Miguel Gelinski, 241, do Município e NRE de Guarapuava.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 846/2025, de 19/02/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5971/2021, de 07/12/2021, com vigência até 17/06/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 18/06/2025 a 17/06/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.287/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 770/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.940.123-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Planejamento e Controle da Produção – Eixo Tecnológico: Produção Industrial, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Santa Bárbara – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 951, do Município de Bituruna, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3505/2017, de 03/08/2017, com vigência até 22/03/2027.

§ 2º A Resolução n.º 7700/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.288/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 788/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.178.409-8,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Agronegócio – Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual do Campo Professor Eugênio de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na BR 476, Km 302, do Município de São Mateus do Sul, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5038/2022, de 22/08/2022, com vigência até 26/12/2032.

§ 2º A Resolução n.º 7701/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.289/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 539/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.367.757-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Anice, situado na Rua Duque de Caxias, 204, no Município de Paulo Frontin, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1923/2021, de 28/04/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.290/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2423/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.160.578-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal do Campo Olalina de Almeida Faria – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Turvo, do Município de São Mateus do Sul, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3538/2021, de 12/08/2021, com vigência até 16/08/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, e do Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 7370/2022, de 17/11/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.291/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei

n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2424/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 22.865.187-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Judah – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Treze de Maio, 612, do Município de Santo Antônio da Platina, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo CEA - Centro de Estudos Avançados Ltda - ME e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1593/2017, de 11/04/2017, com vigência até 02/02/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4045/2023, de 27/06/2023, com vigência até 02/02/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida excepcionalmente até o final do ano de 2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.292/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.800.230-5,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar definitivamente, a partir de 01/01/2022, as atividades escolares relativas à Educação Infantil, na Escola Municipal José Gavioli – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Zacarias Boueiri, 200, do Município de Ribeirão Claro, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica, pela Resolução n.º 6014/2025, de 17/10/2025, com vigência até 31/12/2027.

§ 2º Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 151/2019, de 04/11/2019, no período de 01/01/2020 a 31/12/2021.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 3484/1997, de 15/10/1997, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do art. 1º, passa a denominar-se: Escola Municipal José Gavioli – Ensino Fundamental.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.293/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2421/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.381.077-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil João e Maria, situado na Rua Pardal, 294, do Município e NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1964/2021, de 29/04/2021, com vigência até 31/01/2031.

§ 2º A autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1964/2021, de 29/04/2021, com vigência até 31/01/2026.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/02/2026 até 31/01/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/01/2031.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

153162/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.294/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2422/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.395.474-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Ivanilde Gomes Casotti, situado na Rua Topázio, 150, do Município e NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1962/2021, de 29/04/2021, com vigência até 31/01/2031.

§ 2º A autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1962/2021, de 29/04/2021, com vigência até 31/01/2026.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/02/2026 até 31/01/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/01/2031.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.296/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 476/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

contido no protocolado n.º 23.526.410-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, situado na Rua Sargento Ramiro da Silva, s/n, no Município de Realeza, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5548/2021, de 18/11/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.297/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2425/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.526.410-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, situado na Rua Sargento Ramiro da Silva, s/n, do Município de Realeza, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6296/2025, de 27/10/2025, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 5548/2021, de 18/11/2021, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.298/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 552/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.670.608-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2029, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Irmão Cirilo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Linha Fazendinha, Assentamento Missões, no Município e NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5087/2017, de 02/10/2017, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.299/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2426/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 19.670.608-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Irmão Cirilo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Linha Fazendinha, Assentamento Missões, do Município e NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6298/2025, de 27/10/2025, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) foi concedida pela Resolução n.º 5087/2017, de 02/10/2017, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A renovação é concedida, excepcionalmente, até o final do ano de 2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.300/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2427/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.622.409-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Luz, situado na Rua Laranjeiras, 50, do Município de Santa Izabel do Oeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4437/2020, de 24/11/2020, com vigência até 31/12/2028.

§ 2º A autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento

de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4437/2020, de 24/11/2020, com vigência até 01/02/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.301/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 790/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.430.831-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico Agrícola, integrado ao Ensino Médio, como experimento pedagógico, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná, situado na Linha Santa Bárbara, s/n, do Município e NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 5682/2018, de 05/12/2018, com vigência até 31/12/2027.

§ 2º A Resolução n.º 6214/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 03 (três) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.302/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 518/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.974.299-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Balão Mágico, situado na Rua Guairacas, 1891, no Município de Capanema, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 708/2022, de 24/02/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.303/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 542/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.979.378-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual do Campo São Judas Tadeu – Ensino Fundamental, situada na Linha São Judas Tadeu, no Município de Santa Izabel do Oeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4277/2021, de 16/09/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

153167/2025

RESOLUÇÃO N.º 6.304/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 807/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.025.131-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Meio Ambiente – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Tancredo Neves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Barra Mansa, 525, do Município e NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5083/2016, de 16/11/2016, com vigência até 16/08/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 5338/2022, de 30/08/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.305/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 760/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.114.917-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, exclusivamente para fins de cessação, de 10/06/2019 até 01/01/2021, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Dom Bosco Mueller – Ensino Médio, situado na Avenida Cândido de Abreu, 114, no Município e NRE de Curitiba.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida por Colégio Dom Bosco Ltda. e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2260/2014, de 15/05/2014, com vigência até 09/06/2019.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.306/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.114.917-3,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2021, as atividades escolares do Colégio Dom Bosco Mueller – Ensino Médio, situado na Avenida Cândido de Abreu, 114, no Município e NRE de Curitiba, com a oferta do Ensino Médio.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida por Colégio Dom Bosco Ltda. e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2260/2014, de 15/05/2014, com vigência até 09/06/2019.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 2260/2014, de 15/05/2014, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e a autorização concedida para o funcionamento da oferta citada no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade do Colégio Dom Bosco Ahú – Ensino Fundamental e Médio, do mesmo Município.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.307/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 506/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 21.258.992-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da Escola Inovação do Saber – Ensino Fundamental, situada na Rua Deputado Pinheiro Júnior, 1565, do Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Inovação do Saber Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1243/2018, de 22/03/2018, com vigência até 28/08/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 57/2023, de 25/01/2023, com vigência até 31/12/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 a 31/12/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.308/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 854/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.212.001-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento do Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Altayr dos Santos Cavali, com atendimento na área da deficiência visual, situado na Rua Gonçalves Dias, 417, do Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição é mantida pela Associação Feminina de Amparo ao Deficiente e Recém Nascido – AFAN e obteve a última renovação da autorização para o funcionamento pela Resolução n.º 429/2023, de 31/01/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.309/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2428/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.513.464-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria Luisa Burtz Merkle, situada na Rua Desauda Bosco da Costa Pinto, 419, do Município de Morretes, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 316/2024, de 22/01/2024, com vigência até 31/12/2029.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 316/2024, de 22/01/2024, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.310/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 438/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.296.493-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 02/12/2024 até 01/12/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Nossa Senhora de Monte Claro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Adolfo Rehbein, 286, no Município de Mallet, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 635/2017, de 02/03/2017, com vigência até 01/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.311/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 540/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.025.125-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 18/04/2024 até 17/04/2034, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Professora Vanda Hessel – Ensino Fundamental, situado na Rua Barão do Rio Branco, 805, no Município de Rio Azul, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3551/2016, de 26/08/2016, com vigência até 17/04/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.312/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 527/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.234.087-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 02/12/2024 até 01/12/2031, o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal do Campo Joaquim Vieira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade de Porto Soares, no Município de Rio Azul, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 637/2017, de 02/03/2017, com vigência até 01/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.313/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 547/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.257.925-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da Escola Estadual do Campo Miguel Desanoski – Ensino Fundamental, situada na Rodovia Municipal José Dussanoski, s/n, do Município de Rio Azul, NRE de Irati.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1166/2020, de 31/03/2020, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 8298/2023, de 21/11/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de outubro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.579/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006 e 03/2013, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2564/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.899.437-1,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais), com implantação gradativa, na Escola Ser Criança – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Santa Mariana, 667, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida Novak e Almeida Ensino Fundamental Anos Inicias Ltda., e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2578/2016, de 29/06/2016, com vigência até 18/07/2026.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

153343/2025

PARANÁEDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 036/2025 – PREDUC

O Superintendente do Serviço Social Autônomo Paranaeducação, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, considerando:

I – O teor da Portaria n.º 034/2025 – PREDUC, que rescindiu, a partir de 31 de outubro de 2025, contratos de trabalho, conforme a decretação de nulidade, baseada na Súmula 363, do Tribunal Superior do Trabalho – TST; e **II –** O teor do Despacho PREDUC/DAF/RH n.º 2842/2025, que informa que, em 31 de outubro de 2025, 02 (dois) funcionários, que estavam listados na Portaria n.º 034/2025, encontravam-se em licença médica. **RESOLVE:**

Art. 1º. Tornar sem efeitos as rescisões das seguintes funcionárias, listadas na Portaria n.º 034/2025, que estão em licença médica:

RG	NOME
5221905-1	TEREZA FERREIRA RAMALHO DE ALCANTARA
6620852-4	ANA LUCIA PINTO

Art. 2º. Manter os efeitos das rescisões para os demais funcionários.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Carlos Roberto Tamura
Superintendente
Decreto Estadual nº 657/2023

153244/2025

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 630/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Aprova a Instrução Normativa nº 003/2025 que dispõe sobre dispensa de trabalho para os servidores que atuam no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar que apresentem declaração de serviço prestado à Justiça Eleitoral.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270/2023 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418 de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362 de 16 de dezembro de 2024 e o contido no protocolo nº 24.740.459-7,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Instrução Normativa nº 003/2025 – FUN/DIAF que dispõe sobre dispensa de trabalho para os servidores que atuam no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar que apresentem declaração de serviço prestado à Justiça Eleitoral.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

153211/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Esporte

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

Curitiba, 03 de novembro de 2025.

Protocolo nº 24.783.596-2

RESOLUÇÃO N° 24/2025

Designação de substituição de férias

O Secretário de Estado do Esporte, **Helio Renato Wirbiski**, nomeado por meio do Decreto Estadual n.º 7723/2024, respeitosamente vem perante Vossa Excelência, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 21.352/2022:

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora **Mariana Lejambre Morais** RG 9.XXX.274-X para atuar como Agente de Controle Interno da Secretaria de Estado do Esporte, em substituição da titular Neide Maria de Goes Marchini, no período de férias de 28/10/25 a 11/11/25.

Curitiba, 03 de novembro de 2025.

(Assinado Digitalmente)

HELIO RENATO WIRBISKI
Secretário de Estado do Esporte
Decreto n.º 7.723/2024

153254/2025

PARANÁ ESPORTE

PARANÁ ESPORTE

Curitiba,07 de novembro de 2025

Protocolo nº 23.752.129-3

PORTARIA 140/2025

Designação de gestor e fiscais de contrato

O Diretor-Presidente da Paraná Esporte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022, assim como o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores adiante elencados como Gestor e Fiscais do Contrato n.º 8596/2025 firmado com a empresa **ACCOR ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 23.218.154/0001-50, cujo objeto é a elaboração de projetos Básicos e de Execução de Arquitetura e Complementares, como também a execução da obra de Construção da Escola de Surf.

I – Gestor do Contrato - Adilson Domingos, CPF nº XXX.826.169-XX

II – Fiscal – Ilton Lemberg Bittencourt, CPF nº XXX.572.089-XX

Art. 2º Compete ao gestor e ao fiscal o acompanhamento e a fiscalização do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas no termo de referência da contratação.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigência na data de sua assinatura.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

(Assinatura Digital)
Walmir da Silva Matos
Diretor-Presidente
Decreto Estadual n.º 4468/2023

153454/2025

Secretaria da Fazenda

RESOLUÇÃO SEFA Nº 1025 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025

Instaura o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade e designa servidores para compor a Comissão de Apuração de Responsabilidade referente ao Contrato nº 8095/2025-REPR.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, no exercício de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e considerando o contido no Protocolo nº 24.660-560-2,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Instaurar o Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, destinado a apurar eventuais indícios de irregularidades praticados por LC ENGENHARIA MECÂNICA LTDA. (CNPJ nº 49.962.240/0001-66), referente ao Contrato nº 8095/2025 - REPR.

Art. 2º Designar os seguintes servidores, para compor a Comissão Processante para a Apuração de Responsabilidade pertinente ao Contrato nº 8095/2025 - REPR:

I – Osmahir Pereira Rosa, Auditora Fiscal - I, portador do RG nº XXX.566-X/PR;
II – Tarsila Camargo Nardelli do Valle, Auditora Fiscal - F, portadora do RG nº 13.XXX.856-X;
III – Cícero Antônio Eich, Auditor Fiscal - I, portador do RG nº 7.XXX.780-X/PR, o qual deverá atuar como presidente da Comissão.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação desta Resolução, o qual poderá ser prorrogado por igual prazo, para a conclusão da apuração dos fatos e o encaminhamento do relatório final à autoridade competente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

153293/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 085/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do Contrato n° 7.336/2025-REPR, celebrado com a PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **Renato Germano Cys**, CPF XXX.202.539-XX/MF, para as funções de **Gestor do Contrato nº 7.336/2025-REPR**, celebrado com a **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Paulo Henrique Cieslak**, CPF XXX.432.809-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 7.336/2025-REPR**, celebrado com a **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 6 de novembro de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

153387/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 086/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do Contrato n° 7.790/2025-REPR, celebrado com a OPORTUNITY RECURSOS HUMANOS LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **Renato Germano Cys**, CPF XXX.202.539-XX/MF, para as funções de **Gestor do Contrato nº 7.790/2025-REPR**, celebrado com a **OPORTUNITY RECURSOS HUMANOS LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Cleverson Barros dos Santos**, CPF XXX.100.839-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 7.790/2025-REPR**, celebrado com a **OPORTUNITY RECURSOS HUMANOS LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 6 de novembro de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

153390/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 087/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do Contrato n° 7.903/2025-REPR, celebrado com a TRANSPORTES COLETIVOS GRANDE LONDRINA LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor **Ivan Carlos de Oliveira**, CPF XXX.131.909-XX/MF, para as funções de **Gestor do Contrato nº 7.903/2025-REPR**, celebrado com a **TRANSPORTES COLETIVOS GRANDE LONDRINA LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Cleverson Barros dos Santos**, CPF XXX.100.839-XX/MF, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 7.903/2025-REPR**, celebrado com a **TRANSPORTES COLETIVOS GRANDE LONDRINA LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 7 de novembro de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

153391/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0017/2025 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 17/11/2025 16:45 Afixada em: 06/11/2025

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8000544-0
REDE PARTEKA DE SUPERMERCADOS LTDA
Representante Fiscal: AQUILEA ADRIANA MORESCO
Recurso: Recurso ordinário

---

02) RELATOR(A) LUCIANA N. TRINTIM

ePAF: 8000828-7
COMERCIAL ALIMENTICIA ZAMPROGNA LTDA
Representante Fiscal: DAVIDSON BENJAMIM LESSA MENDES
Recurso: Recurso ordinário

---

03) RELATOR(A) PAULO C. P. GRUBER

ePAF: 8001235-7
ELISANGE GONCALVES DE OLIVEIRA
Representante Fiscal: MARCIO TADEU DE MIRANDA
Recurso: Recurso ordinário

---

04) RELATOR(A) JULIO DA C. R. AVEIRO

ePAF: 8000345-5
B.R.F.COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP
Representante Fiscal: MARCIO TADEU DE MIRANDA
Recurso: Recurso ordinário

153147/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0018/2025 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 19/11/2025 16:45 Afixada em: 19/11/2025

---

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8002821-0
AERO MUSIC COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
Procurador(es): EDUARDO VICTOR ABRAHAM
Representante Fiscal: ADEMIR FURLANETTO
Recurso: Recurso ordinário

ePAF: 8001486-4
B.O. PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA
Representante Fiscal: SANDRO COUTO
Recurso: Recurso ordinário

153151/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0019/2025 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 24/11/2025 16:45 Afixada em: 07/11/2025

---

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8001692-1
PELINCER - COM. E IND. DE ALIMENTOS - EIRELI - EPP / LUIZ CARLOS PELINCER JUNIOR
Procurador(es): ALISSON PIRES GOES
Representante Fiscal: ADEMIR FURLANETTO
Recurso: Recurso ordinário

ePAF: 8001075-3
ALPES DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA / ALPES DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA / ALEXANDRE PINHEIRO LEITAO / FABIO MOREIRA NETO
Procurador(es): LAERCIO ALCANTARA DOS SANTOS
Representante Fiscal: AQUILEA ADRIANA MORESCO
Recurso: Recurso ordinário

153164/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0020/2025 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 26/11/2025 16:45 Afixada em: 07/11/2025

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8001017-6
J S COMERCIO DE SUINOS EIRELI / JOAO DA SILVA
Procurador(es): BRUNO CESAR MARSOLLA
Representante Fiscal: MARCIO TADEU DE MIRANDA
Recurso: Recurso ordinário

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0020/2025 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 26/11/2025 16:45 Afixada em: 07/11/2025

---

01) RELATOR(A) ROGERIO DOS S. CROSCATO

ePAF: 8000218-1
ITALO SUPERMERCADOS LTDA
Procurador(es): ANA CAROLINA WEILER SILVA
Representante Fiscal: WELLINGTON SAMMUEL MARTINS DA SILVA
Recurso: Recurso ordinário

153174/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 267/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701. XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete *ad hoc* do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a ADRIAN NEMET apresentada no protocolo PRE2500643878.

Publique-se.
Curitiba, 07 de novembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

PORTARIA JCP Nº 268/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701. XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete *ad hoc* do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a DANIIL BAZDYREV apresentada no protocolo PRE2500643880.

Publique-se.
Curitiba, 07 de novembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

PORTARIA JCP Nº 269/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto nos arts. 26, §1º, inciso I e 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

JOVICA DJUKIC, sérvio, naturalizado brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 701.XXX.XXX-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete *ad hoc* do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, tendo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação pertencente a EKATERINA MOROZOVA apresentada no protocolo PRE2500643915.

Publique-se.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

153555/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

RESOLUÇÃO SEIL Nº 042/2025

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Guilherme Chulis RG nº 9.XXX.490-X, CPF nº078.XXX.XXX-05, para atuar como Agente de Contratação e Pregoeiro no âmbito desta Secretaria de Estado e Infraestrutura e Logística – SEL.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

José Brustolin Neto
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, em exercício

153275/2025

DER

PORTARIA Nº 646/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e considerando o contido no protocolo n° 24.899.826-1, **RESOLVE**:

Designar os servidores **Suzane Leticia Carlos, RG. 10.xxx.057-x (Presidente), Paulo Ferreira Benencase, RG. 13.xxx.625-x (Membro), Cesar Tadayoshi Baba, RG. 8.xxx.784-x (Membro), e Mayara Aparecida de Melo, RG. 10.xxx.043-x (Suplente),** para que, sob a presidência da primeira, comporem a **COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO,** no âmbito da Superintendência Regional Noroeste.

Curitiba, 05 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

153182/2025

DESPACHO: 1565/2025-DG
PROTOCOLO: 24.768.702-5

1. Aprovado pelo Conselho Diretor, conforme Deliberação nº 470/2025-CD, com base na justificativa da Diretoria de Operações, demais documentos inclusos no processo em referência e no Parecer nº 0898/2025-PJ-ADM, emitido pela Procuradoria Jurídica deste Departamento em 30/10/2025, RECONHEÇO a situação de emergência que deu ensejo a presente Dispensa de Licitação que tem por escopo a execução de serviços, com fornecimento de materiais, para conservação emergencial da Faixa de Domínio e do Pavimento, nos segmentos definidos das Rodovias PR-090, PR-444, PR-862 e PR-986, numa extensão de 116,73 km, sob Jurisdição da Superintendência Regional Norte; AUTORIZO, cumpridas as formalidades legais, a realização da despesa no valor de R$ 12.333.868,11 e ADJUDICO o objeto à empresa Evento Construtora de Obras Ltda.
2. Publique-se.
3. À Diretoria de Operações para as devidas providências.

Em, 07 de novembro de 2025.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

153565/2025

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Resolução nº 120/2025 - SEIA

Designa servidores para Comissão de Avaliação e Monitoramento do Termo de Colaboração nº 1/2025, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Inovação e Inteligência Artificial (SEIA) e a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, em exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, protocolo nº 24.891.876-4;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento (C.A. e M.) em conformidade ao Termo de Colaboração n° 1/2025, entre a SEIA e a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos.
• LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO, CPF nº XXX.871.539-XX;
• LUIS ANTONIO HUNIKA, CPF nº XXX.353.509-XX;
• JOSE EDUARDO PADILHA DE SOUSA, CPF nº XXX.373.119-XX.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo 24.891.876-4

153308/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

Despacho nº 1621/2025 – DG/SEJU
(Protocolo nº 24.475.490-2)

I. AUTORIZO, com fulcro nos arts. 33, inciso XI, e 44 da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea *c*, do Decreto nº 03/2023, §3º do art. 1º do Decreto nº 4.189/2016, Resolução SEJU nº 94/2025 e Lei Estadual nº 15.608/2007, bem como com base no **Memorando nº 499/2025 – NAS/SEJU (fls. 1-2, mov.02)**, na **Declaração de Adequação da Despesa nº 201/2025 (mov.15)**, no **Impacto Orçamentário-Financeiro nº 147/2025 – NFS/SEJU (mov.16)** e na **Informação nº 866/2025 – PGE/PRC – PGE/PRC (mov.30)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento, a **formalização do 4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1650/2023**, celebrado com a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**, CNPJ nº 78.533.312/0001-58, tendo por objeto o **saneamento de erro material referente ao valor contratual**, sem alteração de objeto ou vigência.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o **NAS/SEJU** proceder ao apensamento destes autos (e dos futuros aditivos) ao protocolo originário do contrato. Compete ao NAS/SEJU a certificação da regularidade formal do expediente e a verificação, no ato da formalização e da execução financeira, da validade das habilitações fiscais e trabalhistas, bem como das consultas obrigatórias aos cadastros GMS, CADIN e CEIS, bem como **à apuração dos pagamentos mensais realizados entre abril de 2025 e a presente data**, **tendo em vista o erro material identificado, conforme Informação nº 866/2025 – PGE/PRC**. **Caso constatado pagamento indevido, recomenda-se a apuração de responsabilidade e a adoção das medidas cabíveis para o ressarcimento ao erário.**
III. A presente autorização presume a legalidade e legitimidade dos atos que antecederam a formalização do Contrato Administrativo nº 1650/2023, os quais são de responsabilidade dos gestores que, à época, os subscreveram.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

153502/2025

RESOLUÇÃO Nº 97, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

Designa substituto durante o afastamento do titular da Pasta.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**, nomeado

pelo Decreto Estadual nº 10.053 de 23 de maio de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4 da Lei nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Fabiana Cristina de Campos Romanelli**, RG nº 10.XXX.898-X, Diretora-Geral desta Secretaria de Estado, para exercer, interinamente e sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, durante o período de 17 a 22 de novembro de 2025, em razão do deslocamento internacional do titular da Pasta para participação no "*Housing First Europe Hub Partnership Event*", conforme protocolo nº 24.895.641-0.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

(Assinado digitalmente)
Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

153234/2025

RESOLUÇÃO Nº 98, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

Prorroga, por 30 (trinta) dias o Grupo de Trabalho instituído do Decreto Estadual nº 11.398, de 6 de outubro de 2025, e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**, nomeado pelo Decreto Estadual nº 10.053 de 23 de maio de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, pelo art. 4º do Decreto Estadual nº 11.398, de 6 de outubro de 2025, e em conformidade com o art. 87 da Constituição do Estado do Paraná,

Considerando a orientação/sugestão da Assessoria Técnica – AT/SEJU constante do Protocolo nº 24.962.178-4, que recomenda a prorrogação da vigência do Decreto nº 11.398/2025 por mais 30 (trinta) dias, nos termos do art. 7º do referido decreto;

Considerando o disposto no art. 4º do Decreto Estadual nº 11.398, de 6 de outubro de 2025, que atribui à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) a coordenação do Grupo de Trabalho Intersetorial instituído para analisar e propor medidas quanto ao enfrentamento dos desafios da população em situação de rua no Estado do Paraná;

Considerando que o art. 7º do Decreto nº 11.398/2025 prevê duração de 30 (trinta) dias, contados da designação dos representantes, admitida uma única prorrogação por igual período, por ato da Coordenação;

Considerando que a 1ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho, realizada em 14 de outubro de 2025, marcou a instituição formal do GT e o início efetivo das atividades, adotando-se tal data como marco temporal para contagem da vigência;

Considerando a necessidade de assegurar a consolidação do diagnóstico preliminar, o avanço do levantamento censitário e a apresentação de propostas intersetoriais (moradia, saúde, educação, trabalho e renda, segurança pública e governança), garantindo a finalidade precípua do GT de desenvolver políticas públicas que proporcionem oportunidades para que pessoas em situação de rua deixem as ruas e integrem-se à sociedade;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada, por 30 (trinta) dias, prorrogado o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Estadual nº 11.398, de 6 de outubro de 2025, contados a partir de 14 de outubro de 2025, data de realização da 1ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Intersetorial da População em Situação de Rua – GT PopRua/PR.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

(Assinado digitalmente)
Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

153223/2025

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 16.132.405-1

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 035/2025 – PCP/PGE, a **celebração do Termo Aditivo de Valor do Convênio** nº 115/2021 formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro de Curitiba – Hospital Pequeno Príncipe, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.591.569/0001-30, em cumprimento ao objeto proposto de Aperfeiçoar os procedimentos cirúrgicos realizados nos pacientes do Sistema Único de Saúde, por meio da aquisição de um arco cirúrgico em "C" móvel e de um Arco Cirúrgico Ortopédico.

3. O valor para a execução do presente Convênio ampliará de R$ 1.403.711,08 (um milhão, quatrocentos e três mil, setecentos e onze reais e oito centavos) para R$ 1.411.566,22 (um milhão, quatrocentos e onze mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos) proveniente de rendimentos de aplicação financeira que será repassado em parcela única.

4. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

152842/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.372.983-1

AUTORIZO, com fulcro no art. 31, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, Inexigibilidade de Chamamento Público**, Informação PCP/PGE**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS**,** na cidade de Curitiba, inscrito no CNPJ sob o nº 803.138.064/0001-41, através de Termo de Colaboração para a participação da Secretaria de Estado da Saúde no XXXVII Congresso Estadual de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná.

RECONHEÇO, a situação administrativa de Inexigibilidade de Chamamento Público, embasada e instruída na forma do art. 31, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

O presente Termo de Colaboração vigerá pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

O valor estimado para a execução do presente Termo de Colaboração importa em até R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), em parcela única com recursos da Fonte 899. Os recursos financeiros serão repassados nos valores das tabelas do Sistema Único de Saúde em conformidade com a Programação Orçamentária.

Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece o art. 34, inciso II, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153272/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.165.158-6

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 217/2025 – PGE/PCP , **celebrar o Termo de Convênio**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amunpar – CIS/Paranavaí,** inscrito no CNPJ 73.966.913/0001-30, em cumprimento ao objeto proposto de melhoria no atendimento da demanda existente de exames de ultrassonografia pelo SUS da região noroeste do Estado do Paraná dos 28 municípios consorciados. O atual aparelho de ultrassonografia pelos anos de uso se apresenta limitado para o número de exames, causando morosidade na conclusão dos diagnósticos dos pacientes. A aquisição de um equipamento novo agilizará o atendimento dos usuários no geral, otimizando a oferta do serviço e trazendo maior benefício à população usuária.

2. O valor para a execução do presente Convênio importa R$ 259.900,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e novecentos reais) com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 500 do Tesouro do Estado.

3. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153522/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.601.450-7

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 3.283/24, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2025;

CONSIDERANDO a(s) Portaria(s) GM/MS nº 3.283/24, a(s) qual(is) define(m) valores individualizados e habilita(m) especificamente o prestador CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE UGO ROBERTO ACCORSI – HOSPITAL SANTA CATARINA, CNPJ 81.040.024/0001-76, CNES 2753545 a receber R$ 300.000,00 referente à Portaria GM/MS nº 3626/24 em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 136/2023-PGE (fl. 88) e Parecer Referencial nº 10/2023-PGE (fl. 89-97) no processo nº 20.583.235-1, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. **RECONHEÇO** a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.2608/2022;

2. **AUTORIZO** a **celebração de Termo de Convênio** formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE UGO ROBERTO ACCORSI – HOSPITAL SANTA CATARINA , inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 81.040.024/0001-76, em cumprimento ao objeto proposto de Conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.1138/2018 SGS, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria GM/MS n.º 3626/2024, aquisição de insumos: 3.3.90.30.09 Material Farmacológico, 3.3.90.30.36 Material Hospitalar, 3.3.90.30.23 Uniformes, 3.3.90.30.22 Material de Limpeza e Produtos de Higienização, 3.3.90.30.21 Material de Copa e Cozinha e 3.3.90.30.20 Material de Cama, Mesa e Banho, por meio da transferência de recursos financeiros da União provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade ao(à) CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE UGO ROBERTO ACCORSI – HOSPITAL SANTA CATARINA entidade sem fins lucrativos, que participa de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. O valor para a execução do presente Convênio importa em R$ 300.000,00 proveniente da fonte 600 do Tesouro Federal, com recursos da SESA/FUNSAUDE, que serão repassados em parcela única.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153518/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.829.515-5

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 1º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº 0306.3247/2025**,** processo nº **24.829.515-5** entre Gestor Estadual e a **Associação do Hospital do Centro / Hospital do Centro**, inscrita no CNPJ sob nº 08.689.079/0001-11, CNES nº 5603145, com sede na Rua Rocha Pombo, n° 1064, bairro Centro, na cidade de Campo Largo no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais doze (12) meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de R$ 1.049.515,04 (um milhão, quarenta e nove mil e quinhentos e quinze reais e quatro centavos) referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153550/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.831.013-8

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 1º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.2698/2024,** processo nº **21.417.081-7** entre Gestor Estadual e o **Hospital Nossa Senhora de Fátima / Instituto Paranaense de Saúde Nossa Senhora de Fátima**, CNES 5240085, CNPJ sob o nº 33.467.553/0001-08, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº 584, Centro, no município de Jandaia do Sul, no Estado do Paraná.
2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual **por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 01/01/2026 até 31/12/2026;**
3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 157.527,14 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e quatorze centavos)** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;
4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390.3900, Fonte de Recursos n.º 500;
5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;
6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.
7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153548/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1772/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada por meio do financiamento para execução de obras com projetos próprios da SESA de Unidades de Pronto Atendimento Municipal, Unidades de Atendimento Misto de Saúde, Maternidades e AME porte III para os municípios do Estado do Paraná, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse Fundo a Fundo, no exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA nº 1751/2023, dispõe sobre o incentivo financeiro de capital vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, destinados a prover a infraestrutura adequada, por meio do financiamento para execução de obras com projetos próprios da SESA de Unidades de Pronto Atendimento Municipal, Unidades de Atendimento Misto de Saúde, Maternidades e AME porte III para os municípios do Estado do Paraná, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse Fundo a Fundo.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão ao incentivo financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada, por meio do financiamento para execução de obras com projetos próprios da SESA de Unidades de Pronto Atendimento Municipal, Unidades de Atendimento Misto de Saúde, Maternidades e AME porte III para os municípios do Estado do Paraná, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse Fundo a Fundo, no exercício de 2025.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar os documentos elencados no art. 10º da Resolução SESA nº 1751/2023, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovação da documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará resolução financeira dos municípios contemplados para o recebimento do recurso, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1772/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COM PROJETOS PRÓPRIOS DA SESA DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, UNIDADES DE ATENDIMENTO MISTO DE SAÚDE, MATERNIDADES E AME PORTE III PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR
SANTA TEREZA DO OESTE	PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (PAM)	R$ 4.500.000,00

153653/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1766/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, no Núcleo de Recursos Humanos Setorial, em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,
- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.950.691-5**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **MARIA HELENA LOEZER DE LIMA**, RG. nº 3.994.226-7/PR, Técnico Administrativo, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Divisão, símbolo CCE-10, no Núcleo de Recursos Humanos Setorial, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **12/11/2025** a **21/11/2025**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **CARMELITA DA SILVA SARAIVA**, RG. nº 307.337.589-91/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153572/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1767/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Diretor de Regional na 15ª Regional de Saúde em Maringá, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.931.706-3**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **FRANCISCO EDUARDO PIRES MARTINS**, RG. nº 8.972.684-0/PR, Chefe de Divisão, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Diretor de Regional de Saúde, símbolo CCE-5, na 15ª Regional de Saúde, sede em Maringá, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **04/12/2025** a **18/12/2025**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **ELISABETE MITIKO KOBAYASHI**, RG nº 3.091.398-1**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153573/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1768/2025

Dispõe sobre indicação de servidora para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Hemocentro da 10ª Regional de Saúde em Cascavel, durante a fruição de férias do titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,
- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.944.805-2**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **TATIANE CRISTINE RODRIGUES**, RG nº 8.637.297-5/PR, Telefonista, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Hemocentro, Símbolo CCE-10, na 10ª Regional de Saúde, sede em Cascavel, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **01/12/2025** a **30/12/2025**, em substituição, durante a fruição de férias do titular **ROBSON ANTONIO BASSI**, RG nº 8.563.504-2/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153578/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1769/2025

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pela Função Comissionada Executiva de Chefe da Central Estadual de Transplantes, em Curitiba, durante a fruição de férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **24.942.807-8**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **EDER NOVASKI BISCOUTO**, RG. nº 9.140.020-0/PR, Técnico Administrativo, para responder pela Função Comissionada Executiva, Símbolo FCE-5, de Chefe da Central Estadual de Transplantes, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **02/12/2024** a **11/12/2025**, em substituição, durante a fruição de férias da titular **JULIANA RIBEIRO GIUGNI**, RG nº 8.979.966-0/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

153579/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 376 – 6 DE NOVEMBRO DE 2025.

Súmula: Suspende os prazos processuais da sindicância instaurada pela da Portaria FUNEAS nº 349/2025, conforme protocolado 24.722.915-9.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam suspensos, de acordo com o § 2º, artigo 28 da Resolução FUNEAS nº 29/2022, os prazos processuais da sindicância instaurada pela Portaria FUNEAS nº 349/2025, pelo período de 27/10/2025 a 31/10/2025, em virtude de fruição de férias de GISLAYNE KTONISKI MOSCIBROSKI, membro da comissão.

Parágrafo único. Findo o período da suspensão de que trata o caput deste artigo, o prazo para a conclusão do processo voltará a correr a partir do dia subsequente ao término das férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

153230/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA DE PENSÃO ESPECIAL N. 76

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,

RESOLVE

CONCEDER PENSÃO MENSAL NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DE ACORDO COM A LEI N° 8.246, DE 13 DE JANEIRO DE 1986, EM FAVOR DE:

RG	NOME	PROTOCOLO
8.166.619-9	LAURO MOREIRA	24.026.829-9

CURITIBA, 05/11/2025

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

LUIZÃO GOULART
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

153083/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA DE PENSÃO ESPECIAL N. 77
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,

RESOLVE

CONCEDER PENSÃO MENSAL NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DE ACORDO COM A LEI N° 8.246, DE 13 DE JANEIRO DE 1986, EM FAVOR DE:

RG	NOME	PROTOCOLO
6.975.447.098-7	CINILDA MACHINER	24.358.333-0

CURITIBA, 05/11/2025

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

LUIZÃO GOULART
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

153082/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 558 DE 06/11/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
JOYCE MARY DE LIMA GONCALVES				30	24/10/2013	23/10/2018	01/12/2025	30/12/2025
76823790	1	NAVII	248761504					

152438/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 559 DE 06/11/2025
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
SANDRA MAGALI DIAS				30	10/03/2010	09/03/2015	24/11/2025	23/12/2025
64256114	1	NAXVIII	248938560					

152437/2025

Secretaria da Segurança Pública

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
COMANDO-GERAL

PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 536, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Regularização de Promoção.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 22.354, de 15 de abril de 2025, considerando as disposições da Lei Estadual n° 5.940, de 08 de maio de 1969, em conformidade com o Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, e, ainda, em observância ao contido na Informação nº 365/2025-CPP inserida no Protocolo 24.901.134-7, **RESOLVE:**

Art. 1º **Tornar insubsistente** a Portaria do Comando-Geral nº 529/2025, publicada no DIOE nº 11.996/2025 e no Boletim do Comando-Geral da PMPR nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

183/2025, que despromoveu o policial militar **Jefferson Cley Kuhne – CPF XXX.063.949-XX** à graduação de **Subtenente QP PM.**

Art. 2º **Tornar Regular promoção condicional** à graduação de **Subtenente QP PM** formalizada pela Portaria do Comando-Geral nº 506, de 11 de agosto de 2025, Art. 1º, publicada no DIOE nº 11.962/2025 e no Boletim do Comando-Geral da PMPR nº 151, de 15 de agosto de 2025, em favor do policial militar **Jefferson Cley Kuhne – CPF XXX.063.949-XX.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

(Ref. Portaria do CG nº 536/2025 - E-Protocolo nº 24.943.351-9).

Assinado eletronicamente
Cel. QOEM PM Jefferson Silva,
Comandante-Geral da PMPR.

152880/2025

RESOLUÇÃO N° 610/2025

Prorrogação do prazo da Resolução nº551/2025, que institui Grupo de Trabalho para realização de estudos voltados à estruturação do Sistema de Saúde dos semoventes

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de Dezembro de 2024 e conforme protocolo nº 24.946.929-7

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias o período determinado no art. 3º da Resolução nº 551/2025, para a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho instituído para a realização de estudos técnicos voltados à estruturação do Sistema de Saúde dos semoventes pertencentes aos órgãos de Segurança Pública do Estado.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 06 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

152911/2025

RESOLUÇÃO N° 612/2025

Substituição de servidor em virtude de férias.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023 e o contido no protocolo nº 24.216.136-0 e 24.958.907-1,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Emely Karoline de Paiva Teixeira Pinto, CPF XXX.710.929-XX, para responder pelo Assessoria Permanente de Processos Administrativas – APPA/SESP, durante as férias do titular, no período de 05 a 24 de janeiro e de 26 de janeiro a 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2° Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

153570/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 747 – DRH, 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e considerando o contido no protocolo nº 24.050.288-7,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Fabio da Silva, CPF XXX.782.889-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-7, do Centro de Reintegração Social de Londrina, durante as férias do titular Valdecir de Souza Godoi, CPF XXX.058.719-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 06 de novembro de 2025 a 11 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

152701/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 748 – DRH, 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e considerando o contido no protocolo nº 24.912.559-8,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Leonardo de Oliveira, CPF XXX.430.809-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Segurança de Estabelecimento Penal – simbologia FPP-7, da Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná, durante as férias do titular Hemerson Luiz Cunha, CPF XXX.185.209-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 03 de novembro de 2025 a 12 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2025.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

152752/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 749 – DRH, 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 24.928.425-4,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Vanderlei Luis Martinelli, CPF XXX.262.380-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor da Cadeia Pública de Medianeira, durante as férias do titular Carlos Rogério de Oliveira, CPF XXX.877.859-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 10 de novembro de 2025 a 24 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

152888/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 750 – DRH, 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e considerando o contido no

protocolo nº 24.926.690-6,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Francisco Nilo da Silva, CPF XXX.518.839-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Divisão da Polícia Penal – simbologia FPP-5, da Divisão de Especialidades Médicas, durante as férias do titular Joelson Muchenski Moraski, CPF XXX.272.549-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 17 de novembro de 2025 a 16 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

152917/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 752 – DRH, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 21.986.613-5 ,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Daniel Hartmann, CPF XXX.062.309-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor da Cadeia Pública de Arapoti, durante as férias do titular Leandro Antonio Pelechate, CPF XXX.870.449-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 17 de novembro de 2025 a 28 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

152551/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 753 – DRH, 06 DE NOVEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 23.764.473-5,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Fernando Paulo Souza, CPF XXX.354.109-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor da Cadeia Pública de Marialva, durante as férias do titular Fernando Eduardo de Almeida Alves, CPF XXX.388.389-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 01 de dezembro de 2025 a 20 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

152667/2025

PORTARIA N° 357/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **PAULO HENRIQUE TISSI MUNHOZ DUARTE, CPF: XXX.899.719-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, e **RAQUEL PEREIRA SILVA, CPF: XXX.419.089-XX**, ocupante do cargo de Agente de Apoio – Auxiliar de Saúde, ambos lotados no Complexo Médico Penal do Paraná, para que, no **protocolo n° 24.958.399-5,** nos termos **da Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis,** concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 23.134.040-8,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de Novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

153180/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.948.560-8

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pela candidata THAIS MILENA SILVA VIEIRA, CPF. 610.317.103-29, nomeada para o cargo de Agente Profissional, na função de Assistente Social, do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme Decreto nº 11.655, de 30 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.019, também de 30 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153463/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.762.032-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3423/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa BETTER METAL MECÂNICO LTDA, CNPJ nº 24.762.032-0, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pelo CENTRO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE LONDRINA - CRESLON, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 49/63) e Plano de Trabalho (fls. 65/76);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153480/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.944.978-4

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato Salem Ibrahim, CPF. xxx.081.179-xx, nomeado para o cargo de Agente Profissional, na função de Engenheiro Civil, do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme Decreto nº 11.551, de 20 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.011, também de 20 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 06 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

152910/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.480.565-5

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 2474/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa LA MAISON DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ nº 46.743.542/0001-55, sediada na cidade de Vespasiano/MG, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 107/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 900107/2024, cujo objeto é a aquisição de álcool em gel 70% V/V, para atender as necessidades da POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ, no valor total de R$ 2.355,00 (dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), conforme anexo à nota de empenho emitida com base no Anexo ao Edital constante às fls. 290/310;
II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;
III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;
IV PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para corolários pertinentes.

Curitiba-Paraná, 06 de novembro de 2025
Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública.

152906/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.692.058-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na INFORMAÇÃO nº 3417/2025-AT/SESP, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0967/2024, firmado com a empresa **PRODUSERV SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ n° 17.832.629/0001-09, tendo por objeto a prestação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e outros, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná - PCP, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 12/12/2025 e término em 11/12/2026, mantendo-se o valor mensal de R$ 52.944,40 (cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), conforme minuta acostada **às fls. 757/759.**
II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações.
III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite, especialmente as certidões fiscais e trabalhistas, que já se encontram com prazo de vigência expirado ou iminente.
IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, 06 de novembro de 2025.
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

152916/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.750.852-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3114/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **59.275.792/0001-50**, sediada na cidade de **São Caetano do Sul/SP**, em adesão à Ata de Registro de Preços nº **85/2023** oriunda do Pregão Eletrônico nº **21/2023,** cujo objeto é a **aquisição de viaturas policiais caracterizadas de uso operacional ostensivo**, para atender as necessidades da **Polícia Militar do Paraná – PMPR**, no valor total de **R$ 24.160.422,44 (vinte e quatro milhões, cento e sessenta mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme minuta contratual constante às **fls. 243/253;**
II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;
IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao **Centro de Contratos e Convênios.**

Curitiba-Paraná, 06 de novembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

152919/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.528.768-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3297/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **GRUMED EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 24.325.538/0001-34, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 0038/2024/PCI - A, oriunda do Pregão Eletrônico nº 038/2024/PCI, cujo objeto é a aquisição de equipamentos (Mesa de Necrópsia), para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná, no valor total de **R$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais)**, conforme minuta contratual constante às **fls. 274/288**;
II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;
IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios
Curitiba, 07 de novembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153087/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.609.408-0

I – AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, e art. 170, § 7º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e com base na Informação nº 3410/2025 – AT/SESP, a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 1046/2023, firmado entre o Estado do Paraná por intermédio desta Pasta, com a empresa **COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS KRAEMER LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 85.472.967/0001-29, sediada no Município de Capanema/PR, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do 5º Comando Regional de Polícia Militar no Município de Capanema-PR, no valor total atual de R$ 14.536,16 (quatorze mil, quinhentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), visando à prorrogação de sua vigência por mais 12 (doze) meses e ao reajuste, no percentual de cinco vírgula vinte e três por cento (5,23%), decorrente da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, passando o valor total para **R$ 15.296,35 (quinze mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos)**, conforme minuta de termo aditivo de **fls. 368/370**.
II – DECLARO que para o consentimento acima foram examinados

apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas informações.

III – DETERMINO que, preliminarmente à formalização do ajuste, o setor competente verifique se a empresa contratada mantém hígidas todas as condições de habilitação.

IV – PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as gestões pertinentes.

Curitiba, 07 de novembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

153088/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.668.410-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3071/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **Renault do Brasil Ltda**., inscrita no CNPJ nº 00.913.443/0001-73, sediada na cidade de São José dos Pinhais/PR, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, cujo objeto é a aquisição de 10 (dez) viaturas SUV de médio porte, caracterizadas e com proteção balística parcial, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná (PCP), no valor total de **R$ 1.685.780,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais)**, conforme minuta contratual constante às **fls. 333/344**;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba, 06 de novembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

152896/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.568.318-9

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3368/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.782.356/0001-02, sediada no Município de Colombo/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 53/2024, cujo objeto será a aquisição de material de limpeza – Grupo II, para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil – DPC, no valor total de R$ 96.840,00 (noventa e seis mil oitocentos e quarenta reais), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 433/441;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba – Paraná, 06 de novembro de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

152633/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 24.875.865-1

I. AUTORIZO, com fundamento na alínea “a”, do inciso II, do art. 76, da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Estadual nº 20.790/2021, na alínea “a”, do inciso II, do art. 610, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, no inciso VI, do art. 1º, da Resolução SESP nº 390/2023 e nos termos da Informação nº 3394/2025 AT/SESP, a publicação do Edital de Chamamento Público (fls. 29/70), objetivando a doação dos bens móveis considerados inservíveis e/ou desnecessários elencados às fls. 34/64, observando as instruções aprovadas pela Resolução nº 140/23 – PGE;

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à Polícia Militar para as demais providências.

Curitiba-Paraná, 06 de novembro de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral/SESP.

152603/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.855.712-5

I – AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º do Decreto Estadual nº 4.189/2016, art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com base na Informação nº 3333/2025 – AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2025 (GMS nº 314/2025), firmado entre o Estado do Paraná por intermédio desta Pasta, com a empresa **JEFFERSON RODRIGO SCHULZ LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.507.156/0001-57, sediada no município de Marechal Cândido Rondon/PR, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios, para atender a demanda da Sede e da 3ª Companhia do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON), no valor total de **R$ 173.363,87 (cento e setenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos)**, visando à prorrogação de sua vigência por mais 12 (doze) meses, com início em 20/01/2026 e término em 19/01/2027, conforme minuta de termo aditivo de fls. **1222/1223;**

II – DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas informações.

III – DETERMINO que, preliminarmente à formalização do ajuste, o setor competente verifique se a empresa contratada mantém hígidas todas as condições de habilitação.

IV – PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as gestões pertinentes.

Curitiba, 07 de Novembro de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

153101/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.528.833-6

I. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3413/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **GIGANTE RECÉM NASCIDO LTDA.**,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

inscrita no CNPJ nº 62.413.869/0001-15, sediada na cidade de Ribeirão Preto/SP, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 104/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 17/2024, cujo objeto é a aquisição de mobiliários diversos, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná – PCP, no valor total de R$ 27.034,00 (vinte e sete mil e trinta e quatro reais), conforme minuta contratual constante às **fls. 253/262;**

II. **DECLARO**, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a **empresa contratada** mantém todas as condições de habilitação;

IV. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

153115/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 22.797.737-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3415/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **MICROTECNICA INFORMÁTICA LTDA.,** inscrita no CNPJ nº 01.590.728/0010-74, sediada no Município de Colombo/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº **715/2023 (DECON/SEAP)**, cujo objeto será a aquisição de controladora de rede wi-fi, aps, licenças e switchs, para atender a demanda do **Departamento de Polícia Penal – DEPPEN**, no valor total de **R$ 523.113,06 (quinhentos e vinte e três mil, cento e treze reais e seis centavos)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 300/310**;

II. **DECLARO** que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

(assinado eletronicamente)

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

153128/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.779.680-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 3416/2025-AT/SESP, a celebração do **1º** Termo Aditivo ao Contrato nº 0948/2024, firmado com a empresa **PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° 14.983.004/0001-41, tendo por objeto a contratação de serviços continuados de limpeza, asseio, conservação e outros, com seus respectivos insumos, tais como Uniformes-EPI's, Insumos-Materiais e Equipamentos-Ferramentas, por meio da metodologia de contratação por postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra e pela metodologia de contratação por metros quadrados, para atender as necessidades da Polícia Científica – PCP, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 12/12/2025 e término em 11/12/2026, mantendo-se o valor total de R$ 2.471.317,56 (dois milhões e quatrocentos e setenta e um mil e trezentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos), conforme minuta acostada às **fls. 754/756;**

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações.

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite.

IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

153134/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 23.960.977-5

I. AUTORIZO, nos termos do art. 59, da Lei Estadual nº 6.417/1973, dos arts. 173 e 176, da Lei Estadual nº 1.943/1994 e com base na Informação nº 33272025-AT/SESP, a indenização ao **Sd. QPM 1-0 Marcus Vinicius Redkva**, inscrito no CPF n° CPF XXX.647.809-XX, objetivando o ressarcimento referente à lesões causadas por ferimento ocorrido em objeto de serviço, no valor de R$3.778,00 (Três mil setecentos e setenta e oito reais);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à origem para providências.

Curitiba, 07 de novembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

153154/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.303.392-6

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso V do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como nos arts. 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 867/2025 - PGE (fls. 192/236), bem como nos despachos que certificaram o atendimento às recomendações (fls. 344/346), a abertura de licitação, modalidade Pregão Eletrônico, nº 1020/2025, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de formação e certificação de pilotos sob demanda para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), no valor de R$ 1.111.360,00 (um milhão, cento e onze mil, trezentos e sessenta reais), conforme minuta do Edital de fls. 347/403;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Centro de Licitações para providências.

Curitiba, 07 de novembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

153278/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.662.340-6

I - AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 103, inciso II e art. 112, § 1º, inciso II, ambos da Lei Estadual n.º 15.608/2007, e com base na Informação nº 1140/2025 – PGE/PRC/AUT (fls. 105/113), bem como nos despachos que certificaram o atendimento às recomendações (fl. 127), a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0907/2022 (GMS nº 4274/2022), visa à prorrogação da vigência por 20 (vinte) meses e ao acréscimo de 21,44% (vinte e um vírgula quarenta e quatro por cento) ao escopo, para integração de novos bancos de dados à solução de análise analítica de vínculos, visando atender às necessidades do CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CTIC/SESP, passando o valor global do contrato para R$ 8.346.979,40 (oito milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), conforme minuta do Terceiro Termo Aditivo de fls.

124/125;

II. Declaro que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. Como providência imediatamente antecedente à coleta das assinaturas, o agente responsável pela celebração do presente aditivo deverá certificar que a contratada mantém todos os requisitos de habilitação e regularidade fiscal;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba – Paraná, 06 de novembro de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

152885/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.553.868-5

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3420/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa PLUSVAL AGROAVICOLA LTDA, CNPJ nº 35.030.372/0004-98, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela CADEIA PÚBLICA DE IPORÃ, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime FECHADO, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 56/69) e Plano de Trabalho (fls. 71/83);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153465/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.743.068-7

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3428/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa VITELLO CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 50.838.682/0001-84, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela ESCRITÓRIO SOCIAL DE CASCAVEL, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime Semiaberto Harmonizado Monitorado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 41/53) e Plano de Trabalho (fls. 55/66);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153460/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.743.316-3

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3422/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa CAMVAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ nº 52.937.045/0001-90, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela CASA DE CUSTÓDIA DE ARAPONGAS - CCA, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 43/56) e Plano de Trabalho (fls. 58/70);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153468/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 17.973.166-5

I. AUTORIZO, nos termos da Lei Orgânica do Município de Assis Chateaubriand/PR, do Memorando nº 858/2025 (fls. 190/193), da Procuradoria-Geral daquele Município e, com base na Informação nº 3418/2025 – AT/SESP, a formalização do Termo de Convênio de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Civil – PCPR e, do outro lado, o Município de Assis Chateaubriand/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.479/0001-18, cujo objeto consiste na cessão 02 (dois) servidores públicos municipais, para exercer serviços exclusivamente administrativos junto à 48ª Delegacia de Polícia do Município, com ônus para o Município de Assis Chateaubriand/PR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme Minuta do Termo de Convênio (fls. 239/242) e o respectivo Plano de Trabalho (fls. 243/245);

II. As obrigações da SESP, decorrentes do presente convênio, serão executadas e fiscalizadas pela Polícia Civil do Paraná – PCPR;

III. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para registros e demais encaminhamentos.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153523/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.840.948-7

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3424/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa CONSÓRCIO MPD E ANKARA UNILA, CNPJ nº 60.042.767/0002-96, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU III - UNIDADE DE - PEF III, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime Fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 62/76) e Plano de Trabalho (fls. 79/91);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153497/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.689.051-0

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3427/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa BR7 SISTEMAS DE ARMAZENAGEM LTDA, CNPJ nº 13.246.982/0001-48, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela CASA DE CUSTÓDIA DE PONTA GROSSA – CCPG, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 37/50) e Plano de Trabalho (fls. 52/64);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 07 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

153512/2025

PORTARIA N° 358/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, CPF: XXX.578.009-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa – Foz do Iguaçu e **LUCIANA VITORASSI, CPF: XXX.492.859-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotada na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, para que, no **protocolo n° 24.958.488-6** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis,** concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 24.571.766-0,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de Novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

153183/2025

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração
Edital n. 134/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007842-0**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
040.854.149-09	PAULO VERGOPOLAN FILHO

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007819-6**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
092.467.829-17	JONAS DE OLIVEIRA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007820-0**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
035.847.139-78	INGRE MARISLANI GROSSKLAUS GONCALVES

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007837-4**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
848.497.549-53	VALDIR ALBERTON

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007827-7**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
928.285.909-68	TEREZA KAZIUK

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007824-2**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
066.094.639-48	CLAUDINEI JOSE GASPAR SCHIMIT

5ª DRR - Guarapuava

Auto de infração: **8007841-2**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
081.369.179-65 CLAUDINEI DE LIMA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007818-8**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
737.586.129-34 ATILIO WASEN

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007823-4**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
054.518.889-06 EDVALDO TAVARES DA SILVA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007840-4**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
420.442.009-53 ANTONIO DE JESUS MARTINS DA ROSA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007832-3**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
463.514.269-87 PAULINO BRANDELERO

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007831-5**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
081.793.239-94 ELCIO MAGUELNISKI

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007825-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
024.681.439-06 ADENILSON JOSE FEO

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 07 de Novembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

153277/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Ciência das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia
Edital n. 135/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os interessados abaixo das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia, em conformidade com o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Estadual n. 107, de 11 de janeiro de 2005, com a nova redação da LCE n. 118, de 14 de fevereiro de 2007,com o Decreto n.5.568, de 14 de outubro de 2009 e com a Norma de Procedimento Fiscal da CRE n. 103 de 10 de novembro de 2009.

Passados dez dias corridos desta publicação, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até dez dias corridos para a apresentação de Defesa Prévia, nos termos da NPF n. 103/2009.

O acesso aos documentos e à íntegra da notificação, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia

1ª DRR - Curitiba
Código de Controle da NADP: **25.0016799-7**
CAF/OSF: N/A
Identificação: (*) Notificado:
113.469.799-60 LAURO MAIA NETO

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Endereços para apresentação:
1ª DRR = RUA LOURENCO PINTO 50 - CURITIBA - PR
3ª DRR = RUA THEODORO ROSAS 945 - PONTA GROSSA - PR
5ª DRR = RUA ANDRADE NEVES 925 - GUARAPUAVA - PR
6ª DRR = RUA PARANA 698 - JACAREZINHO - PR
8ª DRR = RUA PARA 473 - LONDRINA - PR
9ª DRR = AV PRUD. DE MORAES 211 - MARINGA - PR
11ª DRR = AV PARANA 3787 - UMUARAMA - PR
13ª DRR = R PADRE CHAMPAGNAT 130 - CASCAVEL - PR
14ª DRR = RUA ARARIBOIA 463 - PATO BRANCO - PR
17ª DRR = RUA VICENTE MACHADO 445 - CURITIBA - PR

Curitiba, 07 de Novembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

153286/2025

PORTARIA REPR Nº 218/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como o contido no eProtocolo nº 24.869.159-0, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **05.01.2026** a **23.01.2026**	ARAMIS BATISTA VIEIRA RG nº 1.***.503-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder pela chefia da **Agência da Receita Estadual – ARE de Curitiba,** da Delegacia da Receita Estadual de Curitiba – 1ª DRE, em substituição à titular Daniela Aparecida de Paula, RG nº 4.***.909-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Agência Sede – Símbolo "H"**.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

152699/2025

Autarquias

AGEPAR

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Quinta do Sol para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 23.004.891-6, referente à habilitação do município de Quinta do Sol para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Quinta do Sol, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Sergio Luiz Cequinel Filho
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153291/2025

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Iretama para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando:**

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 22.281.560-6, referente à habilitação do município de Iretama para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Iretama, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1% (um por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Sergio Luiz Cequinel Filho
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153294/2025

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Douradina para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando:**

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 22.558.334-0, referente à habilitação do município de Douradina para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Douradina do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Alex Sandro Noel Nunes
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153504/2025

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Salto do Lontra para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 22.935.328-4, referente à habilitação do município de Salto de Lontra para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Salto de Lontra, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Alex Sandro Noel Nunes
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153509/2025

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Cambé para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando:**

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 23.063.146-8, referente à habilitação do município de Cambé para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Cambé, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Alex Sandro Noel Nunes
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153514/2025

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Boa Vista da Aparecida para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando:**

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 24.308.366-4, referente à habilitação do município de Boa Vista da Aparecida para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Boa Vista da Aparecida, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1% (um por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Alex Sandro Noel Nunes
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153516/2025

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Verê para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 22.911.267-8, referente à habilitação do município de Verê para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município Verê, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1% (um por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153426/2025

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Quatiguá para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 24.725.821-3, referente à habilitação do município de Quatiguá para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Quatiguá, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1% (um por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153427/2025

RESOLUÇÃO Nº 72, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Rio Branco de Sul para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 23.475.267-7, referente à habilitação do município de Rio Branco do Sul para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Rio Branco do Sul, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1% (um por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153432/2025

RESOLUÇÃO Nº 73, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Realeza para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 21.967.450-3, referente à habilitação do município de Realeza para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 26/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 04 de novembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Realeza, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 7 de novembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

153434/2025

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 377/2025 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002; Lei nº 16.536, de 30 de junho de 2010; Lei nº 17.451, de 27 de dezembro de 2012; Lei nº 18.005, de 27 de março de 2014; Lei nº 21.108, de 30 de junho de 2022; Regulamento de Carreira disposto no protocolado nº 11.815.522-0; e na Resolução Conjunta SEAB/IDR-Paraná nº 004/2024,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER o processo de Avaliação de Desempenho para fins de indicadores genéricos, específicos e gerenciais, referente ao ano de 2025, abrangendo todos os empregados públicos e servidores de cargo efetivo das carreiras integrantes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, que estejam em pleno exercício de suas funções.

I. Esta norma aplica-se aos servidores e empregados públicos em efetivo exercício no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER ou cedidos a órgãos e entidades do Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º DELEGAR às chefias imediatas a responsabilidade pela Avaliação de Desempenho.

I. Na impossibilidade de aplicação pela chefia imediata, a avaliação será realizada pelo profissional de nível hierárquico superior da área afeita ao servidor.

Art. 3º ESTABELECER que a Avaliação de Desempenho seja realizada de acordo com o descrito nos **Anexos I, II e III** desta Portaria, devendo ser efetuada por meio de formulário em sistema eletrônico informatizado – SISPONT.

Art. 4º ESTABELECER que o Diretor de Gestão Institucional, em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos, realize as orientações por meio de Instrução de Serviço para a Avaliação de 2025.

Art. 5º REVOGAR as Portarias eventualmente em contrário, conflitantes ou redundantes com a presente.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 07 de novembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

ANEXO I
INDICADORES DE COMPETÊNCIAS GENÉRICAS

INDICADORES	COMPETÊNCIAS	Auxiliar	Administrativo	Especialista	Superior	Pesquisador
1. Administração do tempo:	**1.1.** É assíduo e pontual, sem interrupções durante o período de trabalho?	x	x	x	x	x
	1.2. Estabelece prioridades de acordo com as demandas institucionais?	x	x	x	x	x
	1.3. Cumpre os prazos para a realização das atividades?	x	x	x	x	x
2. Compartilhamento das informações:	**2.1.** Compartilha as informações de modo que os serviços não fiquem prejudicados ou limitados à sua presença?	x	x	x	x	x
	2.2. Possui domínio da comunicação verbal com clareza na expressão das ideias compatíveis às exigências do cargo?	x	x	x	x	x
	2.3. Aplica os conhecimentos de comunicação escrita na elaboração de documentos institucionais, compatíveis às exigências do cargo?	x	x	x	x	x
3. Comportamento ético:	**3.1.** Possui atitude de respeito para com as pessoas, com integridade, senso de justiça, impessoalidade e discrição nas ações?	x	x	x	x	x
4. Comprometimento:	**4.1.** Atende as demandas institucionais, assumindo tarefas e suas implicações e/ou consequências?	x	x	x	x	x
	4.2. Estimula a prática dos valores institucionais e no cumprimento da sua missão?	x	x	x	x	x
5. Conhecimento e qualidade do trabalho:	**5.1.** Possui conhecimento teórico e prático das atividades sob sua responsabilidade, aplicando os procedimentos, normas e padrões internos necessários de forma completa?	x	x	x	x	x
	5.2. Conhece e respeita as normas institucionais?	x	x	x	x	x
	5.3. As informações e serviços prestados pelo servidor são precisos e transmitem credibilidade e confiança?	x	x	x	x	x

6. Relacionamento interpessoal:	**6.1.** Trabalha de forma colaborativa e contribui para um ambiente de trabalho positivo?	x	x	x	x	x
	6.2. Respeita e concilia diferentes interesses, ideias e opiniões no relacionamento interpessoal?	x	x	x	x	x
	6.3. Respeita a hierarquia e mantém relacionamento cordial e profissional?	x	x	x	x	x
	6.4. Participa no trabalho, colocando suas ideias de forma a não agredir ou desacatar outras pessoas?	x	x	x	x	x
	6.5. Aceita críticas que são feitas em relação ao seu trabalho, não levando para o lado pessoal?	x	x	x	x	x
7. Resolução de problemas, iniciativa e criatividade:	**7.1.** Possui capacidade de encontrar alternativas viáveis para antever ou solucionar os problemas e imprevistos?	x	x	x	x	x
	7.2. Possui iniciativa para agir diante de situações novas e/ou rotineiras?	x	x	x	x	x
8. Trabalho em equipe:	**8.1.** Realiza suas atividades interagindo de forma profissional e colaborativa com os membros da sua equipe e demais servidores, contribuindo para o alcance dos resultados planejados?	x	x	x	x	x
	8.2. Participa em comitês, comissões, grupos de trabalho e de estudos internos e/ou externos, quando demandado pela Instituição?	x	x	x	x	x
9. Utilização de ferramentas e recursos materiais:	**9.1.** Utiliza de maneira adequada as ferramentas e equipamentos que estão sob sua responsabilidade, conforme as recomendações, mantendo-os limpos e organizados?	x	x	x	x	x
	9.2. Mantém os cuidados de manutenção preventiva dos equipamentos e ferramentas de trabalho que estão sob sua responsabilidade?	x	x	x	x	x

ANEXO II
INDICADORES DE COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

INDICADORES	COMPETÊNCIAS	Auxiliar	Administrativo	Especialista	Superior	Pesquisador
10. Aprendizagem contínua:	**10.1.** Procura aprimorar-se ao longo da carreira profissional?	x	x	x	x	x
11. Articulação no atendimento ao público:	**11.1.** Procura conhecer e entender as necessidades do público interno e/ou externo, buscando soluções de acordo com as normas vigentes?		x	x	x	x
12. Comunicação:	**12.1.** Comunica as informações necessárias, de maneira clara e concisa ao público interno?	x	x	x	x	x
	12.2. Transmite com clareza e objetividade informações tanto ao público externo na forma oral e escrita?		x	x	x	x
13. Flexibilidade:	**13.1.** Adapta-se a diferentes cenários e estratégias, interagindo com facilidade e rapidez?	x	x	x	x	x
14. Foco no resultado:	**14.1.** Possui capacidade de direcionar e otimizar a aplicação de recursos e esforços?		x	x	x	x
15. Gestão da inovação:	**15.1.** Propõe e promove ações inovadoras em sua área de atuação que contribuam para a melhoria e otimização dos processos?	x	x	x	x	x
16. Gestão da qualidade:	**16.1.** Executa os processos e procedimentos nos padrões da Instituição?	x	x	x	x	x
17. Gestão de recursos:	**17.1.** Gerência os recursos financeiros, físicos, tecnológicos e humanos de forma efetiva?		x	x	x	x
18. Gestão do conhecimento:	**18.1.** Aplica conhecimentos técnicos específicos compatíveis com a área de atuação e cargo?	x	x	x	x	x
	18.2. Planeja e conduz reuniões e encontros técnicos com eficiência?			x	x	x
	18.3. Possui e aplica conhecimentos técnicos na elaboração de projetos/relatórios científicos ou institucionais, compatíveis com o cargo?			x	x	x
19. Liderança:	**19.1.** Identifica e propõe ações visando solucionar deficiências técnicas e/ou comportamentais dos membros da equipe?		x	x	x	x
20. Trabalho em rede:	**20.1.** Realiza ações formais de articulação e criação de redes de relacionamentos com instituições públicas e privadas?			x	x	x
21. Visão sistémica:	**21.1.** Conhece legislações e regulamentações internas e as aplica no desempenho da função eos procedimentos administrativos?	x	x	x	x	x
	21.2. Compreende a instituição como um todo e percebe a interação e a interdependência das partes que compõe o instituto?	x	x	x	x	x
	21.3. Visualiza demandas futuras, antevê consequências e propõe ações compatíveis a tais demandas em sua área e nível de atuação?	x	x	x	x	x

ANEXO III
INDICADORES DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS

INDICADORES	COMPETÊNCIAS	Cargos gerencias
22. Assertividade:	**22.1.** Assume a responsabilidade para fazer as coisas acontecerem, agir com segurança e sem hesitação frente a desafios?	x
	22.2. Mantém crenças, compromissos e esforços, mesmo em situações de oposição?	x
23. Busca de informação:	**23.1.** Busca diversos tipos de informações, usa ampla variedade de fontes para subsidiar o processo decisório e verifica a validade e confiabilidade das informações?	x
24. Comunicação gerencial:	**24.1.** Adota estilos de comunicação apropriados à situação e à audiência?	x
	24.2. Mantém bom relacionamento para obter apoio e recursos?	x
25. Gestão e desenvolvimento de equipes:	**25.1.** Mantém as pessoas informadas sobre planos e processos?	x
	25.2. Define com clareza o que se espera da equipe em termos de desempenho?	x
	25.3. Gera entusiasmo e comprometimento na equipe?	x
	25.4. Identifica e minimiza as causas de conflitos e resistências?	x
	25.5. Orienta a equipe quanto ao comportamento, postura e atitudes consideradas éticas e profissionais?	x
	25.6. Possui e aplica conhecimentos sobre gestão desempenho de pessoas (elaboração Plano de trabalho anual, acompanhamento, avaliação Desempenho)?	x
26. Ética gerencial:	**26.1.** Cumpre as leis e normas e demonstra integridade, imparcialidade e justiça nas tomadas de decisão?	x
27. Tomada de decisão:	**27.1.** Identifica alternativas factíveis e múltiplas opções no planejamento e na tomada de decisões?	x
	27.2. É capaz de tomar decisões assertivas mesmo diante da incerteza?	x
28. Monitoramento contínuo:	**28.1.** Monitora a qualidade e o andamento do trabalho e define metas para si próprio e para a equipe?	x
29. Gestão de processos e/ou projetos:	**29.1.** Possui conhecimentos sobre a gestão dos processos e/ou projetos relacionados à área de atuação e sob sua responsabilidade e os aplica no exercício da função gerencial?	x
30. Negociação:	**30.1.** Conhece e aplica as técnicas de negociação (planejamento, elaboração de estratégias, argumentação e alcance dos objetivos da negociação)?	x

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 376/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER **(IDR-Paraná),** no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei 20.121 de 2019 c/c inc. XVII do art. 16 do dec. 9177/2021 de 2021 e considerando as denúncias apresentadas e devidamente registradas no protocolo nº 24.756.469-1,

RESOLVE:

Art.1° - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar - PAD em face de R.R.B, servidor público integrante do quadro de carreira do IDR-Paraná, lotado no Regional de Londrina, no cargo de Profissional de Graduação Superior, para apurar as práticas de condutas objeto de denúncias do protocolo supramencionado, a seguir enumeradas, subsumível, em tese, ao descumprimento de deveres e violações de proibições, nos termos dos incisos IV, VI e XII do art. 279 e XI do art. 285, respectivamente, ambos da lei 6174 de 1970 e sanções fixadas nos artigos 291 cc 293, ambos, também, do mesmo diploma legal, sem prejuízo de outras transgressões, bem como participações, seja por ação ou omissão de demais servidores, surgidas no decurso das apurações: disponibilizar informações e dados para funcionários da autarquia e a terceiros, objeto de apuração em denúncia – SIGO 51488/2024, em caráter sigiloso, caracterizando uma quebra se sigilo e comportamento inadequado em relação ao que foi denunciado.
I. Refere-se a denúncia apresentada no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias, da Controladoria Geral do Estado, atendimento nº 73789/2024.

Art.2° - DESIGNAR para comporem a comissão processante, sob a presidência do primeiro nominado, os seguintes servidores e empregados públicos, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do processo, nos termos da lei 20.656 de 2021

I. Eduardo Henrique Lima Mazzuchelli, RG nº X.4X7.5X8- X6/SSP-PR
II. Walter Feichtinger Junior, RG nº 1X.3X7.0XX-3/SSP-PR
III. Flávia Leao Almeida Silva, RG nº X.5X5.5X6-X0 SSP/PR

Art. 3.º - DAR ciência da constituição da Comissão Processante às chefias imediatas dos seus respectivos membros, assim como a do empregado objeto do PAD e ao Gerente de Recursos Humanos.

Art. 4º - DETERMINAR que os trabalhos sejam iniciados no prazo de até (três) dias úteis, contados a partir da publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado do Paraná e concluído em 60 (sessenta) dias, a fluir de seu início.

Art. 5º - REVOGAR a Portaria nº 338/2025 de 09 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado edição nº 12.005 de 10 de outubro de 2025.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 07 de novembro de 2025
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

153139/2025

